



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS
PÚBLICAS

SÂMIA CRISTIANE MOURA DA CONCEIÇÃO HOLANDA

SOCIABILIDADE E CIDADANIA-CULTURAL: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO
URBANO DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE - CUCA JANGURUSSU NA
VIDA DOS JOVENS DA PERIFERIA

FORTALEZA-CEARÁ

2017

SÂMIA CRISTIANE MOURA DA CONCEIÇÃO HOLANDA

SOCIABILIDADE E CIDADANIA-CULTURAL: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO
URBANO DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE - CUCA JANGURUSSU NA
VIDA DOS JOVENS DA PERIFERIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Holanda, Sâmia Cristiane Moura da Conceição.

Sociabilidade e cidadania-cultural: a experiência do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - CUCA Jangurussu na vida dos jovens da periferia [recurso eletrônico] / Sâmia Cristiane Moura da Conceição Holanda. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 131 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Horário Silva Frota.

Coorientação: Prof.^a M.^a Maria Andrea Luz da Silva.

1. Juventude. 2. Políticas públicas de juventude. 3. Culturas juvenis. 4. Sociabilidade. 5. Cidadania.
I. Título.

SÂMIA CRISTIANE MOURA DA CONCEIÇÃO HOLANDA

SOCIABILIDADE E CIDADANIA-CULTURAL: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO URBANO DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE – CUCA JANGURUSSU NA VIDA DOS JOVENS DA PERIFERIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 27/01/2017

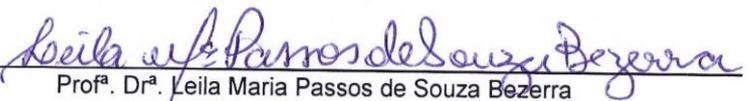
BANCA EXAMINADORA



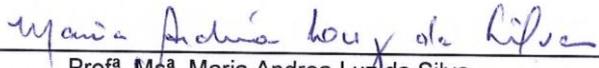
Prof. Dr. Francisco-Horácio da Silva Frota (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Profª. Drª. Isaurora Cláudia Martins de Freitas
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA



Profª. Drª. Leila Maria Passos de Souza Bezerra
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Profª. Msª. Maria Andrea Luz da Silva
Universidade Estadual do Ceará - UECE

À minha mãe, Maria de Lourdes, dedico este trabalho pelo incentivo, apoio, e principalmente, por vivenciar comigo todas as angústias e conquistas dessa etapa acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, por ser essencial em minha vida, sem ele não teria forças para essa longa jornada. A Ele meus eternos agradecimentos.

Aos meus pais, Joaquim e Lourdes, pela educação repassada e se fazendo presente em todos os momentos da minha vida, torcendo pelo meu sucesso.

Ao meu esposo, Natan, companheiro de todas as horas, obrigada por compreender as ausências necessárias nesta caminhada e por cuidar tão bem do nosso filho amado, Lucas, nosso maior presente.

Aos meus irmãos, Ronan e Raquel, pelo carinho e apoio para seguir em frente.

Ao meu orientador, professor Horácio, e coorientadora, Andrea Luz, pela paciência, atenção e dedicação oferecidas durante a construção deste trabalho.

Aos colegas da turma 12 do Mestrado, em especial, Erlânio, Germana, Fabíola e Vasti, pelo apoio e incentivo.

Às amigas e companheiras diárias da Procuradoria Geral de Justiça, em especial à Narjara, maior incentivadora para cursar e concluir esse Mestrado, muito obrigada.

Aos jovens e educadores sociais do CUCA Jangurussu, obrigada pelas experiências de vida repassadas, as quais foram essenciais para enriquecer esse trabalho.

“O que deve caracterizar a juventude é a modéstia, o pudor, o amor, a moderação, a dedicação, a diligência, a justiça, a educação. São estas as virtudes que devem formar o seu caráter”.

(Sócrates)

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo das contribuições do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCA Jangurussu no processo de socialização e formação da cidadania dos jovens da periferia. Para isso, agregou-se conhecimento sobre a temática juventude, incluindo estudo das políticas públicas sobre essa categoria no Brasil, suas definições, culturas juvenis, sociabilidade, lazer e cidadania. Em seguida, analisou-se a contextualização do assunto na cidade de Fortaleza-CE, tendo como marco, no ano de 2007, a instituição da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, que possibilitou o aumento de recursos para a pasta da juventude, incluindo crédito internacional, o que permitiu a criação do Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza (PIPPJF), no qual destacam-se os CUCAs. Implantados estrategicamente em bairros de periferia, com elevada concentração de jovens, os CUCAs oferecem atividades de formação e capacitação nas áreas de cultura, arte, ciência e esporte, de forma integrada, descentralizada e democrática. A perspectiva desta dissertação é demonstrar a participação dos jovens inseridos em um dos programas do CUCA, denominado Comunidade em Pauta, que visa à cessão de espaços aos participantes para desenvolverem habilidades artísticas, culturais e esportivas, sendo que, nesta pesquisa, são estudados os que praticam atividades artístico-culturais, em especial, na área da dança. Os estudos de campo no CUCA Jangurussu e as entrevistas possibilitaram conhecer as diversas atividades desenvolvidas no equipamento, as práticas sociais dos jovens nesse espaço e as experiências vivenciadas através da dança como forma de expressão cultural e inclusão social desses jovens.

Palavras-chave: Juventude. Políticas públicas de juventude. Culturas juvenis. Sociabilidade. Cidadania.

ABSTRACT

This paper presents a study of the contributions brought by the Culture, Art, Science and Sport Urban Center (“CUCA Jangurussu”) in socialization and citizenship development of the youth from underprivileged urban areas. For that, to enrich knowledge about the theme youth, it was included a study of public policies on this category in Brazil, its definitions, youth culture, sociability, leisure and citizenship. Then, it was analyzed the context of the subject in Fortaleza, having for milestone the year 2007, the opening of the Special Coordinating Body of Public Policies for Youth, which enabled a raise of resources, including international funds, that allowed the launch of an Integrated Program of Public Policies for Youth in Fortaleza (PIPPJF), having the “CUCAs” its highlight. The CUCAs, located in underprivileged urban areas with a high concentration of adolescents and young adults, offers activities and training in cultural, art, science and sports areas, in an integrated, decentralized and democratic manner. The intent of this paper is to show the role of adolescents and young adults registered in one of the CUCAs programs, known as Community Agenda, which grant spaces to members so they can develop its artistic, cultural and athletic abilities. In this research, it was evaluated the ones who practice artistic and cultural activities, specially dance. The field studies in “CUCA Jangurussu” and interviews enabled to learn in a more profound manner the various activities developed there, the social practices performed in this space and experiences shared through dance practices, as a way of cultural expression and social inclusion of this young group.

Key words: Youth. Public policies for youth. Youth culture. Sociability. Citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Folheto da programação de dezembro/2016 da Rede CUCA..	92
Figura 2 – Mural de Informações.....	94
Figura 3 – Grafites produzidos pelos jovens do CUCA Jangurussu	95
Figura 4 – Programação da Biblioteca mês de abril/2017.....	96
Figura 5 – Biblioteca do CUCA Jangurussu.....	97
Figura 6 – Espaços de convivência do CUCA Jangurussu.....	102
Quadro 1 – Concepções de juventude e as relações com as políticas públicas.....	32
Quadro 2– Distribuição dos bairros de Fortaleza por SER.....	65
Quadro 3 – Principais Políticas Públicas para juventude de Fortaleza no período de 2004 a 2012.....	70
Quadro 4 – Identificação dos jovens entrevistados	90
Tabela 1– Os dez bairros com maior população jovem de Fortaleza-CE.	63
Tabela 2 – Distribuição populacional e de jovens segundo regiões administrativas de Fortaleza	64
Tabela 3 – Distribuição dos jovens estudantes por modalidade de ensino.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CMJ	Conselho Municipal de Juventude
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CUCA	Centro de Cultura, Arte, Ciência e Esporte
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PIPPJF	Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REJUMA	Rede Juventude pelo Meio-ambiente
RENAJU	Rede Nacional de Organizações, Movimentos e Grupos de Juventude
SER	Secretaria- Executiva Regional
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE NO BRASIL BREVES CONSIDERAÇÕES DE SUA TRAJETÓRIA	24
2.1	CONCEITOS DE POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS	24
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE	30
2.3	JUVENTUDE (S): OLHARES ATRIBUÍDOS PELA SOCIEDADE	40
2.3.1	Culturas Juvenis, Sociabilidade e Lazer	46
2.3.2	Juventude, Cultura e Cidadania	55
3	JUVENTUDE DE FORTALEZA COMO FOCO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	62
3.1	PERFIL DOS JOVENS DE FORTALEZA	62
3.2	CRIAÇÃO DO PROGRAMA INTEGRADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE DE FORTALEZA – PIPPJF	74
3.3	A POLÍTICA DO CENTRO DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE	78
4	CUCA JANGURUSSU E AS AÇÕES DIRECIONADAS AOS JOVENS	84
4.1	PERCURSO METODOLÓGICO	84
4.1.1	Caminhos e motivações da escolha do tema	86
4.1.2	Conhecendo o local e os sujeitos da pesquisa	88
4.2	AS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO CUCA JANGURUSSU	91
4.3	AS PRÁTICAS SOCIAIS DOS JOVENS NO ESPAÇO CUCA JANGURUSSU	101
4.4	COMUNIDADE EM PAUTA: DANÇA COMO FORMA DE EXPRESSÃO CULTURAL E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DOS JOVENS DA PERIFERIA	111
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
	REFERÊNCIAS	121
	APÊNDICES	127
	APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS JOVENS DO PROGRAMA COMUNIDADE EM PAUTA	127
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DIRIGENTES E FUNCIONÁRIOS DO CUCA JANGURUSSU	128

ANEXOS.....	129
ANEXO A - CADASTRO DOS GRUPOS DO COMUNIDADE EM PAUTA ...	129
ANEXO B – TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA MATRÍCULA DE JOVENS MENORES DE 18 ANOS	131

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe a analisar a experiência do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte– CUCA Jangurussu no processo de sociabilidade e cidadania dos jovens da periferia. Para tanto, o estudo é direcionado aos grupos inseridos em atividades artístico-culturais do programa Comunidade em Pauta. Este programa é referenciado pela equipe de Participação Juvenil, que faz parte da Diretoria de Promoção de Direitos Humanos, e é voltado para a cessão de espaços físicos da Rede Cuca visando à formação, fomento e difusão da produção cultural, artística e esportiva de jovens e grupos juvenis autônomos, da faixa etária de 15 a 29 anos, que desejam desenvolver essas atividades e não disponham de ambientes adequados para tais práticas.

A disponibilização do espaço CUCA tem como propósito, sobretudo, criar vínculos com os jovens, através da ação ativa e propositiva das programações promovidas no equipamento, dando visibilidade e incentivando-os à profissionalização e ao aperfeiçoamento de suas atividades.

A perspectiva desse estudo é tentar responder de que maneira as atividades artístico-culturais desenvolvidas no CUCA Jangurussu vem contribuindo para a sociabilidade e cidadania dos jovens dessa comunidade?

Para isso, é preciso estudar alguns assuntos relacionados à temática juventude, tais como, políticas públicas para esta categoria, suas definições, culturas juvenis, sociabilidade, cultura e cidadania, os quais darão sustentação à pesquisa.

O tema “juventude”, como categoria social, passou a ser alvo de destaque na agenda pública somente a partir dos anos 90, ocupando diversos espaços públicos e privados. Um dos fatores que despertaram o interesse público para esse assunto foi o aumento expressivo da população jovem no Brasil.

O Censo 2010 do IBGE indica que os jovens ocupam um quarto da população do país, o que representa em torno de 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos. A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), ao analisar o perfil dos jovens brasileiros em 2013, apontou que, na faixa etária de 15 a 17 anos, 65% estudam e 16% trabalham; entre os jovens de 25 a 29 anos, mais de 70% trabalham ou estão procurando trabalho, enquanto que apenas 12% ainda estudam.

Ao longo dos anos, verificou-se que a juventude foi inserida como questão

social no mundo contemporâneo a partir de duas abordagens principais. De um lado, pela visão de “problemas” associados aos jovens como a delinquência juvenil, o comportamento de risco, a drogadição entre outros, que demandariam medidas de enfrentamento pela sociedade. Por outro, considerou-se a juventude como fase transitória para a vida adulta, o que exigiria esforços coletivos, sobretudo, da família e da escola, de modo a preparar e transformar o jovem para ser um adulto socialmente ajustado e produtivo (AQUINO, 2009, p. 25-38).

Na década de 90, as políticas públicas para juventude visavam setores que apresentavam características de vulnerabilidade, risco ou transgressão, geralmente eram direcionadas à juventude urbana, pobre e negra, assim como as iniciativas eram bem pontuais, de curta duração e voltadas à inclusão social de jovens por meio de oficinas de capacitação para inserção no mundo do trabalho.

Conforme estudos de Abad (2002), citado por Sposito e Carrano (2003, p. 18), sobre a evolução histórica das políticas de juventudes na América Latina, constatou-se que foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto. O autor concluiu que, mesmo com as diferenças particulares presentes nos países latino-americanos, foram se consolidando ao longo dos anos quatro distintos modelos de políticas de juventude: a) ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (1985 a 2000); e d) inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

Esses modelos convivem simultaneamente no debate sobre o tema juventude, muitas vezes dentro de um mesmo aparelho de Estado, de orientações tais como as dirigidas ao controle social do tempo juvenil, à formação de mão-de-obra e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direitos.

Torna-se importante, nesta pesquisa, realizar um estudo sobre as definições de juventude, para a qual, diante das diversidades, há que se ter um novo olhar direcionado a essa categoria, conforme explica Pais (1990, p. 151):

[...] não há de fato, um conceito único de juventude que possa abranger os diferentes campos semânticos que lhe aparecem associados. Há diferentes juventudes e a diferentes maneiras de olhar essa juventude corresponderão, pois, necessariamente diferentes teorias.

Por sua vez, Groppo (2000, p. 7-8) explica que a definição de juventude

como categoria social vai além de uma faixa etária, ou “classe de idade”, no sentido de limite etário restrito, tornando-se, ao mesmo tempo, uma representação sociocultural e uma situação social, ou seja, para o autor, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos, sendo, nesse aspecto, importante para a análise das sociedades modernas.

Assim, em que pese existirem diversas definições para o termo "juventude", exigindo necessidade contínua de decifração, por representar o segmento que mais se define por suas práticas, formas diversas de atuação e de experimentação, conforme esclarece Diógenes (2009, p. 274), neste trabalho será utilizada a conceituação por faixa etária, a mesma prevista no Estatuto da Juventude¹, que considera jovens pessoas entre 15 a 29 anos, sendo o mesmo critério adotado pelos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCAs, entretanto, sem deixar de ser considerada e analisada a definição de juventudes, no plural.

Entendendo a contextualização da trajetória das políticas públicas para juventude no Brasil é que esta pesquisa se inicia; em seguida, são analisadas as políticas públicas de juventude implementadas na cidade de Fortaleza e, ao final, concentra-se o estudo propriamente dito sobre o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCA Jangurussu.

Cumprе ressaltar que o CUCA se originou de uma política pública cultural voltada para a juventude, apresentando finalidades de constituir-se como espaço de referência para os jovens, descentralizando equipamentos culturais, revitalizando e requalificando espaços urbanos, contribuindo para novas ações direcionadas à juventude e, com isso, objetiva apoiar, incentivar, assistir, desenvolver e promover atividades de formação, lazer e entretenimento nas áreas de cultura, arte, ciência e esporte.

Fortaleza, segundo o Censo 2010 do IBGE, possui uma população de

¹ Lei nº 12.852/2013 - Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

Art. 1º [...]

§1º - Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

aproximadamente 2.452.186 habitantes, sendo 29% compostos de pessoas jovens na faixa etária de 15 a 29 anos de idade, representando uma elevada parcela do total da população, o que exige dos governantes a criação de políticas públicas voltadas para essa categoria, especialmente para os que moram na periferia, onde os índices de criminalidades são mais acentuados.

Como vem indicando, por exemplo, os estudos do Mapa da Violência 2015², que traçou a evolução de mortes matadas por armas de fogo da população jovem, no período de 2002 a 2012, a capital cearense saltou da 20ª posição no *ranking* das capitais brasileiras por taxas de óbito de jovens em 2002 para a 3ª colocação em 2012. Já o Mapa da Violência 2016³, que focalizou o estudo dos homicídios por arma de fogo no Brasil, evidenciou o aumento acentuado da violência em Fortaleza, que em 2004 ocupava a 19ª posição e passou para a 1ª no *ranking* das taxas de homicídio por arma de fogo das capitais no ano de 2014, tendo como ator principal a população juvenil.

Portanto, pensar em política pública para a juventude de Fortaleza tornou-se uma preocupação e um desafio tanto para os poderes públicos como para a sociedade civil, de modo a atender os anseios e as expectativas dessa categoria, assim como reduzir os problemas da criminalidade, consumo de álcool e drogas, tráfico, entre outros que tanto afetam esses jovens.

É preciso identificar os conflitos em que os jovens estão inseridos, para então compreender que fatores, próprios da condição juvenil, mobilizam o engajamento de ações voltadas para essa classe, de modo a atender suas demandas.

Nesse contexto, a Prefeitura Municipal de Fortaleza, com o propósito de instituir uma política que pudesse agregar o protagonismo, a criatividade e a inclusão social, criou os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte voltados para jovens. Esses equipamentos foram demandados do Orçamento Participativo (OP) pelo segmento da juventude e, atualmente, três unidades estão em pleno funcionamento: da Barra do Ceara, do Mondubim e do Jangurussu, que juntos

² Fonte: **Mapa da Violência 2015**: Mortes matadas por armas de fogo. Brasília: UNESCO, 2015. Disponível em: < <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>> Acesso em: 14 jan. 2017.

³ Fonte: **Mapa da Violência 2016**. Homicídio por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: Flacso/Brasil. Disponível em: < http://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web.pdf> Acesso em: 14 jan. 2017.

formam a Rede CUCA.

Os CUCAs são considerados como um dos principais equipamentos culturais de políticas públicas de juventude na capital cearense, onde os jovens têm oportunidades de capacitação nas áreas de cultura, arte, ciência, esporte e lazer, de forma integrada, descentralizada e democrática. Além de reunirem, no mesmo local, ambientes adequados à atividade de formação, dentro de uma estrutura de qualidade para a oferta desses serviços, são também locais de encontro e convivência da população jovem, ou seja, são espaços de sociabilidade, de participação juvenil, que possibilitam diversas formas de interação, de realização e de vivência dos valores e dos comportamentos.

Para Dayrell (2007, p. 1110) o mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil. Alerta o autor para a importância de situar o lugar social dos jovens, pois é o que vai determinar a condição juvenil, e a vivência da juventude nas camadas populares é dura e difícil. Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condução que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil.

Sobre culturais juvenis, mencionado autor assim discorre:

Estas culturas manifestam-se na diversidade em que esta se constitui, ganhando visibilidade por meio dos mais diferentes estilos, que têm no corpo e seu visual uma das suas marcas distintivas. Jovens ostentam os seus corpos e, neles, as roupas, as tatuagens, os piercings, os brincos, dizendo da adesão a um determinado estilo, demarcando identidades individuais e coletivas, além de sinalizar um status social almejado. [...] a adesão a um dos mais variados estilos existentes no meio popular ganha um papel significativo na vida dos jovens. [...] para esses jovens, destituídos por experiências sociais que lhes impõem uma identidade subalterna, o grupo cultural é um dos poucos espaços de construção de uma autoestima, possibilitando-lhes identidades positivas. (DAYRELL, 2007, p. 1110)

Chauí (2009, p. 11) reforça que a cultura é um direito de todos os cidadãos, de acesso aos bens e às obras culturais, de fazer cultura e de participar das decisões sobre política cultural, esta, no que refere ao processo de elaboração, pressupõe uma reflexão sobre a própria cultura.

Além da cultura, o lazer também pode ser considerado como um espaço produtor de sociabilidade para os jovens, como se fosse laboratório, onde se processam diversas experiências e se produzem subjetividades, como explicam Brenner, Dayrell e Carrano (2008, p. 177): “[...] nos espaços de lazer, os jovens

podem encontrar as possibilidades de experimentação de sua individualidade e das múltiplas identidades necessárias ao convívio cidadão nas suas várias esferas de inserção social.”

Ainda sobre o processo de sociabilidade, Simmel (1983) considera que é vista como uma forma autônoma ou lúdica de sociação, que não visa um objetivo ou a busca de resultados concretos, cujo fim é a própria relação, a satisfação de estar junto, segundo explica:

[...] ‘sociedade’ propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo ganham vida própria. São liberadas de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmas e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade. (SIMMEL, 1983, p. 168-169)

Na perspectiva desta pesquisa, é preciso também entender o significado de cidadania, que segundo Pais (2005) é tomada como uma ideia virada para o futuro, levando em conta a realidade do presente, conforme esclarece:

[...] o que a realidade do presente nos diz é que, se a ideia de cidadania continua associada à defesa de direitos universais, um dos mais relevantes, desses direitos é, sem dúvida, o tão reclamado direito à diferença. Diferença que os jovens buscam, sobretudo, enquanto consumidores e produtores culturais (Rosaldo, 1994). Talvez com os jovens possamos aprender a melhor olhar as várias caras da cidadania. (PAIS, 2005, p. 54).

Pensar em cidadania para jovens não se deve apenas vincular ao discurso da “integração”, mas, sobretudo, do reconhecimento da diversidade. Também importa explorar os movimentos juvenis de expressão cultural, sem, contudo, esquecer os sentimentos de pertença e as subjetividades que se investem nas relações de sociabilidade (PAIS, 2005, p. 55-56).

A cidadania também possui um caráter individualista, é algo que leva a um sentimento de pertencimento a determinado local, grupo, espaço e, principalmente, que este apresente um caráter público que é “meu”, mas ao mesmo tempo é de todos, segundo discorre DaMatta:

[...] mas se a noção de cidadania (e do individualismo que ela contém) é estudada criticamente e deixa de ser encarada como algo natural e presente onde quer que existam sociedade e seres humanos, então tudo pode mudar. Realmente, como cidadão eu pertencço a um espaço

eminentemente público e defino o meu ser em termos de um conjunto de direitos e deveres para com outra entidade também universal chamada 'nação'. Minha participação nesta entidade, aliás, é concebida como estando fundada num consentimento, de tal modo que o governo da nação é parte desse consentimento do qual ele próprio deriva sua fonte fundamental de legitimidade. (DAMATTA, 1997, p. 67).

Para este trabalho, importa entender de que maneira as práticas culturais desenvolvidas pelos jovens no espaço CUCA contribuem na formação da cidadania desses jovens. Visto que um dos objetivos dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte é o de fomentar a criação de espaços de expressão e produção artística e intelectual que contribuam para a promoção da cidadania, do acesso à cultura, ao lazer e ao esporte e as artes em geral para aos jovens.

A pesquisa analisará, em especial, a utilização do espaço CUCA Jangurussu, no contexto das ações culturais do programa Comunidade em Pauta, conforme citado anteriormente, que se apresenta como parte da dinâmica de sociabilidade juvenil, haja vista que é um local que proporciona ao jovem encontrar oportunidades de tecer novas redes de sociabilidade, contribuindo para uma nova visão de mundo, sendo, ainda, fundamental na elaboração da sua identidade.

Vale ressaltar que os CUCAs foram estrategicamente construídos em bairros com elevada concentração de população jovem de baixa renda e de alta vulnerabilidade de risco, atendendo à divisão das regiões administrativas da cidade, instalados nos bairros Barra do Ceará, Mondubim e Jangurussu, que fazem parte, respectivamente, das Secretarias Executivas Regionais I, V e VI.

A motivação da autora para essa linha de pesquisa tem como sustentação razões como estar concluindo o mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas na UECE, onde os temas centrais abordados são direcionados às políticas públicas que visam o bem-estar da sociedade, aliado a isso, os estudos acadêmicos despertaram a atenção em relação aos diversos problemas envolvendo a juventude, o que motivou o interesse no aprofundamento de estudos a partir de um processo investigativo.

Além disso, por atuar profissionalmente como servidora pública do Ministério Público do Estado do Ceará há mais de 10 anos, onde as atividades desenvolvidas permitem observar e conviver com vários problemas sociais envolvendo jovens e adultos, e atualmente trabalhando no setor de uma das Procuradorias Criminais, deparando-se diariamente com ações penais, tais como

roubos, homicídios, tráfico de drogas entre outros, tendo como principais atores uma expressiva parcela de jovens, sendo vítimas ou enveredando no mundo da criminalidade.

Ressalte-se que o crescimento acentuado da violência, praticado por jovens, na cidade de Fortaleza, também impulsionou a escolher um tema abordando juventude, mas que não fosse relacionado à questão de criminalidade ou violência, e sim direcionado a um estudo de políticas públicas que pudesse ser considerada como transformadora social para esta categoria. Nesse contexto, deu-se o desafio de pesquisar o Centro de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, especificamente o CUCA Jangurussu.

Conforme dados da Prefeitura Municipal de Fortaleza, esse equipamento foi instalado no bairro Jangurussu e beneficia os demais bairros da SER VI, esta que abrange 29 bairros e apresenta algumas características peculiares, segundo apontou o estudo do Mapa da Criminalidade e da Violência na cidade de Fortaleza – Perfil da SER VI⁴, publicado em 2011, o qual revelou que esta SER é a maior Regional, ocupando uma área de 42% do território da capital cearense, possui uma alta concentração de população jovem, aproximadamente 50% dos habitantes dessa área têm no máximo 22 anos (2009); é a regional com maior índice de analfabetismo; ocupa a terceira colocação (2009) em relação à renda familiar média mensal, com 4,67 salários-mínimos, ficando abaixo das Regionais II e IV, e apresenta altos índices de criminalidades, principalmente no bairro Jangurussu, que vem ocupando o primeiro lugar entre os bairros da referida regional mais violentos, como indicou a pesquisa no período de 2007 a 2009.

Diante dessas linhas introdutórias, a pesquisa se desenvolverá de modo a tentar responder os seguintes questionamentos:

- 1- Quem são os jovens que frequentam o CUCA Jangurussu?
- 2- De que forma os jovens vêm utilizando o espaço do CUCA para desenvolver a sociabilidade?
- 3- Como os jovens vivenciam as experiências culturais no equipamento?
- 4- As atividades culturais desenvolvidas no equipamento têm possibilitado a formação da cidadania e a inclusão social dos jovens da periferia?

⁴ Cartografia da Criminalidade e da Violência na Cidade de Fortaleza - Perfil da SER VI - p. 144-154. Disponível em: < <http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/relatorio.pdf> > Acesso em 26 jan 2017.

A pesquisa tem como objetivo geral: Analisar a experiência do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - CUCA Jangurussu no processo de socialização e cidadania dos jovens inseridos em atividades artístico-culturais do programa Comunidade em Pauta.

Os objetivos específicos estão relacionados às indagações acima expostas, como: 1. Identificar o perfil dos jovens envolvidos com as atividades culturais; 2. Pesquisar as formas de sociabilidades praticadas pelos grupos juvenis inseridos em atividades culturais no equipamento e 3. Analisar de que maneira o CUCA Jangurussu possibilita a cidadania e inclusão social dos jovens dessa comunidade.

A fim de atingir os objetivos fixados, foi preciso o estabelecimento de um recorte, haja vista que o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte é uma política pública de juventude de grandes proporções, abrangendo várias ações. Assim, o estudo se dedicará aos jovens do programa Comunidade em Pauta que praticam atividades artístico-culturais, em especial, no campo da dança, como parte dos programas sociais do CUCA Jangurussu.

Essa pesquisa é de natureza qualitativa, pois permitirá um aprofundamento da questão e compreensão mais consistente da problemática, com o propósito de que esse estudo sirva não somente para ampliar o debate sobre a questão da sociabilidade e cidadania dos jovens da periferia, mas, particularmente, que possa contribuir de alguma forma para o aperfeiçoamento das ações inseridas no CUCA.

O trabalho apresenta a seguinte divisão: Introdução (capítulo 1); mais três capítulos e considerações finais (capítulo 5).

O capítulo 2, de cunho bibliográfico, aborda a trajetória das políticas públicas para juventude no Brasil, de modo a tentar explicar as definições de políticas públicas, políticas públicas para juventude, definição de juventude, políticas culturais, a relação entre culturas juvenis, sociabilidade e lazer e, por fim, cultura e cidadania.

O terceiro capítulo, ainda de cunho bibliográfico, objetiva apresentar um panorama das políticas públicas de juventude implementadas em Fortaleza-CE, com estudo do perfil dos jovens da capital cearense, análise das diretrizes do Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza e da Política Pública dos

Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte.

Já o quarto capítulo foi elaborado a partir do trabalho de campo propriamente dito, com a descrição do CUCA Jangurussu e as ações direcionadas aos jovens, sendo o capítulo iniciado com a apresentação do percurso metodológico, expondo a relação com o campo da investigação, os critérios e a justificativa da escolha do tema e dos sujeitos entrevistados, bem ainda os instrumentos metodológicos utilizados, tais como visitas de campo, entrevistas com roteiros semiestruturados e anotações gerais no diário de campo.

Ainda no quarto capítulo, foi feito um levantamento acerca das ações desenvolvidas no CUCA Jangurussu, especialmente aquelas voltadas para as atividades artístico-culturais, bem como as práticas sociais nesse espaço e as experiências vivenciadas pelos jovens do programa Comunidade em Pauta, destacando, principalmente, a dança como forma de expressão cultural e inclusão social. Nesse capítulo, evidencia-se como o CUCA Jangurussu vem trabalhando com a juventude e de que modo contribui para a sociabilidade e formação da cidadania através das práticas artísticos-culturais dos jovens frequentadores do local.

Por fim, têm-se as considerações finais, sendo analisado um conjunto do que foi pesquisado, apontando algumas inquietações, reflexões e possíveis caminhos que, talvez, possam servir, de algum modo, como ponto de partida para outros estudos sobre o tema em questão.

Esta pesquisa utiliza, basicamente, a seguinte metodologia:

Quanto à natureza, é qualitativa, pois visa analisar os jovens do CUCA Jangurussu inseridos no programa Comunidade em Pauta do CUCA Jangurussu que desenvolvem suas habilidades artístico-culturais, para então compreender as formas de sociabilidades praticadas por esse universo social e se tais atividades contribuem na cidadania desses jovens.

Quanto aos objetivos, é exploratória, visto que envolvem levantamentos bibliográficos e entrevistas com os jovens, funcionários e dirigentes do equipamento escolhido, de modo a adquirir conhecimento mais aprofundado da temática; e também, descritiva, porque descreve as características dos comportamentos juvenis e as relações com o local da pesquisa.

Quanto aos procedimentos utilizados foram: fontes bibliográficas (livros,

jornais, periódicos, revistas); documental, através dos dados e estatísticas fornecidos pelo CUCA Jangurussu; levantamento e estudo de campo, por meio de visitas *in loco*, e de entrevistas.

As entrevistas foram realizadas no período de fevereiro a abril/2017, com dez jovens dos diversos coletivos do Programa Comunidade em Pauta, bem como outros jovens, também desse programa, que não aceitaram participar diretamente das entrevistas, mas contribuíram através de conversas informais, as quais foram registradas no diário de campo. Quanto aos funcionários, foram realizadas cinco entrevistas, sendo três da Diretoria de Promoção dos Direitos Humanos, um do setor da Biblioteca e um do setor de Matrículas, além de outros que agregaram informações sobre o funcionamento e dinâmica do CUCA Jangurussu, sendo também registradas no diário de campo.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES DE SUAS TRAJETÓRIAS

Este capítulo faz uma breve discussão e contextualização sobre a trajetória das políticas públicas para juventude no Brasil de forma ampla. Para isso, é necessário compreender, inicialmente, a distinção entre políticas públicas e política, de modo a estabelecer os pressupostos da origem desses termos e utilização.

Objetiva-se não apenas estudar o conceito de políticas públicas, mas, sobretudo, refletir a respeito, questionando e analisando o processo de formulação na tomada de decisão para a criação de uma política pública, mais especificamente aquela destinada à juventude. Para tanto, serão utilizadas as contribuições dos autores que abordam esse assunto.

A partir da trajetória histórica, principalmente dos ensinamentos da filosofia grega, será apresentado o conceito de política, para em seguida fazer a distinção entre política e políticas públicas; política pública para juventude; contextualizar a história das políticas culturais no Estado Brasileiro; compreender as diversas definições de juventude atribuídas pela sociedade; estudar as culturas juvenis, sociabilidade e a questão do lazer como forma de expressão cultural coletiva e, ao final, analisar o significado da relação entre cultura e cidadania.

2.1 CONCEITOS DE POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Bobbio (1998, p. 954), a política é entendida como forma de atividade ou de práxis humana.

Do ponto de vista clássico, política se originou da palavra grega “*pólis*” e refere-se a tudo que está ligado às coisas da cidade, isto é, ao que é urbano, público, civil e social.

O surgimento da *pólis* (Cidade-Estado) foi um dos elementos determinantes para que a política fosse estabelecida pelo mundo grego. Bobbio (1998, p. 954) explica que a política na sociedade grega surgiu de maneira complexa pelos ideais de homens e de sociedade cogitados pelos filósofos.

Aristóteles foi o primeiro filósofo grego a desenvolver um trabalho sobre o tema, denominado *Política*, no século IV a.C, o qual deve ser considerado como o

primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, referindo-se à política como arte ou ciência do governo, apresentando uma tipologia sobre diversas maneiras de se governar a *pólis* (a cidade).

Durante séculos, o termo política foi usado para designar principalmente obras voltadas ao estudo de atividades humanas que se refere, de algum modo, às coisas do Estado.

Por vezes, a *pólis* é o sujeito quando referidos à esfera da Política atos como o ordenar ou proibir alguma coisa com efeitos vinculadores para todos os membros de determinado grupo social, o exercício de um domínio exclusivo sobre determinado território, o legislar através de normas válidas *erga omnes*, o tirar e transferir recursos de um setor da sociedade para outros, etc.; de outras vezes ela é objeto, quando são referidas à esfera da Política ações como a conquista, a manutenção, a defesa, a ampliação, o robustecimento, a derrubada, a destruição do poder estatal, etc.

Na perspectiva da era moderna, o conceito de política adquire novos contextos e, aos poucos, a ideia de política no sentido de arte de governar a *pólis* é substituída, paulatinamente, por expressões do tipo “ciência do Estado” ou “ciência política”, “doutrina do Estado”, “filosofia política”, entre outras, passando a ser comumente usada para indicar a atividade ou conjunto de atividades que têm como termo de referência a *pólis*, isto é, o Estado e está estreitamente vinculado à noção de poder.

Bobbio (2000) discorre sobre como o termo política, ao longo do tempo, deixou de ter um sentido adjetivo, isto é, aquilo que está ligado à cidade, para ser um modo de “saber lidar” com as coisas da sociedade. Portanto, a política pode estar ligada às ações de governo e de administração do Estado, bem como, à forma de como a sociedade civil se relaciona com o próprio Estado.

A atuação da política pode estar ligada às relações e às produções de poder, que pode ser: ideológico, simbólico, econômico, coercitivo, conforme explica Bobbio (2000, p. 160):

[...] o poder político diria respeito ao poder que um homem pode exercer sobre outros, a exemplo da relação entre governante e governados (povo, sociedade). Contudo, ao falar em poder político, é preciso pensar em sua legitimação. Podemos ter poderes políticos legitimados vários motivos, como pela tradição (poder de pai, paternalista), despótico (autoritário,

exercido um rei, uma ditadura) ou aquele que é dado pelo consenso, sendo este último um modelo de governo esperado. O poder exercido pelo governante em uma democracia, por exemplo, dá-se pelo consenso do povo, da sociedade.

Nesse contexto, a política encontra no Estado uma forma de legitimar suas atuações pela força que adquire e que lhe é imposta.

Na conjuntura das políticas públicas, a política “é entendida como um conjunto de procedimentos que expressam relações de poder e que se orienta à resolução de conflitos no que se refere aos bens públicos”. (RODRIGUES, 2011, p. 13). Em outras palavras, os conflitos podem ser resolvidos de forma pacífica através de política.

Segundo Rodrigues (2011), política pública é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade, cujos interesses, valores e objetivos são divergentes, tomam decisões coletivas que condicionam o conjunto dessa sociedade. No momento em que as tais decisões são tomadas, elas convergem em algo a ser compartilhado, ou seja, em uma política comum.

Sobre a importância da política, como estudo de políticas públicas, Rodrigues (2011, p.14) destaca as seguintes premissas:

- 1- As sociedades contemporâneas caracterizam-se não apenas pela diferenciação social, mas também por identidades e visões de mundo específicas sobre questões como desenvolvimento e bem-estar, por exemplo.
- 2- Seus membros têm expectativas diferentes sobre a vida em sociedade, na medida em que suas ideias, valores interesses e objetivos se distinguem.
- 3- A natureza complexa das sociedades contemporâneas implica conflito não só de objetivos (fins), mas também dos modos de atingir esses fins (meios).
- 4- Há, grosso modo, duas formas de resolver os conflitos: pela força (coerção/repressão) ou pela ação política. Esta última (ação política) tem como características principais a ação coletiva (baseada na diversidade de perspectivas sobre fins e meios), a necessidade de aceitação da decisão alcançada e o caráter impositivo da decisão coletiva (*enforcement of the law*).

Observa-se que, para referida autora, políticas públicas resultam da atividade política, bem como requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados, razão pela qual envolvem mais de uma decisão política, sendo constituídas de decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público.

Por sua vez, para compreender o que seja política pública, requer,

primeiramente, uma contextualização no âmbito das diversas ciências para o melhor entendimento do seu significado.

A partir das análises e estudos acadêmicos realizados em meados do século XX, na Europa e nos Estados Unidos, as políticas públicas foram adquirindo autonomia e status. Na Europa, esses estudos objetivavam analisar e explicar o papel do Estado e de suas organizações mais importantes na produção das políticas públicas. Nos Estados Unidos, por sua vez, o foco se deu na ação dos governos, sendo este adotado no Brasil.

De modo geral, o estudo das políticas públicas, ao longo dos anos, vem crescendo por diversas razões, dentre as quais se destaca o fato de que essas políticas afetam em diversos aspectos a vida cotidiana das pessoas, já que extraem dinheiro da sociedade através dos tributos pagos pelos cidadãos, regulam comportamentos e conflitos, organizam burocracias e mercadorias, distribuem benefícios e prestam uma variedade de serviços públicos à população.

Entender as causas e consequências das decisões de implementação de uma política pública significa, ao mesmo tempo, avaliar se essa política adotada, em dado momento e contexto, está, de fato, atingindo os alvos desejados.

O debate sobre quem decide acerca da criação e implantação de políticas públicas, de que maneira e por que certas decisões são tomadas e por quais razões tais decisões são transformadas em ações públicas iniciou-se no período anterior ao da própria constituição das políticas públicas como área de conhecimento específico da ciência política.

Para esclarecer melhor, na metade do século XIX, Karl Marx, em 1846, na Alemanha, ao abordar o tema suicídio, falou sobre políticas públicas sociais, ao referir-se às instituições como instrumentos importantes de transformação social e efetivação dos direitos de cidadania. Nessa linha, as instituições sociais se constituiriam como o meio para que fosse alcançada a emancipação da classe operária. (RODRIGUES, 2011, p.30-32)

Já em 1848, Karl Marx e Friedrich Engels, desta vez na Bélgica, preparam o Manifesto Comunista, para ser apresentado no segundo congresso da Liga dos Comunistas, quando analisam a luta de classes e evocam a união dos operários do mundo inteiro, para juntos implementarem o projeto político de apropriação coletiva dos meios de produção. As ideias dos autores visavam atingir pela raiz o

funcionamento do modo de produção capitalista, fonte de alienação do homem. Assim, os operários unidos, seriam capazes de provocar mudança radical na sociedade, através de uma nova orientação política. Nesse contexto, o partido operário seria a “instituição política” que faria a diferença no processo de transformação social, pela reorientação das políticas do Estado.

Assim, Marx e Engels desvelam a complexidade do desafio metodológico de imaginar quem será o ator mais qualificado para tomar as melhores decisões públicas (de Estado) em determinado momento na sociedade e o que deverá ser decidido. Na visão marxista, o diagnóstico é de que instituições políticas e sociais constituem meio para alcançar a emancipação econômica da classe operária.

É na década de 1950, que a ciência da política pública começa a despontar nos Estados Unidos, todavia, essa ciência surge com base numa variedade de disciplinas, métodos e enfoques visando esclarecer por que determinadas políticas são implementadas e outras não.

Em 1951, Haroldo D. Lasswell e David Lener publicam a primeira coletânea de artigos que trata das políticas públicas como “ciência da política pública” com conteúdos e metodologias de pesquisas de outras disciplinas, enfatizam a visão de que as políticas públicas devem ser explicadas com base em diversos enfoques, já que seu estudo tem caráter multidisciplinar. (RODRIGUES, 2011, p.30-32).

Sposito e Carrano (2003, p. 17) explicam que a ideia de políticas públicas, em sua acepção mais genérica, está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Situa-se também no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação.

Verifica-se que o conceito de políticas públicas não é único, pois poderá variar conforme o enfoque teórico adotado e o contexto político e social ao qual se aplica, sendo, portanto, complexo o seu significado.

Dentre os diversos modelos teóricos e conceitos dos estudiosos no assunto, será utilizado o de Rodrigues (2011, p. 52-53), que assim explica:

Políticas públicas resultam, portanto, da atividade política, envolvem mais de uma decisão política e requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar objetivos desejados. Constituem um conjunto articulado de ações, decisões e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses envolvidos. Essas ações são desencadeadas por atores que lidam com algum problema público e são desenvolvidas por instituições públicas governamentais pelo processo político (Legislativo, Judiciário, Tribunais de Contas, Ministério Público, etc.) que as condicionam. O objetivo é assegurar que o desempenho dessas instituições esteja a serviços do interesse público e submetido ao controle democrático. Políticas públicas são ações de governo, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (estratégias de ação).

As políticas públicas são idealizadas a partir de um processo, constituído por conjunto de atividades ou estágios, que visam atender às demandas, anseios e interesses da sociedade. Esses estágios são formados por sistemas complexos de decisões e ações, tomadas pelas autoridades, ou instituições governamentais, conforme estabelecido em lei. Dentre as atividades estão: preparação da decisão política; formação da agenda; formulação; implementação, monitoramento e avaliação. Rodrigues (2011, p. 46-52) esclarece cada uma:

- 1- Preparação da decisão política: diz respeito à formação da questão a ser resolvida, ou seja, o governo decide enfrentar determinado problema e buscar solução. Nesse estágio, diversos atores entram em confronto para escolher quais problemas serão, de fato, incluídos na agenda governamental.
- 2- Formação da agenda: nessa etapa, o problema torna-se uma questão política, isto é, ganha status de “problema público”, a partir disso, as decisões sobre esse problema resultarão no desempenho de políticas ou programas que deverão ser implementados no estágio seguinte.
- 3- Formulação: nessa fase, a discussão para a ser em torno do desenvolvimento de cursos de ações aceitáveis e pertinentes para lidar com determinado problema público, em outras palavras, o governo elabora o programa política e apresenta a proposta para solucionar tal questão, com definição dos objetivos, marcos jurídicos, administrativos e financeiros.
- 4- Implementação: essa etapa significa a aplicação da política pública pela máquina burocrática de governo, refere-se também ao estágio de planejamento administrativo e de recursos humanos do processo político.
- 5- Monitoramento: Durante essa etapa, abre-se a possibilidade de corrigir algum problema surgido na implementação, não só para que o desempenho das ações seja maximizado, mas também para que seja levado em consideração a relação meios-fins estão adequados e se as metas, previamente propostas, estão tendo efetividade.
- 6- Avaliação: Essa etapa, refere-se aos efeitos gerados, além de oferecer subsídios para perceber em que medida as metas foram alcançadas, ou não, e de orientar a tomada de decisões sobre o futuro dessas ações. Em outras palavras, a avaliação consiste numa análise a posteriori dos efeitos/resultados produzidos pelas políticas públicas.

Corroborando, Rua⁵ faz a distinção entre políticas públicas e decisão política, da seguinte forma:

[...] uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau- uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.

Confere-se que, muito embora uma política pública implique numa decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.

Ressalta mencionada autora que as políticas públicas são "públicas" e não privadas ou apenas coletivas. A sua dimensão "pública" é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter imperativo, ou seja, possuem decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE

A partir dos anos 90, a juventude, como categoria social, passa a ter mais expressão no cenário público e político, tendo, como uma das razões, o aumento expressivo de jovens no Brasil.

O aparecimento de questões ligadas à juventude na sociedade moderna faz refletir qual é o papel do público e do privado em relação a essa fase da vida, visto que essa categoria é atrelada a contradições e problemas, sendo um constante desafio vivenciado tanto pela família, quanto pelo Estado, em busca de soluções para as demandas que afetam a juventude.

Segundo Bauman, é preciso, por outro lado, que seja abandonado o sentimento de impotência coletiva, ou seja, a ideia de que os problemas não têm solução e de que nada podemos fazer para mudá-los. Para tanto, como bem defende referido autor, é preciso que as ágoras⁶ sejam retomadas e que os

⁵ RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. Disponível em: <http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20_%20analisedepolitica%20publicas.pdf>. Acesso em: 15 de set. 2016.

⁶ Bauman retoma a ideia de ágora como um "espaço em que as ideias podem nascer e tomar forma como 'bem público', 'sociedade justa' ou 'valores partilhados'" (2000, p. 11).

problemas passem a ser tratados como públicos, de modo que a discussão sobre os mesmos se torne uma constante e não como algo a ser pensado apenas em momentos de explosões espetaculares (BAUMAN, 2000, p. 10-11).

A mudança de cultura sobre qualquer assunto é algo, sem dúvida, de grande complexidade, porém, entendemos que apenas com políticas públicas direcionadas para a juventude com colaboração dos órgãos governamentais, da sociedade civil, e principalmente com a participação dos principais atores, que são os jovens, é possível transformar uma realidade social, sobretudo, a dos jovens em situação de vulnerabilidade social.

A sensação de impotência coletiva, sobre a qual discorre Bauman (2000), só pode ser eliminada a partir da mudança de comportamento social e das estratégias lançadas para essa alteração, deixando o problema de ser tratado apenas publicamente para ser encarado, realmente, como um problema público.

Há os que consideram o jovem como transgressor da ordem social, problemático e em situação de vulnerabilidade, reforçando a percepção generalizada da juventude, ou ainda como elemento fundamental nas políticas públicas de desenvolvimento concebidas como forma de solucionar os problemas sociais e econômicos. Segundo Catani e Gilioli (2008, p. 96):

[...] vários estudos 'regrediram' a perspectivas que enfocam o jovem como 'problema'. O estudo da delinquência voltou a assumir grande importância a partir da década de 1980, com os temas dos 'jovens urbanos', das 'gangues' e dos grupos com comportamentos supostamente 'desviantes' (punk, por exemplo). Na década de 1990 (e até hoje), também houve movimento a fim de focar a juventude como capital humano a ser aproveitado economicamente. Os jovens continuaram a ser encarados como 'problema social' - por exemplo, pelo viés da violência urbana -, com a diferença que a 'solução' não seria mais o simples emprego dos antigos métodos de repressão dos comportamentos e de rebeldia. Assim entravam na cena principal as políticas públicas como tentativa de integrar os jovens excluídos no mercado de trabalho.

Segundo os estudos de Krauskof (2003), citado por Rodrigues (2008, p. 60), na literatura, podem-se identificar quatro enfoques sobre as diferentes concepções de juventude e estabelecer sua relação com as políticas públicas, conforme sintetizado a seguir:

Quadro 1 - Concepções de juventude e as relações com as políticas públicas.

Enfoque	Política de Juventude
1- Juventude como etapa de preparação, transição entre a infância e a idade adulta	Voltadas à preparação para a idade adulta, com foco na aquisição de experiências; - Vinculação do jovem com as instituições de transição ao mundo adulto; - Definidas a partir da crise; - Destaque para as políticas de educação e qualificação profissional; o serviço militar também pode ser visto a partir dessa perspectiva.
2- Juventude como etapa problemática	Políticas compensatórias e focalizadas, predominantemente nas áreas de saúde e justiça. - Predomínio de temas como violência, drogas e gravidez não planejada.
3- Juventude formada por atores estratégicos para o desenvolvimento	Investimento nos jovens como capital humano e capital social fundamentais para o desenvolvimento do país.
4- Juventude cidadã como sujeito de direitos	Articulação com as outras políticas públicas (visão integral do jovem); - Inclusão dos jovens como sujeitos explícitos de direitos civis, políticos, culturais, sociais e econômicos; - Permitir que os jovens exerçam plenamente sua condição de cidadão.

Fonte: Rodrigues (2008, p. 60), baseado em Krauskopf (2003); Abramo (2005); Freitas e Papa (2003)

Rodrigues (2008, p. 60-62), em sua dissertação de mestrado sobre *“Análise de Redes e Políticas de Juventude”*, traçou algumas considerações acerca de cada um dos enfoques, que de forma resumida será apresentada nesta pesquisa.

Quanto ao primeiro enfoque, juventude como etapa preparatória para a vida adulta, Abramo (2005) e Krauskopf (2003) citado por Rodrigues (2008) apontam certas limitações: embora calcada em uma perspectiva universalista, não se preocupa com as desigualdades, entre os jovens, assumindo uma homogeneidade de comportamentos e experiências que não existe. Não há como supor que a preparação de um jovem de classe média possa ser a mesma que a de um “rapaz trabalhador”. Além disso, esta abordagem não visualiza os jovens como sujeitos sociais do presente, pois o foco está em sua preparação para o futuro.

Referente ao segundo enfoque, juventude como etapa problemática, sua análise é centralizada nos comportamentos de risco e nas transgressões que demandam políticas focalizadas e de caráter compensatório. Nesse contexto, os indicadores sociais, apontam a vulnerabilidade dos jovens: são os que mais matam e os que mais morrem; concentram os maiores índices de desemprego; elevado

quantitativo de jovens fora da escola; ou seja, por este enfoque busca-se caracterizar a precariedade da condição juvenil e, mediante isso, justificar a existência de programas e ações. Sobre esta visão, Abramo (2005) *apud* Rodrigues (2008) explica que, para os governos e sociedade, a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia na integração social e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social.

Sposito (2003, p. 67) também critica essa abordagem:

[...] a partir da associação entre jovens e problemas, as ações operam compôs de significado que permitem duplo deslizamento semântico possível e, portanto, práticas políticas diversas: os problemas que atingem os jovens expõem uma série de necessidade e demandas não atendidas que resultariam no reconhecimento do campo de direitos e de formulação de políticas globais para a juventude; ou, de forma mais corrente, os problemas que atingem os jovens transformam-se nos problemas da juventude e, portanto, é o sujeito jovem que se transforma no problema para a sociedade.

Acerca do terceiro enfoque, o jovem é visto como um ator estratégico para o desenvolvimento nacional, o que justifica os investimentos em capital humano e social. Segundo Abramo (2005) citado por Rodrigues (2008), essa concepção avança no reconhecimento dos jovens como atores dinâmicos da sociedade e com potencialidades para responder aos desafios trazidos pelas inovações tecnológicas e transformações produtivas. Todavia, toma-se o modelo de desenvolvimento como um dado e não se faz a discussão de como os jovens se inserem neste âmbito. Ademais, transfere-se para o jovem uma elevada responsabilidade pela mudança social.

Por fim, tem-se o quarto enfoque, o jovem na perspectiva da cidadania, entendida também como sujeito de direitos, reconhece a singularidade desta etapa e considera, de forma integral, as necessidades e especificidades dos jovens, assim como sua capacidade de contribuição e participação. Há claramente uma influência do movimento que trata da infância e da adolescência, que, pioneiramente, concebeu as crianças e os jovens como sujeitos de direitos e, assim, rompeu com a ultrapassada doutrina da situação irregular.

Para os especialistas sobre o estudo de juventude, a preocupação com essa temática surgiu na década de 1950, nos Estados Unidos, como o momento de inclusão dos jovens nos processos de modernização, através de políticas

educativas. Em 1965, os Estados-membros da ONU assinaram a *Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos*. Todavia, somente em 1985, a ONU instituiu o Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz. A partir disso, o debate sobre política pública para juventude ampliou sua visibilidade e ganhou materialidade.

Entretanto, no Brasil, o tema entrou em pauta de forma mais intensa e organizada em meados da década de 1990. Nesta época, pouca relevância se dava às questões da juventude, sendo o foco direcionado às preocupações e mobilizações em torno da proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, em 1990, resultado de intensa mobilização da sociedade e de movimentos sociais vinculados à questão de meninos e meninas moradores de rua na década de 1980, representou um marco importante para a demanda juvenil, mesmo abrangendo apenas os jovens de faixa etária até 18 anos incompletos.

Com a entrada em vigor do ECA, por muito tempo, o termo juventude era associado ao período da adolescência ou da faixa etária distinta da criança. Pelo histórico, observa-se que as ações, serviços e programas do Estado e das entidades da sociedade civil adotavam o limite máximo de 18 anos, o que excluía os maiores de 18 a 29 anos, isto é, os jovens dessas faixas etárias não eram abrangidos pelas ações e debates sobre direitos e cidadania contidos no ECA.

A juventude, como questão política e tema de política pública, emergiu somente depois do processo de redemocratização, com a aprovação da Constituição de 1988. Evidenciou-se que, mesmo apartados do processo como tema, muitos jovens e organizações juvenis se uniram e participaram ativamente contra a Ditadura, como exemplo no movimento das Diretas Já, sendo considerada a maior mobilização de jovens na rua havida até então, o que possibilitou destaque na luta pela redemocratização e da construção e inserção de pautas nos movimentos sociais.

Sobre a trajetória da compreensão das políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil, Sposito e Carrano (2003, p. 17), baseados no estudo de Rua (1988) sobre as ações públicas dos anos 1990, observam que de modo diferente do conjunto da América Latina, as políticas públicas para a juventude tenderam a permanecer muito mais como “estado de coisas” do que como problemas de

natureza política que demandam respostas. Ao examinar, sobretudo, no nível federal, as políticas setoriais de educação, saúde e trabalho, constatou-se que nenhuma delas estava, naquela conjuntura, contemplando ações especialmente voltadas para os jovens.

Nesse período da década de 90, as políticas públicas visavam setores que apresentavam características de vulnerabilidade, risco ou transgressão, geralmente os grupos visados eram a juventude urbana, pobre e negra, assim como as iniciativas eram bem pontuais, de curta duração e voltadas à inclusão social de jovens por meio de oficinas de capacitação para inserção no mundo do trabalho.

Destaca-se, nessa década, o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, que foi impulsionado por diversos protestos multitudinários de estudantes de todo o Brasil, com a consequente posse do vice-presidente Itamar Franco, o qual instituiu, em 13 de julho de 1993, a Semana Nacional do Jovem, através da Lei nº 8.680.

Em 1995, foi realizado pela Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social – MUDES⁷, no Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude, com a participação de especialistas e jovens de vários municípios brasileiros, no qual se debateu e foi indicada uma proposta de formulação de Política Nacional de Juventude.

Segundo Sposito e Carrano (2003, p. 18), no Brasil, ainda se observa a ausência de estudos que reconstituam os modos como foram concebidas as ações públicas destinadas aos jovens no século XX. Todavia, de modo geral, sejam perceptíveis algumas imagens, colocando em prática algumas orientações latino-americanas.

Conforme os estudos de Abad (2002), citado por Sposito e Carrano (2003, p. 18), a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto. Assim, mesmo com as diferenças particulares presentes nos países latino-americanos,

⁷ CLEMENTINO (2012, p. 13-28) Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social é uma instituição filantrópica e sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento de programas e projetos sociais em benefício da juventude. Atua como agente de integração, fazendo a mediação entre as empresas conveniadas que oferecem vagas de estágio à estudantes de ensino médio, técnico e (superior que buscam uma oportunidade. Referida Fundação representou o Governo Brasileiro em vários eventos internacionais de juventude na década de 1990, inclusive na Organização Ibero-americana de Juventude.

foram se consolidando ao longo dos anos quatro distintos modelos de políticas de juventude: a) ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

Esses modelos convivem simultaneamente no debate sobre a juventude, muitas vezes dentro de um mesmo aparelho de Estado, de orientações tais como as dirigidas ao controle social do tempo juvenil, à formação de mão-de-obra e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direitos.

Para Diógenes (2009, p. 278), uma política para juventude deve levar em conta aspectos que recortam o conjunto de suas experiências, suas formas de sociabilidade e as marcas e os códigos de linguagem que balizam suas linhas de comunicação e produzem um reconhecimento entre seus pares. Ressalta a autora que muitas políticas públicas para juventude pautam-se em iniciativas restritas de profissionalização e geração de renda sob os parâmetros do mundo adulto.

Entre 1995 a 2002, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, mesmo que não se possa falar na esfera federal de políticas estratégicas voltadas para jovens, algumas propostas foram executadas, principalmente com base nas questões de prevenção, controle ou efeito compensatório de problemas que atingiam a juventude, como, por exemplo, questões que associavam os jovens ao tema de violência, consumo de drogas e ao desemprego. Entretanto, evidenciou-se que, nesse período, a baixa atividade coordenadora do governo federal em relação a seus programas e projetos, o que foi observado pela ausência de órgãos da administração federal com capacidade de concentrar e publicar informações acerca das políticas de juventude (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 21).

A partir de 2004, o cenário começa a mudar, quando iniciou no Brasil um amplo processo de diálogo e debates entre governo e movimentos sociais acerca da necessidade de se instaurar uma política de juventude no país.

Silva e Andrade (2009, p. 49-50) destacam as seguintes iniciativas, que consideram mais importantes, no período de 2004: i) realização da Conferência Nacional de Juventude pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados, que organizou debates, conferências regionais em todo o país sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros e possíveis soluções para os

problemas; ii) criação do Grupo Interministerial⁸ ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), que realizou diagnóstico das condições de vida dos jovens e dos programas do governo federal, voltados total ou parcialmente para a população juvenil; iii) realização de Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que propôs, como metodologia, debates regionais e temáticos e organizou uma pesquisa nacional para traçar o perfil da juventude; iv) encaminhamento de projeto de lei (PL) propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL nº 4.524/2007); e v) encaminhamento de PL versando sobre o Plano Nacional de Juventude (4.530/2004), o qual estabelece os objetivos e as metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros⁹.

Nos anos posteriores, a temática avança efetivamente em busca de desenvolvimento das Políticas Públicas de Juventude. Em fevereiro de 2005, através da Lei nº 11.129/05, foram instituídos: a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão executivo ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República; o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), órgão de articulação entre o governo e a sociedade civil, consultivo e propositivo; e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), principal programa de juventude do Governo Federal, que no início teve como foco jovens de 18 a 24 anos, que não haviam concluído o ensino fundamental e que não tinham emprego com carteira assinada.

A partir da criação dos referidos órgãos, possibilitou-se mais diálogos entre governo e juventude e, conseqüentemente, houve maior direcionamento no processo de construção das políticas públicas para a juventude. Sendo os instrumentos de diálogos, como os Conselhos de Juventude e as Conferências de Juventude, considerados como os principais canais com poder de agenda e que passaram a atuar de forma mais significativa nas ações do governo direcionadas aos jovens.

Ressalte-se também que, entre 2003 e 2005, foram criados fóruns e movimentos tais como: a Rede Juventude pelo Meio-Ambiente – REJUMA; o Diálogo

⁸ Grupo Interministerial de Juventude, encarregado de definir uma Política Nacional Integrada de Juventude, formado por representantes de 19 ministérios e secretarias especiais, responsável por mapear dados sobre as condições em que vivem os jovens brasileiros, os programas federais voltados para essa categoria, os desafios para a construção de uma política nacional de juventude e recomendações para elaboração desta política.

⁹ Cabe mencionar a Proposta de Emenda Constitucional da Juventude (PEC nº 138/2003) foi o marco legal das políticas da juventude, sendo aprovada pelo Congresso Nacional em 2010, que assegura aos jovens entre 15 e 29 anos prioridade em direitos como saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e cultura.

Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, articulado pela União Nacional dos Estudantes – UNE; a Rede Nacional de Organizações, Movimentos e Grupos de Juventude- RENAJU; a Rede Sou de Atitude e o Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, distintos setores da juventude brasileira, visando constituir plataformas e redes juvenis em âmbito nacional, cada um reconhecendo seu papel e suas limitações (CORDEIRO; CLEMENTINO, 2012, p. 13-28).

Houve, ainda, nos governos municipais e estaduais, a criação de órgãos gestores de juventude, reforçando ações à participação dos jovens na elaboração das Políticas Públicas de Juventude, no “empoderamento” de suas organizações associativas, maior efetividade na aplicação dos recursos, com objetivo de mobilizar setores estratégicos do Poder Público e da sociedade civil pela promoção da juventude brasileira.

Em 2007, o governo do Presidente Lula lançou um programa unificado de juventude, reformulando o PROJOVEM, integrando seis programas federais já existentes (Projovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Escola de Fábrica, Consórcio Social da Juventude Cidadã) chamado pela imprensa de Programa de Aceleração do Crescimento–PAC da Juventude, que visava atender mais de quatro milhões de jovens. O Programa passou a ser denominado de PROJOVEM Integrado, com quatro modalidades: urbano, campo, trabalhador e adolescente.

Em 2008 e 2011, realizou-se, respectivamente, a 1ª e 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude promovida pela Secretaria e Conselho Nacional de Juventude, com participação de milhares de jovens. Essas conferências objetivaram ampliar o diálogo e o debate com os jovens sobre as políticas públicas de juventude.

Outra iniciativa importante foi o “Pacto pela Juventude”¹⁰, instituído em 2008, que consistiu numa proposição do Conselho Nacional de Juventude aos governos (federal, estadual e municipal), e aos candidatos a prefeito e vereador, para que se comprometessem com as Políticas de Juventude, nas suas ações de governo e plataformas eleitorais, respectivamente.

No início do governo Dilma, na nova gestão da Secretaria Nacional de Juventude não houve novidade de impacto e nenhuma ação mais estruturadora das

¹⁰ Balanço final do Pacto pela Juventude ano 2008. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/arquivos/balancopactopelajuventude>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

políticas de juventude no Brasil. Entretanto, no final de 2011, referida Secretaria anunciou três novos programas: Estação Juventude, fortalecimento dos Conselhos de Juventude e Observatório de Políticas de Juventude.

O Projovem Urbano foi transferido para o Ministério da Educação, o que contribuiu para articular a escala do programa às políticas educacionais para os jovens, com isso, possibilitou à Secretaria Nacional de Juventude estabelecer uma nova agenda de política, ampliando sua atuação e dando mais ênfase na diversidade dos jovens brasileiros. Assim, a SNJ potencializou ações nos ministérios, fortaleceu a participação social no Governo Federal, atuou diretamente na elaboração dos marcos regulatórios, além de fortalecer as agendas e a execução de ações diretas aos jovens até então invisibilizados, como os jovens negros, mulheres, rurais, urbanos, indígenas e LGBT.

Em 2013¹¹, foi o ano marcado pelas grandes manifestações de rua, com participação ativa dos jovens, que culminaram na ampliação do diálogo direto com o governo. O crescimento do tema juventude na agenda pública se intensificou, especialmente, a partir das manifestações ocorridas em junho/2013, dos rolezinhos e dos debates sobre a violência, os quais contribuíram para aproximação direta com a Presidente Dilma Rousseff. A partir desses fatos, a SNJ lançou em 17 de junho de 2014, o Participatório - o Observatório Participativo da Juventude.

Além disso, em 2013, houve grande conquista, com a aprovação do Estatuto da Juventude, em resposta à luta de quase 10 anos. No campo da institucionalidade das Políticas Públicas de Juventude, foi publicada em 26 de setembro de 2013 a Portaria de indicação dos representantes do Comitê Interministerial das PPJ.

Sobre o Estatuto da Juventude, cumpre destacar que foi instituído pela Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, decorrente de lutas históricas dos movimentos juvenis organizados e representa o primeiro marco legal específico a reconhecer as pessoas com idade entre 15 a 29 anos como sujeitos de direitos, tendo entrado em vigor em primeiro de fevereiro de 2014.

Essa legislação dispõe, dentre outras, sobre os princípios e as diretrizes

¹¹ Informação contidas no balanço da SNJ-2013 e 2014, disponíveis em: <<http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3228/balanco-snj-2013.pdf>> e <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3632/Balanco_Gestao_SNJ_2011-2014.pdf>. Acesso em 15 dez. 2016.

das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Totalizam 11 direitos previstos no estatuto, quais sejam: à diversidade e à igualdade; ao desporto e ao lazer; à comunicação e à liberdade de expressão; à cultura; ao território e à mobilidade; à segurança pública e ao acesso à justiça; à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à saúde; à educação; à sustentabilidade e ao meio ambiente.

Este trabalho não tem a finalidade de esgotar o debate em torno das políticas públicas de juventude no Brasil, mas apenas expor um panorama geral da sua trajetória. Com isso, direcionar a pesquisa em torno das políticas públicas para a juventude de Fortaleza, especialmente, como se deu a criação e implementação dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCAs), para então, focar o estudo no do CUCA Jangurussu a fim de verificar como essa política pública vem contribuindo para o processo de socialização e formação da cidadania dos jovens inseridos nesse equipamento, através das atividades culturais.

Nesse contexto, será importante traçar o cenário das políticas públicas de juventude de Fortaleza, a partir da administração da ex-Prefeita Luizianne Lins até a administração atual do Prefeito Roberto Cláudio, enfocando, principalmente, os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esportes, o que será realizado mais à frente.

2.3 JUVENTUDE(S): OLHARES ATRIBUÍDOS PELA SOCIEDADE

No tocante às definições de juventude, é preciso compreender, enquanto fenômeno multidimensional, os diversos fatores que constituem a identidade juvenil.

Existem diversas abordagens sobre o tema, todavia, desde logo, sabe-se que não há apenas uma juventude e uma cultura juvenil, mas várias, o que as diferenciam são as condições econômicas, sociais e históricas específicas.

Somente no século XX, a fase juvenil se fortalece e surgem as dificuldades nos esclarecimentos de seus conceitos de identidade. Nesse panorama, muitos foram os autores que contribuíram com os estudos e análises sobre a temática, entretanto para esta pesquisa destaque alguns como José M. Pais; Luis A. Groppo e Helena Abramo, Marília Sposito, Paulo Carrano e Glória Diógenes.

De acordo com Diógenes (2009, p. 274), a juventude é um conceito que exige uma necessidade contínua de decifração, por representar o segmento que mais se define por suas práticas, formas diversas de atuação e de experimentação do que mesmo por conceituações e referenciais estáveis e fixos. Na tentativa de decifrar a definição de juventude, a autora assim discorre:

Falar de juventude é movimentar-se em um campo ambíguo de conceituação. A juventude se constitui enquanto categoria social, no que tange à definição de um intervalo entre a infância e a vida adulta, apenas no final do século XIX, ganhando contornos mais nítidos no início do século XX. A juventude é uma invenção moderna, sendo desse modo, tecida em um terreno de constantes transformações (DIÓGENES, 2009, p. 274).

Na segunda metade do século XX, despontou a percepção de juventude como categoria social. Nesse contexto, notadamente com a urbanização, o jovem começou a ser alvo de preocupação do Estado e de diversos setores sociais, associando aos temas de educação, delinquência, trabalho, entre outros. Paralelamente, a juventude destacou-se na esfera de consumo e da indústria cultural, com o avanço dos meios de comunicação contribuiu para inserir essa categoria social como protagonistas no mercado da moda, esporte, lazer, música, e outras áreas.

Para a sociedade, definir o jovem é sempre um desafio, porém para o jovem a preocupação é definir-se diante de si próprio, de seus pares e da sociedade. Percebe-se que ambas as formas de identificação na prática costumam aparecer juntas, contudo, sua distinção é essencial para delimitar os contornos em que a juventude poderá seguir nos diferentes contextos sociais, políticos e históricos.

Sposito (2000) destaca que é impreciso o conceito de juventude, pois abrange situações e contextos com poucos elementos comuns entre si. Todavia, essa imprecisão é relevante como ponto de partida, pois a própria definição dessa categoria encerra um problema sociológico passível de investigação, na medida em que os critérios que a constituem como sujeitos são históricos e culturais.

Para compreender o que vem a ser a juventude, Catani e Giolioli (2008, p. 12-13) ressaltam que é necessário começar desmistificando-a como categoria natural e biológica, quando na verdade ela é, sobretudo, uma construção social que

varia conforme as diferentes culturas, e que nem sempre existiu como categoria socialmente visível.

Segundo Groppo (2000, p.7-12), a definição de juventude como categoria social, vai além de uma faixa etária ou “classe de idade”, no sentido de limite etário restrito, tornando-se ao mesmo tempo, uma representação sociocultural e uma situação social, ou seja, para o autor, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos, sendo, nesse aspecto, importante para a análise das sociedades modernas.

Complementa referido autor trazendo a definição no campo da sociologia, que enfatiza a relatividade do critério etário, pois a juventude, o jovem e seu comportamento mudam de acordo com a classe social, o grupo étnico, a nacionalidade, o gênero, o contexto histórico, nacional e regional, chegando-se à indefinição, por uma questão extrema de relativismo.

Groppo ainda diferencia os termos juventude, adolescência e puberdade. Para isso, toma como base as definições na área das ciências médicas, da psicologia e da sociologia, vejamos cada um:

As ciências médicas criaram a concepção de puberdade, referente à fase de transformações no corpo do indivíduo que era criança e que está se tornando maduro. A psicologia, a psicanálise e a pedagogia criaram a concepção de adolescência, relativa às mudanças na personalidade, na mente ou no comportamento do indivíduo que se torna adulto. A sociologia costuma trabalhar com a concepção de juventude quando trata do período interstício entre as funções sociais da infância e as funções sociais do homem adulto. (2000, p. 13-14).

Indica como situação problemática na modernidade, a passagem da infância à maturidade, haja vista as dificuldades encontradas pelos grupos etários juvenis para construírem funções sociais realmente integradas para os indivíduos jovens, em uma sociedade cada vez mais baseada em critérios universalistas, de desempenho e especialização.

Nesse contexto, as escolas transformaram-se em um sistema institucionalizado e quase universal, já que passaram a organizar a vida das crianças durante vários anos, com forte acentuação técnico-preparatória. Todavia, o sistema educacional mostra-se insuficiente para atender às necessidades do período de

transição da personalidade das crianças e adolescentes. Diante disso, outras associações surgem atribuindo aos jovens papéis específicos e de repercussão na sociedade global, para que mantenham uma identidade comum e uma vivência em grupo, integrando-os à sociedade.

Segundo ainda Groppo, o *status* conferido ao indivíduo por estes grupos juvenis modernos não lhe garante *status* algum na vida adulta em sociedade, visto que os grupos juvenis modernos conseguem apenas outorgar papéis sociais com características meramente preparatórias, ou seja, na sociedade moderna os jovens têm poucas oportunidades de saírem dos grupos etários com papéis e *status* sociais já definidos, em síntese, quando o grupo moderno não cumpre seu papel de canal de transição para uma maturação psicológica, são classificados como grupos juvenis anômicos (GROPPO, 2000, p. 43-52).

Para Pais (1990, p. 140), a sociologia da juventude pode ser tomada de duas tendências:

- a) Numa delas, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada «fase da vida», prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase da vida— aspectos que fariam parte de uma «cultura juvenil», específica, portanto, de uma geração definida em termos etários.
- b) Noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações económicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. Neste outro sentido, seria, de facto, um abuso de linguagem subsumir sob o mesmo conceito de juventude universos sociais que não têm entre si praticamente nada de comum.

Sobre essas tendências do conceito de juventude, mencionado autor ressalta que se as culturas juvenis são geralmente referenciadas a conjuntos de crenças, valores, símbolos, normas e práticas que determinados jovens dão mostras de compartilhar, esses elementos tanto podem ser próprios ou inerentes à fase da vida, como também podem ser derivados ou assimilados, quer de gerações precedentes (de acordo com a corrente geracional da sociologia da juventude), quer por trajetórias de classe em que os jovens se inscrevem (de acordo com a corrente clássica). Assim, aos diferentes sentidos que o termo juventude tem tomado e às manifestações de sentidos contrários que entre os jovens é possível encontrar, como, por exemplo, nos comportamentos cotidianos, no modo de pensar e de agir,

nas identidades sociais, dentre outros, Pais chama isso, em termos lato, de "paradoxos da juventude".

Convém atentar ainda para os pontos que diferem juventude e adolescência, pois a partir das conceituações dessas categorias serão retratadas e interpretadas as formas de ser e estar no mundo, e então oferecer parâmetros para a sociedade na organização, ou não, do cuidado a essas fases da vida, assim como, direcionar os direitos e os deveres, as ações sociais e políticas de modo a atender os anseios desses grupos.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência constituiria num processo fundamentalmente biológico, durante o qual se aceleraria o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Nesse aspecto, abrangeria as idades de 10 a 19 anos, sendo divididas nas etapas de pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos) e de adolescência propriamente dita (de 15 a 19 anos). Por sua vez, o conceito de juventude se resumiria numa categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, compreendendo-se dos 15 aos 24 anos.

Conceituar juventude no contexto moderno convém atentar para os pontos que a diferem da adolescência. Por isso esclarece Fialho (2015, p. 20-21):

Visando a combater visões estáticas e pouco aprofundadas de fase da vida tão complexa e plural, optou-se por deixar de lado o construto adolescência tão impregnado de caracterizações estanques e simplistas e usar o de juventudes. O escopo foi desmistificar a juventude como estágio biológico e natural, pois esse período da vida é, sobretudo, uma elaboração sócio-histórica que abrange inúmeras variáveis de acordo com a internalização das experiências culturais desfrutadas, positiva ou negativamente, ao longo da vida. Desse modo, para compreender as juventudes, se faz necessário perceber a maturidade biológica e psicológica os critérios socioeconômicos, o estilo de vida no setor cultural que frequenta, dentre outros aspectos além da faixa etária.

Uma outra dificuldade quando se fala de juventude é determinar qual é a faixa etária que a define. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE utiliza para definir a categoria juventude a faixa etária dos 15 a 24 anos. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, de 1990, determina o término da adolescência aos 18 anos. Por sua vez a Secretaria Nacional de Juventude adotou como parâmetro a faixa de idades de 15 a 29 anos, assim como o Estatuto da Juventude, em seu art. 1º, §1º.

A importância de se definir o início e o término da idade do período da juventude é para diferenciá-la dos demais grupos da população. Ademais, torna-se necessária distingui-la, pois definirá, por exemplo, para quem serão destinados os recursos, projetos, ações e políticas públicas voltadas para os jovens.

A propósito, ao iniciar o trabalho no Mapa da Violência 2014, Waiselfisz (2014) aborda essa discussão quanto às definições de juventudes, informando:

Quando iniciamos esses estudos, não existia uma clara definição do que era o *ser jovem* na sociedade brasileira, não existia balizamento legal ou institucional regulando essa fase da vida. Tínhamos, desde 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que conceituava a criança como a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade. Mas sabíamos das largas diferenças pelas suas especificidades fisiológicas, psicológicas e sociológicas. Adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico durante o qual se acelera o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Já o conceito juventude resume uma categoria essencialmente sociológica, que remete ao processo de preparação para o indivíduo assumir o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, isto é, tanto na produção quanto na reprodução da vida humana. Diante desse *vazio*, adotamos em todos os trabalhos a definição etária de juventude das Nações Unidas, como a fase da vida humana que se estende dos 15 aos 24 anos de idade.

Todavia, definir a juventude não somente como um recorte de faixa etária, mas também como categoria social, implica compreender a existência de vários grupos sociais concretos que constituem uma pluralidade de juventudes, visto que de cada recorte sociocultural emergem subcategorias de indivíduos jovens com características, símbolos, comportamentos e sentimentos específicos. Nessa linha esclarece Carrano (2003, p. 133-134)

A juventude se mantém como categoria sociológica inventada pelos adultos, entretanto os seus sentidos se tornam cada vez mais difíceis de totalizar. Quando muito, podemos elaborar provisórios mapas relacionais. [...] O cotidiano dos jovens pode ser mais caracterizado, entretanto, por inúmeras redes de interesses cotidianos com os grupos e redes de reações elaborando seus próprios estilos e pontos de vistas.

Assim, o conceito de “juventudes plurais” seria o mais adequado, tendo em vista às diferenças de ser jovem em função das classes sociais, de habitar no centro de grande metrópole ou em periferia, de pertencer a religiões e credos distintos, de orientação sexual, sua condição étnica e de gênero, entre outros fatores, que vão diferenciando internamente o grupo que se denomina juventude, razão pela qual, ao falar das experiências juvenis, deve-se reconhecer esta

diversidade e pronunciar “juventudes”, noção esta compartilhada por diversos autores (SPOSITO; CARRANO, 2003; DAYRELL, 2007; PAIS, 1990, entre outros) e esse reconhecimento demanda maior atenção para os que querem propor políticas públicas voltadas aos jovens.

É nesse sentido que essa pesquisa também compartilha do pensamento de que não há uma única juventude, mas várias, definidas e caracterizadas de acordo com suas vivências, situações e identidades sociais. A juventude, portanto, não deve ser compreendida como uma categoria homogênea, haja vista existirem diversos modos de ser jovem.

Pelo exposto, conclui-se que a juventude por ser considerada uma etapa da vida, que, como as outras, demanda um conjunto de trajetórias, desafios e experiências, que vai além das transformações biológicas, mas sobretudo, é marcada pelas relações estabelecidas no interior da sociedade. Se for considerada apenas como um momento de transição entre a infância e o estágio adulto, poderia se correr o risco de compreender a juventude apenas na concepção do senso comum, que em muitos casos, rotulam essa categoria como indivíduos a quem falta maturidade, competências e responsabilidade de adultos.

Vale ressaltar que os jovens de hoje estão inseridos em contextos de questões como avanço de doenças sexualmente transmitidas, como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS; a presença de tecnologias de informação e comunicação, como a internet, que possibilita acesso a redes sociais (*Facebook*, *Whatsapp* e outros); aprofundamento da globalização capitalista e demais fatores que definem as experiências dos sujeitos jovens e que influenciam, até mesmo, as visões que eles próprios possuem de si.

Desse modo, percebe-se que as vivências e experiências juvenis estão fortemente ligadas aos ambientes em que estão imersos e com as diferentes práticas culturais, além das limitações de ordem econômica e social.

2.3.1 Culturas, sociabilidade e lazer

No campo da sociologia da juventude, predominantemente o conceito de cultura tem sido utilizado com o fim de discernir os diferentes significados e valores de determinados comportamentos juvenis. Essas culturas são vistas, de acordo com

Pais (1990, p. 163), tanto pela corrente geracional quanto pela corrente classista, como um processo de internalização de normas e como processos de socialização.

As culturas juvenis vêm sendo analisadas a partir do contexto das representações sociais dominantes, todavia, pode-se reivindicar uma utilização mais dinâmica do conceito de cultura juvenil, conforme sugere Pais (1990, p. 163), explorando também o seu sentido antropológico, fazendo apelo a específicos modos de vida e práticas cotidianas que expressam certos significados e valores não apenas ao nível das instituições, mas, sobretudo, na própria vida cotidiana.

Considerando as culturas juvenis como resultado de específicos processos de socialização, faz-se necessário entender o significado de socialização, em diversos sentidos, dos quais Pais (1990, p. 164) destaca dois que considera mais importantes:

Num primeiro sentido, o conceito de socialização tem sido utilizado para analisar como, na sociedade, os ordenamentos sociais são possíveis pela transmissão de normas a um nível coletivo, macrosocial (normas de gerações, normas de classes sociais, etc.).

Num segundo sentido, o conceito de socialização tem sido utilizado a um nível microsociológico, sendo desse modo possível entender como os indivíduos, quotidianamente, reproduzem ou modificam essas normas, ou criam em alternativas outras.

Segundo o autor, considerando ambos os sentidos, a cultura pode ser entendida como um conjunto de significados compartilhados, que fazem parte de um conhecimento comum, ordinário e cotidiano, podendo ser; um conjunto de símbolos específicos que simbolizam a pertencer a um determinado grupo; uma linguagem com seus específicos usos, particulares rituais e eventos, através dos quais a vida adquire um sentido.

Estudos revelam que o consumo cultural para juventude se fortaleceu a partir do pós-Segunda Guerra Mundial e do Estado do Bem-Estar Social, com o pleno emprego nos países desenvolvidos e o substancial desenvolvimento econômico de várias economias periféricas proporcionaram aumento do poder aquisitivo, o que possibilitou a estimulação da indústria cultural, do comércio, dos meios de comunicação e da publicidade, assim como dos setores destinados à produção de bens e serviços para os segmentos sociais favorecidos por esse ciclo econômico, entre os quais a juventude se destaca. (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 19)

A força da indústria cultural colabora sobremaneira para diversas formas

de exclusões e diferenciações entre as múltiplas condições juvenis, conforme advertem Catani e Gilioli (2008, p. 20) ao citar os casos dos jovens pobres que têm possibilidades reduzidas, ou até mesmo, inexistentes de consumir em espaços como restaurantes, concertos, shows e shopping ou de ter acesso a viagens turísticas e bens culturais. Para esse grupo, restam parques e praças públicas, que em geral são escassos e deteriorados, terrenos baldios, ruas e praias, bem ainda, comércio e bares voltados ao público com pouco poder aquisitivo.

Ao discorrer sobre o papel do consumo cultural para os jovens, Catani e Gilioli (2008, p. 21) ressaltam que é preciso se buscar um equilíbrio. Ainda que incida a apropriação e a domesticação dos estilos juvenis pela indústria cultural, as expressões dos grupos ou subculturas dessa classe seriam, especialmente, reinterpretações que esses segmentos fazem dos problemas, das potencialidades e dos rumos possíveis da sociedade que os cerca.

Nesse contexto, percebeu-se que os movimentos juvenis como, por exemplo, *hippies*, *punks* e outros, e os diversos comportamentos nas formas de se vestir, de falar e dentre outros, passaram a ser considerados como formulações sociais que tentam buscar alternativas aos discursos tradicionais sobre política, religião e família.

Todavia, não se pode esquecer que é uma categoria composta de jovens, que expressam diversificados de sentimentos, comportamentos, atitudes. Eles amam, sofrem, divertem-se, possuem opiniões sobre diversos temas, pensam sobre suas experiências de vida, possuem desejos e expectativas de melhorias de vida, entre outros. Percebe-se que a dimensão simbólica e expressiva desses jovens tem sido utilizada como forma de comunicarem-se e posicionarem-se entre eles e diante da sociedade.

As expressões através da música, da dança, do corpo, do visual e de outras formas são os meios utilizados pelos jovens para articulações e troca de ideias. Há também, como será visto nas atividades desenvolvidas no CUCA, os jovens que se colocam na condição de produtores culturais, e não apenas na posição de usuários, agrupando-se para produzir músicas, artes, danças, peças teatrais, vídeos, fotografias.

As representações mais notórias sobre a juventude são as produzidas pelos meios de comunicação, que, com certa facilidade, elaboram caricaturas do que

seria a cultura jovem. Catani e Gilioli (2008, p. 22) explicam que os hábitos, as experiências e os modos de vida dos jovens das camadas sociais médias costumam ser eleitos como representantes de uma suposta essência da condição juvenil em geral. Segundo os autores, esse modelo assume dois pressupostos: de um lado a construção de uma ideia de juventude constituída com base em padrões adultos e, de outro, a cultura juvenil como um elemento alheio à sociedade adulta.

Dentre as várias possibilidades relacionadas ao primeiro caso, referidos autores citam a imagem idealizada do jovem “domesticado” pelas instituições tradicionais, um sujeito que cumpre ordeiramente as etapas preparatórias consideradas necessárias para o ingresso na vida adulta.

Na segunda representação, Catani e Gilioli (2008, p. 23) exemplificam a partir da crítica feita por Erik Erikson, quando este autor comenta que assistiu, no fim da década de 1960, a um documentário norte-americano sobre jovens em que os pais não apareciam. Era uma tentativa de descobrir a visão dos jovens sem a interferência dos adultos, o que foi criticado por Erikson, pois a juventude só existe em relação à idade adulta. Assim, eliminar o adulto não resolve o problema, apenas salienta a visão estereotipada de que os jovens são incompreensíveis e exóticos.

Existem, ainda, outras duas opções de representação de juventude para os meios de comunicação, sendo numa construída a imagem da juventude ligada à delinquência e a outra ligada à moda.

Quanto à primeira, a imprensa sensacionalista costuma ressaltar histórias e estatísticas sobre a juventude ligada aos protagonismos de altas taxas de gravidez na adolescência, de doenças sexualmente transmissíveis, ao consumo de drogas e álcool, a suicídio e a violência. Embora sejam realidades, sem dúvida, existentes, todavia, não podem ser tratadas de forma generalizada como essência da própria condição juvenil, conforme alertam Catani e Gilioli (2008, p. 24).

Em relação ao estilo juvenil ligado à moda, esta é a opção mais comum nos meios de comunicação, explicam Catani e Gilioli:

[...] os estilos seriam uma forma de expressão de autonomia das culturas juvenis, um meio de tentar escapar à moda. Já esta última corresponderia à noção de consumismo impulsionado pela indústria cultural. Há ainda outro caminho: os estilos podem ser abordados pela mídia como exotismo juvenil, correspondendo a uma espécie de olhar antropológico ‘colonizador’ sobre o jovem. (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 24)

É nesse panorama que se fala de “tribos urbanas”, ou melhor, de grupos de jovens que se identificam por adotarem modismos comuns, sendo cada um desses grupos caracterizados essencialmente por seu perfil específico de consumo de determinados bens. O termo “tribo” sugere também a ideia de selvageria nos comportamentos “instintivos” desses jovens. São os exemplos da caracterização dos *punks* e *skinheads* como antissociais e desajustados; as “patricinhas”, jovens consumidoras de alto padrão; os *nerds*, associados a comportamentos infantilizados ou “adultizados”.

Para Catani e Gilioli (2008, p. 24-27), as “tribos” podem ser diferenciadas por fronteiras de classes sociais, expressas pelo consumo: patricinhas, mauricinhos, executivos e grupos semelhantes constroem um estilo que evidencia sua condição de classe socialmente privilegiada. Por outro lado, têm-se as camilinhas, que correspondem às patricinhas “empobrecidas” pela crise econômica da década de 1990. Têm ainda os estilos que enfatizam sua condição de pertencimento à classe trabalhadora ou de moradores das periferias, tais como, *punks*, *skinherads* (ou *carecas*), *hip-hoppers*, *happers*, *rastafáris* e *funkeiros*, sendo que os dois primeiros, em geral, têm afinidades com ideologias políticas (anarquismo e nazismo, respectivamente), e os demais estão ligados a valores da negritude, ainda que com sua especificidade.

A partir da década de 1970, ampliou-se o contingente de consumidores entre os jovens de classe baixa, com destaque para a diversão e o consumo de roupas. Também houve um aumento na esfera do consumo cultural por parte das classes populares, cujos jovens passaram a ter acesso aos diversos estilos, sobretudo, influenciados pelos meios de comunicação, em especial, a televisão.

A crise dos anos 80 e 90 e a redução dos espaços públicos de convivência e lazer possibilitou aos jovens em melhores condições socioeconômicas o confinamento em estabelecimentos como shoppings centers, academias de esportes e casas noturnas, promovendo um corte censitário no público frequentador, criando uma espécie de “cordão sanitário” para os jovens das classes médias e altas evitarem o convívio cotidiano com os jovens de setores socialmente menos privilegiados (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 27).

A multiplicidade de estilos proporciona diversas possibilidades de vivência da condição juvenil, desde as periferias até as classes privilegiadas. Ademais,

correspondem a um espaço de socialização e uma espécie de “institucionalidade” paralela àquelas representadas, por exemplo, pelas famílias e pelas escolas. Sendo assim, os estilos seriam um rito de passagem para a construção de identidades juvenis (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 27).

Os movimentos estudantis tornaram-se o símbolo por excelência da juventude nas décadas de 60 e 70. Nesse período, ser jovem significava, sobretudo, ser estudante, o que acabava direcionando as atenções da sociedade e do Estado, dispensadas à juventude, às discussões sobre a educação e o potencial de rebeldia estudantil.

Entretanto, a partir da década de 80, o panorama altera-se, as diversas “tribos” e subculturas juvenis são colocadas em um primeiro plano, bem como vem à tona os problemas da juventude como essencialmente urbanos. A propósito, a discussão das “tribos” juvenis já implica a análise das relações entre urbanidade e juventude. Tanto é, que a denominação corrente empregada nesse contexto é ‘tribos urbanas’, conforme explicam Catani e Gilioli (2008) e ainda esclarecem:

[...] os jovens costumam aderir a esses grupos na adolescência, quando começam a romper laços com o mundo infantil e familiar e buscar novas referências: o contato com outros jovens amplia a rede de relações sociais, permite novas formas de viver o tempo livre e aumenta a possibilidade de apropriação de alguns espaços do bairro e da cidade. Ou seja, a condição juvenil ingressou em um processo de transformações significativas, tentando reconquistar, de modo alternativo, espaços públicos perdidos e refazer conscientemente rede de solidariedade e de socialização, parte delas esgarçada em função de uma sensação de esgotamento da figura do ‘estudante revolucionário’. (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 38-39).

Após o fim das manifestações das passeatas *pró-impeachment* dos estudantes caras-pintadas nos anos 1991 a 1992, permaneceu apenas um interesse dos meios de comunicação pelos jovens como potenciais consumidores. Nesse período foi criada uma série de produtos voltados para esse público, como por exemplo, seriados, programas de televisão e cadernos jornalísticos.

De acordo com Catani e Gilioli (2008, p. 39), essa iniciativa era, essencialmente, da indústria cultural que visava mais consumidores de um segmento de mercado específico, porém, ao mesmo tempo, acabava excluindo grande parte dos jovens pobres, sendo que uma das alternativas fortes era considerá-los sob o estereótipo unilateral e condenatório da delinquência, observando seus comportamentos como estranhos e agressivos. Asseveram os

autores:

[...] a(s) juventude(s) das classes populares foi esquecida durante muito tempo, passou a ocupar o primeiro plano no debate sobre as culturas juvenis com a crise econômica de fins das décadas de 1970 e parte dos anos 80. A face mais conhecida dos grupos de jovens pobres urbanos são os pichadores e os grafiteiros, que fazem novos usos do espaço público das cidades mediante inscrições em muros, casas, prédios e outros locais possíveis. (CATANI ; GILIOLI, 2008, p. 41).

Conforme os supracitados autores, a partir da década de 1980 e, em especial, na segunda metade dos anos 1990, os movimentos juvenis em áreas pobres urbanas adquiriram maior visibilidade, sendo constituídos, em sua maioria, por jovens do sexo masculino. Uma das marcas dos jovens da atualidade são as agremiações como as galeras, que assim se organizam de forma alternativa à família e à escola, apropriando-se dos espaços públicos e das ruas, além de estruturarem seu tempo de lazer de modo peculiar (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 43).

Alerta Dayrell (2007, p. 1108-1109) para a importância de situar o lugar social dos jovens, pois é o que vai determinar, em parte, os limites e as possibilidades com os quais constroem uma determinada condição juvenil. Constatou o autor que a vivência da juventude nas camadas populares é dura e difícil. Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil. Um grande cotidiano é a garantia da própria sobrevivência, numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro.

Diante da diversidade juvenil, as práticas culturais desse segmento não são homogêneas e são direcionadas de acordo com os objetivos que as coletividades juvenis são capazes de processar, num contexto de diversas influências externas e de interesses produzidos dentro de cada grupo específico. Assim, pode-se ocorrer, por exemplo, no mesmo estilo cultural, práticas de delinquências, violência, agressividade, vandalismo, como também pode ter orientação voltada para utilização do tempo livre de modo saudável, de agrupamento para realização de ações solidárias.

Catani e Gilioli também consideram a existência da diversidade de culturas juvenis ao discorrerem que:

Com frequência ouvimos falar das “tribos” urbanas, em que os jovens se reúnem segundo gostos, modos de falar e de se vestir comuns. Uma entre outras formas de dizer o mesmo de modo mais sofisticado é chamar esses grupos identitários de subculturas juvenis (no plural). (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 93).

Uma outra dimensão da condição juvenil é a sociabilidade, como explica Dayrell (2007, p. 1107) “a turma de amigos é uma referência na trajetória da juventude: é com quem fazem os programas, ‘trocam ideias’, buscam formas de se afirmar diante do mundo adulto, criando um ‘eu’ e um ‘nós’ distintivos”.

Pais (1993, p. 94), citado por Dayrell (2007), esclarece que os amigos do grupo “constituem o espelho de sua própria identidade, um meio através do qual fixam similitudes e diferenças em relação aos outros”.

Segundo Dayrell (2007, p. 1110-1111), a sociabilidade expressa uma dinâmica de relações, com as diferentes gradações que definem aqueles que são os mais próximos (os amigos do peito) e aqueles mais distantes (a colegagem), bem como o movimento constante de aproximações e afastamentos, numa mobilidade entre diferentes turmas ou galeras. Para este autor, a sociabilidade, para os jovens, parece responder às suas necessidades de comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e principalmente, de identidade.

Sobre sociabilidade, Simmel considera que é vista como uma forma autônoma e lúdica de sociação, que possui especificidade que a torna peculiar, apresenta-se emancipada dos conteúdos, apenas como forma de convivência com o outro e para o outro (SIMMEL, 1983, p.168-169).

Essa convivência permite aos indivíduos estabelecer laços, os quais têm em si mesmos a sua razão de existir. Nesse sentido, observa-se que a sociabilidade pode ser estabelecida em qualquer espaço desde que eles estejam “juntos”; seja na rua, nos grupos culturais, nos momentos de lazer, ocupando esferas territoriais e espaciais diversas, ainda que cada um dos jovens tenha trajetórias múltiplas e possua especificidades quanto ao estilo, aos gostos e ao modo de se comportar e estabelecer relação com o mundo.

Acerca das novas formas de sociabilidade entre jovens, Sposito (1994) assim explica:

Ruas e praças da cidade são ocupadas pela presença de incontáveis agrupamentos coletivos juvenis, estruturados a partir de galeras, bandos gangues, grupos de orientação étnica, racista, musical, religiosa ou as

agressivas torcidas de futebol [...]. Percebe-se uma nova apropriação do espaço urbano, que desafia o entendimento e exige uma aproximação mais sistemática para sua compreensão.

Por meio desses espaços, os jovens desenvolvem diversas relações de sociabilidade, de trocas de ideias e experiências, estruturando novas referências e identidades individual e coletiva.

Há ainda os que apontam o lazer como um campo onde os jovens podem expressar suas aspirações e desejos, como forma de projetar um modo de vida, pois através das atividades de lazer e entretenimento ocupam parte considerável do seu tempo livre, revelando a alta importância que conferem à circulação e desenvolvimento da sociabilidade ligada à diversão (ABRAMO, 2008, p. 54).

A propósito, é preciso considerar o lazer como tempo sociológico no qual a liberdade de escolha é elemento preponderante e que se constitui, na fase da juventude, como campo potencial de construção de identidade, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais (BRENNER, DAYRELL e CARRANO, 2008, p. 176).

Sobre o lazer juvenil como experiência cultural coletiva, explicam os autores Brenner, Dayrell e Carrano (2008, p. 176-177) que se deve reportar à centralidade do grupo de pares no processo de formação humana. Desse modo, observa-se que a convivência em grupos possibilita a criação de relações de confiança, assim como a aprendizagem das relações sociais serve de espelho para a construção de identidades coletivas e individuais.

Com a prática do lazer, a grosso modo, os indivíduos procuram realizar atividade que lhes proporcione prazer e formas de excitação, expressão e realização pessoal. A partir das atividades de lazer, cria-se no indivíduo certa consciência de liberdade ao permitir uma fuga, ainda que temporária, da rotina cotidiana do trabalho e/ou obrigações sociais, que segundo Elias e Dunning (1992), citado por Brenner, Dayrell e Carrano (2008, p. 177), as denominadas atividades de pura sociabilidade podem ser definidas como geradoras de tensões emocionais agradáveis e de formas descomprometidas de integração social, as quais possuem uma grande efetividade social para o estabelecimento de valores, conhecimentos e identidades.

Brenner, Dayrell e Carrano (2008, p. 177) ressaltam a importância da cultura e do lazer como espaço produtor de sociabilidade da juventude, considerando como laboratórios, onde se processam diversas experiências juvenis:

Nos espaços de lazer, os jovens podem encontrar as possibilidades de experimentação de sua individualidade e das múltiplas identidades necessárias ao convívio cidadão nas suas várias esferas de inserção social. As diferentes práticas de experiência coletiva em espaços sociais públicos de cultura e lazer podem ser consideradas como verdadeiros laboratórios onde se processam experiências e se produzem subjetividades.

Devido às suas potencialidades, os espaços de cultura e lazer acabam se colocando na perspectiva do direito. Aliás, falar em direito cultural implica criar condições de produção cultural, esta compreendida como acesso a produtos, informações, meios de produção, difusão e valorização da memória cultural coletiva. Nesse sentido, supracitados autores concluem:

Espera-se que uma política pública democrática nesse âmbito seja capaz de promover cidadania cultural, que amplie a capacidade crítica dos jovens ante a tendência de indústrias culturais de homogeneizar e reforçar guetos de identidade. (BRENNER, DAYRELL E CARRANO, 2008, p. 177).

Como já mencionado, esta pesquisa analisará o uso do espaço CUCA - Jangurussu, especialmente pelos jovens e coletivos juvenis do Programa Comunidade em Pauta que praticam atividades artístico-culturais, visto que se apresentam como parte da dinâmica de sociabilidade juvenil, pois é um local que proporciona trocas de experiências, vivências e comportamentos da juventude, o que contribui para uma nova visão de mundo, bem ainda, fundamental na elaboração da sua identidade.

2.3.2 Juventude, Cultura e Cidadania

Segundo Pais (2005), discorrer sobre cidadania implica falar de “caras”, de identidades, ou seja, de uma pessoa, de uma voz, de uma posição, de uma subjetividade, mas também de identidades grupais, isto é, “nós”, que nos assemelhamos em relação a “outros” que de nós se diferenciam. Para o autor, a cidadania tem sido tradicionalmente referida a uma pessoa “universalizada”, a um “cara” impessoal. Partindo dessa premissa, levanta as seguintes indagações:

[...] haverá cidadania sem o reconhecimento da identidade de um “cara”?; Em que medida os atributos universalistas geralmente associados à noção de cidadania dão guarida à reivindicação de subjetividades e identidades grupais? Será que o ideal de cidadania se cumpre apenas na defesa da igualdade ou, também, no reconhecimento da diferença? (PAIS, p. 55, 2005)

Pensar em cidadania para jovens não se deve apenas vincular ao discurso da “integração”, mas, especialmente, ao reconhecimento da diversidade. Do mesmo modo, importa explorar os movimentos juvenis de expressão cultural, sem, contudo, esquecer os sentimentos de pertença e as subjetividades que se investem nas relações de sociabilidade (PAIS, p. 55-56, 2005).

A perspectiva desse trabalho é verificar de que forma o CUCA Jangurussu contribui na promoção do exercício da cidadania a partir das manifestações e expressões culturais dos jovens do Comunidade em Pauta envolvidos com a dança, assim como as ações desenvolvidas que promovem inclusão social desses jovens.

Assim, pode-se entender a cidadania como algo simbólico e, de modo geral, possui característica como a de fazer com que o sujeito reconheça a si mesmo como sujeito de direitos. No que se refere aos jovens, o próprio Estatuto da Juventude enumera diversos direitos, dentre os quais o da cidadania, conforme previsto no Capítulo II, seção I da citada norma.

Para Freitas (2006), a cidadania é uma construção social, e não algo inerente à própria natureza humana, mas sim algo socialmente construído e institucionalizado, dependendo, por conseguinte, da natureza do processo de aprendizagem social, que, em Sociologia, se denomina de socialização, através do qual os indivíduos incorporam determinadas estruturas de percepção, pensamento e ação, o que Bourdieu (1996) denominou de *habitus*¹².

Compreendendo melhor o papel social da cidadania, Freitas (2006) esclarece:

[...] se a cidadania tem um papel social, sua construção, sem dúvida pressupõe espaços de relações socialmente dadas (campos) a partir dos quais os indivíduos incorporariam *habitus* necessários ao exercício desse papel. (FREITAS, 2006, p. 422).

Segundo DaMatta, a cidadania é relevante para a participação na formulação sobre o entendimento do papel social de cada indivíduo na sociedade, de modo universal, assim como é importante sua consolidação na consecução de uma identidade social, por acabar estimulando a criação de políticas sociais, conforme sugere:

¹² Termo utilizado por Freitas ao longo do seu estudo para designar o conhecimento adquirido pelos indivíduos nos diversos processos de socialização que perpassam sua existência em sociedade, seja em socialização primária ou específica (FREITAS, 2006, p. 422).

O papel social de indivíduo (e de cidadão) é uma identidade social e de caráter nivelador e igualitário. Essa seria sua característica ideal e normativa, de modo que, como cidadãos, eu só clamo direitos iguais aos de todos os outros 'homens'. O conjunto de cidadãos, assim, é um conjunto de unidades teoricamente idênticas e absolutamente iguais e paralelas (DAMATTA, 1997, p. 69).

Já a cultura orienta o modo de compreender e reivindicar uma dimensão da cidadania em que o seu exercício não se dá somente em termos legais, mas, principalmente, pela construção da noção de pertencimento, conforme defendido por Souza:

Não se pode pretender impor uma cultura que não tenha ligação alguma com a vida das pessoas, e achar que assim está garantindo o direito à cultura. Apresentar eventos a preços populares é só um aspecto do direito à cultura e não garante o exercício da cultura como prática de cidadania. (SOUZA, 1997, p. 23 citado por PESTANA, 2011, p. 97)

A cultura, apesar da sua importância como possibilidade de exercício da cidadania, é comumente tratada no plano secundário nos debates do governo e nas políticas públicas. Aliado a isso, no senso comum, a questão cultural é percebida como algo supérfluo ou sem valor.

No entanto, a cultura é tão relevante quanto a educação e a saúde, por exemplo. Para Santos (2006, p. 8), o estudo da cultura contribui para combater o preconceito, pois oferece uma plataforma firme para o respeito e a dignidade nas relações humanas. Esclarece este autor:

A cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é 'algo natural', não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas à percepção da cultura, mas também à sua relevância, à importância que passa a ter. (SANTOS, 2006, p. 45)

Desse modo, a cultura pode ser percebida como elemento essencial para a transformação humana e social, significando dizer que não deve ser considerada exclusivamente em sua dimensão econômica, mas também para garantir o desenvolvimento humano, fortalecendo as identidades, a preservação da cultura local e a valorização dos distintos saberes populares.

Chauí (1995, p. 81) propõe alargar o conceito de cultura para além do campo das belas-artes, tomando-o no sentido antropológico mais amplo de invenção

coletiva de símbolos, valores, ideias e comportamentos, de modo a afirmar que todos os indivíduos e grupos são seres culturais e sujeitos culturais.

Em outro momento, Chauí (2009, p. 11) reforça que a cultura é um direito de todos os cidadãos, de ter acesso aos bens e às obras culturais, de fazer cultura e de participar das decisões sobre política cultural, esta que, no que concerne ao processo de elaboração, pressupõe uma reflexão sobre a própria cultura.

A Constituição Federal de 1988 classifica a cultura como direito do cidadão, como previsto nos artigos 215 e 216¹³. Ainda, em seus artigos 23 e 24, destaca ser da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, “proporcionar os meios de acesso à cultura [...]” e a “proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico”. Do mesmo modo, a Declaração dos Direitos Humanos, no artigo 27 assegura que “[...] *toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios*” (UNESCO, 2002).

Sobre cultura e emergência dos direitos culturais, Gohn (2005, p. 19) considera que:

[...] abrange temas, questões e problemáticas relacionadas às múltiplas dimensões do ser humano, tais como: gênero, raça, etnia, religião, faixas etárias, nacionalidades. Abrange também o produto e a obra gerados por esses seres humanos em suas relações sociais tais como: as formas e os meios de comunicação [...]; as expressões artísticas, manifestações culturais e folclóricas locais regionais e nacionais; as práticas de ensino e aprendizagem; o esporte e lazer. O campo dos direitos culturais penetra também no modo e estilo de vida cotidiana (trabalhar, comer, vestir, habitar, cuidar da saúde do corpo e da mente; o relacionamento com amigos, colegas de trabalho, parentes vizinhos e a comunidade próxima), assim como nos valores, formas de pensar e agir, e nas concepções de mundo, que os seres humanos têm elaborado ao longo dos séculos e milênios: concepções de tempo e espaço, valores aspirados como universais, como igualdade, liberdade, fraternidade, solidariedade. Hábitos e comportamentos também relacionam-se diretamente com os direitos culturais pois o respeito à natureza, ao acervo e patrimônio arquitetônico e artístico-cultural da humanidade [...] são perpassados por práticas de direitos e deveres, orientados por matrizes com enraizamento da cultura.

Arremata referida autora que “o reconhecimento e a realização ampla de

¹³ CF/88 – Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

[...]

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira;

todos estes direitos (leia-se direitos culturais) supõe, certamente, indivíduos cidadãos com acesso e direito a viver em condições condignas de existência”, (GOHN, 2005, p. 19).

Portanto, a possibilidade de mudança acontece na medida em que esses indivíduos passam a se reconhecer como sujeitos de direitos, com voz ativa e participação do processo de construção das políticas culturais e, por conseguinte, sendo transformadores de realidades.

Na sua concepção tradicional, o conceito de cidadania, segundo Pais (2005, p. 56-57), é pensado em forma de quadratura, pois estabelece fronteiras e margens entre sociedade e grupos. Uns são enquadrados, considerados incluídos, e outros desenquadrados, os excluídos ou os marginais. Porém, as margens são definidas a partir do centro, ou seja, dos valores ditados pelos enquadrados, em contraposição aos excluídos.

Todavia, há uma cidadania de direitos estabelecidos, legitimamente, definidos como estáveis, consensuais, constantes, como por exemplo, o direito de voto. Mas também há uma cidadania de novos direitos conquistados, cuja premência é justificada pelas circunstâncias ou necessidades mutáveis da vida, denominada por Pais (2005, 57) de uma cidadania inovadoramente participada, o que é também compartilhado pelo pensamento de Chauí (2009, p. 10), quando afirma que: “uma nova política cultural precisa começar como cultura política nova, cuja viga mestra é a ideia e a prática de participação”.

Pais (2005, p. 60) ressalta que, em certa medida, a cidadania é um movimento de rejeição da cidade planejada a favor da cidade praticada. De uma cidade que seja abrigo de manifestações culturais, não inevitavelmente institucionalizadas, mas que promovam novas expressões identitárias e inclusivas de que habita, porém, que não ponham em causa princípios básicos da convivência social.

Segundo referido autor, os jovens reclamam de uma cidadania diferente daquela que lhes é oferecida, de modo que as suas performatividades possam ser lidas como sinais de inquietação em relação a “sistemas cerrados” que lhes ofuscam o futuro. Não é por acaso que estas performatividades se ritualizam em domínios da vida cotidiana mais libertos dos constrangimentos institucionais. E esses domínios seriam do lazer, do lúdico e do cultural. Por esse motivo, faz todo o sentido atrair o

debate da cidadania e da participação social para o campo cultural (PAIS, 2005, p. 66).

Porquanto, ao pensar nos instrumentos para orientar as políticas públicas de juventude é preciso incluir a participação dos jovens, o protagonismo juvenil, ouvi-los, para então, tomar a decisão. Conforme alerta Pais (2005, p. 66), “Que sentido podem os jovens dar à política se se sentem fora dela?”

Assim, se o conceito de cidadania pressupõe uma efetiva participação e filiação numa dada comunidade (MARSHALL e BOTTOMORE, 1992 citado por PAIS, 2005, p. 66), pressupõe também um reconhecimento comunitário dessa pertença.

Do mesmo modo, “os direitos” para serem reconhecidos têm de ser socialmente internalizados como viáveis na sua condição de possibilidade (PAIS, 2005, p.66). Conclui esse autor que “somos cidadãos na medida em que sejamos capazes de levar em conta a atitude do outro, num reconhecimento que pressupõe intersubjetividade, trajectividade”. Porém, quanto aos jovens, nem sempre suas preocupações e aspirações são levadas em consideração.

Nessa linha, Pais (2005) explica o que seria a cidadania da “cepa torta” na concepção de direitos sociais:

Em direitos sociais como os de livre acesso à educação que por sistema têm o condão de repelir os que a ela acedem com mais dificuldade. É que a cidadania da “cepa torta” é regida por princípios universalistas que ignoram as necessidades particulares a que respeitam as diferentes identidades. É uma cidadania que tende a olhar os cidadãos como iguais quando, na realidade, eles são diferentes. Enfim, é uma cidadania que abraça os mitos homogeneizadores perante uma realidade heterogênea, de diferentes grupos culturais e sociais. O que não significa que a cidadania participada se tenha de transformar numa cidadania céptica, onde a glorificação da diferença levaria a uma balcanização de essenciais valores universais e cosmopolitas, sem os quais a vida em sociedade se tornaria insuportável. (PAIS, 2005, p. 66)

Assim sendo, uma cidadania participada pressupõe participação de todos na construção permanente de pessoas que atuam em comunidades específicas e coparticipam de uma ampla sociedade para o reconhecimento dos direitos humanos, respeitando as particularidades e as diferenças.

Chauí (2009, p. 50) reforça que a participação nas decisões de política cultural é o direito dos cidadãos de intervir na definição das diretrizes culturais e dos orçamentos públicos, com a finalidade de garantir tanto o acesso quanto a produção de cultura pelos cidadãos. É uma política cultural definida pela ideia de cidadania

cultural, conforme explica:

[...] em que a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento, aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia), mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes pode manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, diferenciam-se entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural. (CHAUÍ, 2009, p. 50)

No caso dos CUCAs, verificou-se, através da pesquisa de campo, que buscam fortalecer o exercício da cidadania por meio das atividades artístico-culturais praticadas pelos jovens, os quais participam com sugestões de cursos, eventos, ações e programações a serem desenvolvidas nos equipamentos, sendo essas demandas, muitas vezes, atendidas.

Da mesma forma, são importantes as propostas de políticas que ampliem o repertório cultural, bem como o modo de refletir sobre o público excluído. Nesse contexto, os CUCAs assumem papel relevante na promoção e difusão cultural para o segmento juvenil, especialmente para os da periferia, com propostas inclusivas e intersetoriais, tentando estimular e envolver os jovens nos eventos que acontecem nos equipamentos, com o fim de potencializar a criatividade e o protagonismo juvenil.

3 JUVENTUDE DE FORTALEZA COMO FOCO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 PERFIL DOS JOVENS DE FORTALEZA

Para estudar a trajetória das políticas públicas para a juventude de Fortaleza é preciso, antes de tudo, conhecer os jovens dessa cidade. Para isso, de forma geral, será analisado o perfil dessa categoria a partir dos indicadores sociais demográficos, de educação e de renda provenientes dos dados do Censo Demográfico de 2010, visto que tais indicadores oferecem informações estratégicas para a formulação de ações direcionadas a esse segmento populacional.

Através dos indicadores sociais relacionados aos temas *demográfico, educação e renda* é que se pretende subsidiar o debate sobre como a população jovem de Fortaleza pode ser considerada no âmbito das políticas públicas.

As informações aqui apresentadas foram extraídas, principalmente, do estudo “*Perfil da Juventude em Fortaleza*”, realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, com base nos indicadores do Censo Demográfico 2010.

Fortaleza, segundo o Censo de 2010, possui aproximadamente 2.452.186 milhões de habitantes, dentre os quais, 718.613 são jovens, que representam 29,3% do total da população, o que justifica a criação de políticas públicas para essa categoria, especialmente, para os que moram na periferia, onde os índices de criminalidade são mais evidenciados.

A propósito, o Mapa da Violência 2014, que apresenta o estudo *Jovens do Brasil* e delinea um panorama da evolução dos homicídios da população jovem nas capitais brasileiras, revelou que, em 13 das 27 capitais, houve um crescimento dos homicídios e, em alguns casos, de grande magnitude, dentre as quais, indicou uma eclosão epidêmica de violência na cidade de Fortaleza. Em 2002, foram computados 395 homicídios; já em 2012, ou seja, passados 10 anos, elevou-se para 1.294 homicídios de jovens fortalezenses, posicionando a capital cearense na 3ª posição em número e taxas de homicídios nos municípios com mais de 10 mil jovens, conforme apresentado na Tabela 3.3.2 do referido Mapa da Violência.

Por sua vez, o Mapa da Violência 2015 também evidenciou a violência acentuada em Fortaleza, situando esta capital, em 2002, na 20ª posição no ranking

das taxas de óbitos da população jovem por arma de fogo nas capitais brasileiras, saltando para 3ª colocação no ano de 2012, segundo demonstrou a Tabela 4.6 desse estudo.

Da mesma forma, a violência nessa capital foi destaque no estudo do Mapa da Violência divulgado em 2016, que, em relação ao ano de 2014, apontou a cidade de Fortaleza como a 1ª no ranking das capitais do Brasil por homicídio por arma de fogo, conforme apresentado na Tabela 5.3 desse estudo.

Assim, é necessária a implementação de políticas públicas efetivas para a juventude de Fortaleza, de modo a atender os anseios e as expectativas dessa categoria e, com isso, tentar reduzir os problemas de criminalidade, consumo de álcool e drogas, tráfico, sexualidade, entre outros, que tanto afetam esse segmento da população fortalezense.

Um dos fatores que pode auxiliar no melhor direcionamento das políticas públicas, das ações e o local onde deverão ser implementadas é a distribuição espacial da população juvenil de Fortaleza, desde que os bairros apresentem uma maior quantidade de jovens e os piores indicadores sociais e de exclusão social.

A tabela a seguir apresenta os dez bairros de Fortaleza com maior concentração de população jovem.

Tabela 1 - Os dez bairros com a maior população jovem de Fortaleza-CE

Bairros	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	Jovens
Barra do Ceará	7.382	8.015	7.180	22.577
Mondubim	7.242	7.578	7.486	22.306
Vila Velha	5.696	6.248	5.582	17.836
Granja Lisboa	5.585	5.433	5.015	16.033
Jangurussu	5.264	5.012	4.920	15.196
Passaré	4.891	4.993	4.955	14.839
Quintino Cunha	4.799	5.079	4.878	14.756
Vicente Pizón	4.158	4.723	4.650	13.531
Pici	4.380	4.550	4.069	12.999
Genibaú	4.303	4.568	3.973	12.844

Fonte: IPECE. Informe nº 57.

A pesquisa do IPCE (2013)¹⁴ indica que esses bairros que apresentam os

¹⁴ **Perfil da Juventude em Fortaleza:** Aspectos Socioeconômicos a partir dos dados do Censo 2010.

números mais altos de jovens correspondem exatamente aos mais populosos da capital cearense. São os casos dos bairros Mondubim, Barra do Ceará, Vila Velha, Granja Lisboa, Passaré e Jangurussu, todos com mais de 50 mil habitantes.

Analisando a divisão administrativa de Fortaleza, a tabela abaixo apresenta a quantidade de jovens por Secretaria Executiva Regional.¹⁵

Tabela 2 - Distribuição populacional e de jovens segundo regiões administrativas de Fortaleza

Regional	População Total	População Jovem	Proporção de Jovens
Regional SER 1	363.912	105.559	29,0
Regional SER 2	363.406	101.867	28,0
Regional SER 3	360.551	106.272	29,5
Regional SER 4	281.645	81.890	29,1
Regional SER 5	541.511	161.633	29,8
Regional SER 6	541.160	161.392	29,8

Fonte: IPECE. Informe nº 57.

Essas características demográficas e de distribuição geográfica apresentam um perfil geral da juventude em Fortaleza que podem ajudar na compreensão de algumas demandas por parte desse grupo populacional, além de auxiliarem no direcionamento de ações públicas.

Para auxiliar na análise dos indicadores, existe ainda a divisão dos bairros de Fortaleza por cada Secretaria Executiva, conforme exibido a seguir:

Informe nº 57, abril de 2013. Disponível em:

<http://www.ipece.ce.gov.br/informe/lpece_Informe_57_22_abril_2013.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

¹⁵ Atualmente, Fortaleza possui sete regionais. No entanto, o Censo Demográfico de 2010 considerou apenas seis, inserindo a Secretaria Executiva Regional do Centro dentro da área da SER II.

Quadro 2 - Distribuição dos bairros de Fortaleza por SER

Secretaria-Executiva	Bairros
SER I	Vila Velha, Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Barra do Ceará, Floresta, Álvaro Weyne, Cristo Redentor, Vila Ellery, São Gerardo, Monte Castelo, Carlito Pamplona, Pirambu, Farias Brito, Jacarecanga e Moura Brasil.
SER II	Aldeota, Joaquim Távora, São João do Tauape, Meireles, Praia de Iracema, Dionísio Torres, Varjota, Mucuripe, Cais do Porto, Vincente Pinzón, Papicu, Cidade 2000, Salinas, Guararapes, Praia do Futuro I e II, Cocó, Luciano Cavalcante, Dunas e Bairro De Lourdes.
SER III	Jóquei Clube, Pici, Bela Vista, Presidente Kennedy, Parquelândia, Amadeu Furtado, Rodolfo Teófilo, Parque Araxá, Antônio Bezerra, Autran Nunes, Dom Lustosa, Henrique Jorge, Quintino Cunha, João XXIII, Bonsucesso e Padre Andrade
SER IV	Parangaba, Vila Peri, Montese, Itaperi, Damas, Bom Futuro, Benfica, Jardim América, Parreão, Bairro de Fátima, Vila União, Aeroporto, José Bonifácio, Panamericano, Couto Fernandes, Demócrito Rocha, Itaoca, Serrinha e Dendê.
SER V	Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho, Genibaú, Conjunto Ceará I, Conjunto Ceará II, Parque São José, Bonsucesso, Parque Santa Rosa, Conjunto Esperança, Vila Manoel Sátiro, Maraponga, Mondubim, Novo Mondubim, Jardim Cearense, José Walter e Parque Presidente Vargas
SER VI	Aerolândia, José de Alencar, Alto da Balança, Ancuri, Barroso, Cajazeiras, Cambeba, Cidade dos Funcionários, Coaçu, Curió, Dias Macedo, Edson Queiroz, Guajeru, Jangurussu, Jardim das Oliveiras, Lagoa Redonda, Boa Vista, Messejana, Parque Dois Irmãos, Parque Iracema, Parque Manibura, Passaré, Paupina, Pedras, Sabiaguaba, Sapiranga/Coité, Conjunto Palmeiras, São Bento
SER VII	Limites do Centro: LESTE, Rua João Cordeiro; OESTE, Padre Ibiapina e Filomeno Gomes; NORTE, Avenidas Historiador Raimundo Girão, Almirante Barroso, Humberto Castelo Branco (Leste-Oeste) e Pessoa Anta, Ruas Adolfo Caminha e Santa Terezinha; SUL, Antônio Sales e Domingos Olímpio.

Fonte: Anuário de Fortaleza 2012-2013.

Em relação à perspectiva dos jovens como “atores do desenvolvimento”, a educação assume papel relevante, já que é reconhecida como fator preponderante

no desenvolvimento do capital humano e possibilita potencializar novas gerações de trabalhadores, garantido o crescimento da renda e aumento de bem-estar.

Sendo assim, quanto ao acesso à educação e a escolaridade dos jovens fortalezenses, verificou-se, pelo Censo Demográfico 2010, que 37,2% são estudantes, enquanto que 61% correspondem aos que não estudam, mas frequentou e/ou concluiu algum nível de escolaridade, e apenas 1,9% de jovens nunca frequentou a escola.

Quanto à frequência escolar, observou-se, através da Tabela 4 do IPECE (2013), que os mais assíduos são os da faixa etária entre 15-19 anos, com percentual aproximado de 69,7%; já na faixa etária entre 20-24 anos, a frequência apontou que 28,5% ainda estudam; enquanto que na faixa etária de 25-29 anos, somente 16,4% informaram estar frequentando algum nível de ensino.

A partir desses dados, percebeu-se que, conforme a idade vai avançando, ou seja, acima de 19 anos, a frequência diminui, o que se justifica pela entrada do jovem no mercado de trabalho.

No tocante ao curso frequentado, mais de 60% dos jovens estão no ensino fundamental e médio e 28,7% no ensino superior. Fator importante como incentivador foi a criação do PROUNI, pelo governo federal em 2004, que é um programa do Ministério da Educação que concede a estudantes brasileiros, sem nível superior, bolsas de estudos integrais ou parciais, em instituição privada de ensino superior, de cursos de graduação ou sequenciais de formação específicas.

Tabela 3 - Distribuição dos jovens estudantes por modalidade de ensino

Modalidade de ensino	Percentual de Jovens (%)
Alfabetização	0,8
Ensino Fundamental Regular	18,2
EJA-Fundamental	4,2
Ensino Médio Regular	38,9
EJA-Médio	7,2
Superior	28,7
Especialização	1,3
Mestrado	0,4
Doutorado	0,2

Fonte: IPECE. Informe nº 57.

Quanto à entrada de jovens no mercado de trabalho, observou-se que quanto mais anos de estudo e formação escolar, melhores serão as oportunidades de emprego para esse segmento. Assim, em termos percentuais, 61,5 % dos jovens na faixa etária de 15-29 anos enquadram-se na População Economicamente Ativa (PEA) de Fortaleza. A capital cearense possui, conforme os dados oficiais de 2010, uma PEA de aproximadamente 441,6 mil jovens, sendo que 380,6 estavam empregados e 61 mil desempregados.

Acerca da alocação de tempo dos jovens entre trabalho e estudo, a Tabela 9 do IPECE (2013) demonstrou que 24,6% dos jovens se dedicam exclusivamente aos estudos, e 12,6% declararam que estudam e trabalham. O percentual de jovens que apenas trabalha é de 40,4%, sendo que 60,7% desse grupo são jovens entre 25 e 29 anos. Já os que não estudam e não trabalham correspondem a 22,4% dos jovens.

Quanto à renda familiar, os dados do Gráfico 6 do IPECE (2013) revela a distribuição dos jovens de acordo com o rendimento domiciliar *per capita* de domicílios particulares, em valores de julho de 2010, de onde se extrai que existem 14,4 % de jovens pobres e 6,8% na linha da extrema pobreza¹⁶, sendo que os da faixa etária entre 15-19 anos são os que apresentam maior percentual de pobres e extremamente pobres, indicando, respectivamente, 17,9% e 7,7%. No total, 85,1% dos jovens de Fortaleza vivem em famílias e domicílios cuja renda média é de até dois salários mínimos.

Foi evidenciado, ainda, conforme o Gráfico 8 do IPECE (2013), que as maiores proporções de jovens pobres estão concentradas nas regionais I, V e VI, sendo áreas consideradas vulneráveis e que requerem uma atenção especial, motivo pelo qual, nessas áreas, é que foram construídos os três CUCAS.

Como dito anteriormente, tais levantamentos podem ajudar a compreender quais políticas precisam ser implementadas para os jovens de Fortaleza, bem como a distribuição das ações governamentais e instrumentos para esse público.

Através da pesquisa sobre o histórico das ações públicas para juventude

¹⁶ Os conceito de linha de pobreza e extrema pobreza são extraídos do Decreto Federal nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que instituiu o Plano Brasil sem miséria e, à época do censo 2010, era classificado como indivíduo pobre a renda *per capita* inferior a R\$ 140,00 e extremamente pobre o que possuía a renda *per capita* inferior a R\$ 70,00.

na capital cearense, pode-se considerar que quase inexisteriam antes da administração da ex-Prefeita Luizianne Lins, a qual esteve à frente do governo municipal nos anos de 2005 a 2008 e de 2009 a 2012. Evidenciou-se que, tanto na primeira como na segunda gestão, foram priorizadas políticas públicas direcionadas, principalmente, aos jovens da periferia da cidade, onde a situação de pobreza e a exclusão exigem mais atenção do poder público.

A política de governo da ex-Prefeita visava a potencialização e valorização das minorias sociais, incluindo nesta a juventude. Diante desse contexto, foi criada, em 2007, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, com *status* de secretaria e vinculada ao gabinete da Prefeita, sendo considerada um marco para o fortalecimento institucional, assim como para a afirmação dos movimentos juvenis.

Além disso, por reconhecer que a temática da juventude deveria perpassar transversalmente e de maneira articulada a todas as áreas do governo, a execução das políticas para esse segmento passou a ser responsabilidade compartilhada por diversos órgãos da administração municipal, cabendo à Coordenadoria de Juventude o papel de acompanhar e desenvolver ações voltadas para os jovens, de modo a garantir direitos e construir o protagonismo cidadão.

Desse modo, partindo da concepção de jovens como detentores de direitos, a diretriz estratégica adotada privilegiou o desenvolvimento integral dessa camada da população. Para tanto, também foi criado o Conselho Municipal de Juventude (CMJ), órgão permanente, deliberativo, consultivo, fiscalizador e de assessoramento da Prefeitura Municipal de Fortaleza no tocante às questões das ações públicas de juventude.

O CMJ¹⁷ é considerado o principal instrumento de controle social das políticas públicas direcionadas à juventude de Fortaleza, sendo composto por jovens entre 16 a 29 anos, incentivando o protagonismo e a participação direta da juventude.

Em 2008, entre os processos de construção e implementação das

¹⁷ O Conselho Municipal de Juventude foi instituído através da Lei nº 9.204, de 19 de abril de 2007. Em sua composição é integrado por representantes do Poder Público e da sociedade civil, com reconhecida atuação na defesa e promoção dos direitos de juventude, e será constituída por 30 (trinta) membros efetivos, e respectivos suplentes, residentes em Fortaleza, com idade entre 16 a 29 anos, conforme previsto no art. 4º, dessa lei. Disponível em: <<http://conselhodejuventude.blogspot.com.br/p/apresentacao.html>>. Acesso em: 25 fev 2017.

políticas destinadas às juventudes da capital cearense, também se destaca a realização da I Conferência Municipal de Juventude de Fortaleza. Já em 2009, foi realizado o I Congresso Municipal da Juventude, com proposta de discutir, com a população jovem da cidade, as ações e as metas que fariam parte do Plano Municipal de Juventude.

A gestão de ex-Prefeita Luizianne Lins, de forma geral, destacou-se pela construção e efetivação de projetos para a juventude com o propósito de incentivar o protagonismo, a criatividade e a inclusão social.

A propósito, pertinente esclarecer o significado de protagonismo juvenil, que considera o jovem como o elemento central, que participa de todas as etapas na elaboração, execução e até a avaliação das ações propostas, ou seja, o protagonismo juvenil visa a estimular a participação social dos jovens, de forma a contribuir não apenas com o desenvolvimento pessoal do grupo envolvido, mas, sobretudo, com o desenvolvimento das comunidades em que os jovens estão inseridos, contribuindo para a formação de jovens mais autônomos e comprometidos, possibilitando proposta de mudança social.

Acerca do significado de protagonismo juvenil, discorre Costa (*online*, 2007):

O Protagonismo Juvenil é um tipo de ação de intervenção no contexto social para responder a problemas reais onde o jovem é sempre o ator principal. É uma forma superior de educação para a cidadania não pelo discurso das palavras, mas pelo curso dos acontecimentos. É passar a mensagem da cidadania criando acontecimentos, onde o jovem ocupa uma posição de centralidade. O Protagonismo Juvenil significa, tecnicamente, o jovem participar como ator principal em ações que não dizem respeito à sua vida privada, familiar e afetiva, mas a problemas relativos ao bem comum, na escola, na comunidade ou na sociedade mais ampla. Outro aspecto do protagonismo é a concepção do jovem como fonte de iniciativa, que é ação; como fonte de liberdade, que é opção; e como fonte de compromissos, que é responsabilidade. Na raiz do protagonismo tem que haver uma opção livre do jovem, ele tem que participar na decisão se vai ou não fazer a ação. O jovem tem que participar do planejamento da ação. Depois tem que participar na execução da ação, na sua avaliação e na apropriação dos resultados.

Nesse contexto, dentre as diversas ações para juventude desenvolvidas nas gestões da Prefeita Luizianne Lins, serão apresentadas no quadro abaixo as que mais se destacaram:

Quadro 3 – Principais Políticas Públicas para juventude de Fortaleza no período de 2004 a 2012

Política Pública para juventude	Descrição
Coordenadoria Especial de Políticas de Juventude – CEPPJ	Com status de Secretaria, até então não havia nenhum órgão da prefeitura voltado exclusivamente às questões da juventude. A partir da criação dessa Coordenadoria foi possível criar ações intersetoriais em educação, saúde, esportes, geração de emprego e outras.
Projovem Urbano	Com parceria do Governo Federal, o programa era voltado principalmente às pessoas entre 18 e 19 anos que haviam interrompido os estudos.
Pré-Vestibular Popular de Fortaleza (POPFor)	Cursos pré-universitários e presenciais voltado aos alunos da rede pública de ensino.
Programa de Prática Profissional em Informática (ProInfor)	Qualificava para o mercado de trabalho os interessados em se desenvolver em tecnologia da informação (TI) e não tinham condições de realizar os cursos em instituições particulares.
CredJovem	Com esse programa foi possível oferecer empréstimos públicos a jovens empreendedores de Fortaleza. Os grupos interessados se inscrevem em editais e, depois, recebem o empréstimo da prefeitura, e só começa a pagar o valor recebido um ano depois, com 60% de desconto e parcelado em 10 vezes.
Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte	Referência internacional em políticas voltadas à população jovem da periferia.
Praças da Juventude	Requalificação e revitalização das praças públicas, principalmente na periferia da cidade, para a socialização dos jovens. Além de espaço para práticas esportivas, as praças contam com programação cultural e <i>wi-fi</i> livre.
Raízes da Cidadania	Esse programa abrigava dois programas distintos; o Crescer com Arte e o Adolescente Cidadão, que atuava diretamente com os adolescentes em conflito com a lei. No projeto Crescer com Arte, os adolescentes tinham acesso à educação ambiental, oficinas de teatro, artes visuais, hip hop, esporte e informática, dando prioridade a jovens em situação de rua, conflito com a lei ou que tenham sido vítimas de exploração sexual. Já o Adolescente Cidadão é um programa de educação profissional e inserção socioproductiva para jovens em situação de violação de direitos humanos.

Fonte: Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁸

A estratégia da segunda gestão Luizianne Lins para juventude, de acordo com o seu Programa de Governo, denominado *Nossa grande obra é cuidar bem das*

¹⁸ Partido dos Trabalhadores (PT). Conheça 8 ações para os jovens criadas por Luizianne em Fortaleza. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/conheca-8-acoes-para-os-jovens-criadas-por-luizianne-em-fortaleza/>>. Acesso em: 28 fev 2017.

peças¹⁹, consistiu em ampliar e aprimorar as ações intersetoriais e transversais voltadas para este segmento. Além disso, empresas privadas, públicas, filantrópicas e as universidades que assegurassem a inserção de jovens na prestação de serviços públicos receberiam o selo juventude. Também tinham como proposta expandir os programas culturais e artísticos, com vistas a integrar socialmente os jovens, com especial atenção às ações que visam potencializar a inclusão do jovem no mercado de trabalho.

Em 2010, ainda na administração da Prefeita Luizianne Lins, foi implementado o Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza (PIPPJ), fruto do trabalho da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, com o objetivo de criar, no âmbito municipal, um sistema integrado de políticas públicas de juventude, tendo como elemento central a participação direta das juventudes, visando, com isso, diminuir os problemas enfrentados por esse segmento da sociedade. Tal programa é composto por uma Unidade de Gestão (UGP), que coordena, executa e realiza o monitoramento e a avaliação do Programa.

O caráter institucional da Coordenadoria possibilitou o acesso da juventude ao crédito internacional e à montagem do Programa Integrado de Políticas Públicas para a Juventude (PIPPJ), acordado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através de empréstimos que ampliaram os recursos para a pasta de juventude e incluíram novas ações de fortalecimento institucional, protagonismo, lazer, arte, ciência, esporte e renda no cotidiano dos jovens (ALVES; BARBALHO, *online*). Estão inseridos no PIPPJ os projetos: Projovem Urbano; Academia Enem; Protagonismo Juvenil; Credjovem; Proinfor e Projeto Cuca. No próximo tópico, será realizado o estudo detalhado do PIPPJ, com base no Regulamento Operacional, de março 2010.

Entre os projetos abrangidos pelo PIPPJ, os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte-CUCAs são considerados os principais, pois a partir deles são potencializadas as demais ações para a juventude. O CUCA Barra do Ceará foi o primeiro a ser inaugurado, em 2009, e ainda no governo da Prefeita Luizianne Lins deram-se início as construções das unidades do Mondubim e do Jangurussu.

¹⁹ Programa de Governo Municipal. Nossa grande obra é cuidar bem das pessoas. Luizianne Lins, candidata do PT nas eleições municipais de 2008. Fortaleza, setembro de 2008. Disponível em: <<http://download.uol.com.br/eleicoes2008/fortaleza-luizianne.pdf>>. Acesso em: 8 fev 2017.

Entretanto, esses dois últimos tiveram suas obras finalizadas na gestão do atual Prefeito Roberto Cláudio, tendo sido um dos destaques em sua campanha eleitoral para o mandato 2013-2016 a promessa de concluir e colocar em funcionamento esses equipamentos, o que foi efetivado com as inaugurações das referidas unidades em fevereiro de 2014.

Em 2013, foi aprovado pela Câmara Municipal de Fortaleza, o Plano Municipal de Juventude, através do Projeto de Lei nº 203/2011²⁰, com a finalidade de consolidar as Políticas Públicas de Juventude enquanto uma política de Estado e de garantir que haja um conjunto de diretrizes e objetivos estratégicos norteando a elaboração e execução das ações e programas direcionados ao segmento juvenil. Cabe à Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude compor um Plano de Ações, que servirá de referência para o monitoramento realizado pelo Conselho Municipal de Juventude.

O esforço maior do processo de construção dessa lei foi a priorização da participação da juventude, compreendendo seu caráter educativo e tornando os jovens de Fortaleza corresponsáveis permanentes na construção coletiva na busca de soluções e, sobretudo, na transformação da realidade.

Com a mudança de gestão municipal de Fortaleza, a partir de janeiro de 2013, as políticas públicas para juventude passaram a ser orientadas, desta feita, na administração do Prefeito Roberto Cláudio²¹, por um programa de capitais que agrega: capital social, capital cultural e capital intelectual. A partir disso, tudo o que é realizado, por exemplo, no CUCA, de uma forma geral, é orientado por essa lógica de gerar capital social, cultural e intelectual, com o fito de criar formas intersetoriais com os demais órgãos da Prefeitura para obtenção de proteção social e de oportunidade para a juventude.

Em matéria divulgada no jornal O Povo, em 06/08/2016²², sob o título O

²⁰ Projeto de Lei nº 203, de 13 de junho de 2011, cria o Plano Municipal de Juventude e dá outras providências. Disponível em: <http://216.59.16.201:8080/sapl/sapl_documentos/materia/295_texto_integral>. Acesso em: 28 fev 2017.

²¹ Plano de Governo Municipal. Fortaleza só tem a ganhar. Roberto Claudio, candidato nas eleições municipais de 2016. Disponível em: <http://estaticog1.globo.com/2016/11/09/proposta_governo1470657151019.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

²² Matéria completa disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2016/08/06/noticiasjornalopiniao,3644164/o-que-precisa-ser-feito-de-politicas-publicas-para-a-juventude-em-nive.shtml>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

que precisa ser feito de políticas públicas para a juventude em nível municipal?, Júlio Brizzi, atual Secretário da Coordenadoria Especial de Políticas de Juventude de Fortaleza, na época assim respondeu:

A política de Juventude de Fortaleza é a maior do Brasil em termos de investimento, de atendimento e também de inclusão. A nossa rede de atendimento se destaca pela quantidade, qualidade e variedade de projetos e ações. Como exemplo disso, temos a Rede Cuca, que possui três equipamentos em áreas de vulnerabilidade social. Além disso, temos projetos exitosos, como o Academia Enem, Projovem Urbano, Projeto Integração, Reggaendo Fortaleza e Juventude na Onda. [...] as nossas atividades têm um caráter transformador, pois partimos do princípio que a juventude é solução e não problema. Com essa ideia, pensamos e trabalhamos pela construção de um futuro melhor para os jovens, ofertando oportunidades na busca por conquistas, superação de desafios e redução de desigualdades e empoderamento da juventude em diversos locais da Cidade, priorizando principalmente as áreas da cidade com menor IDH e maiores taxas de mortalidade juvenil e índice de gravidez na adolescência. A Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza realiza os projetos focando, prioritariamente, nos lugares de maior situação de vulnerabilidade social. [...] Pela Rede Cuca, por exemplo, passam também jovens que estão fora da escola e que cumprem medidas socioeducativas. Eles têm a possibilidade de serem incluídos socialmente, descobrirem suas vocações, se dedicarem ao esporte e terem a chance de adquirir conhecimento. (O POVO on line)

Por tudo até aqui exposto, é certo que a cidade de Fortaleza possui uma elevada parcela da população composta por jovens, o que justifica certa atenção por parte dos responsáveis por criação de políticas públicas para essa categoria. Porém, que não fossem apenas políticas de complementação ou de formação escolar, mas, principalmente, que proporcionassem aos jovens fortalezenses uma emancipação da sua condição juvenil, propiciando uma formação continuada, em diversas áreas, e, assim, sendo bem otimista, poderia melhorar a situação de vida, em especial, daqueles de áreas de vulnerabilidade social.

Além disso, pode-se perceber o avanço da criação e implementação de políticas públicas para juventude de Fortaleza, o que teve seu fortalecimento a partir de 2007, com a transformação da Assessoria de Juventude em Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude e, nos anos seguintes, na realização da primeira e da segunda Conferência de Juventude, na criação do Conselho Municipal, na realização do Congresso Municipal de Juventude. Tudo isso contribuiu para a construção do Plano Municipal de Juventude, que objetiva garantir o comprometimento do poder público com as políticas de juventude, e do Fundo Municipal de Juventude, que tem a finalidade de apoiar financeiramente os

programas e projetos destinados às políticas públicas de juventude do município e de seus cidadãos.

3.2 CRIAÇÃO DO PROGRAMA INTEGRADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE DE FORTALEZA - PIPPJF

Para compreender a construção do Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza – PIPPJF, nada melhor que verificar alguns pontos do próprio Regulamento Operacional desse programa, que apresenta a finalidade de estabelecer os termos, condições e procedimentos que regerão a execução do Programa Integrado de Políticas, sendo executado por meio de uma Unidade de Gestão do Programa e implementado, parcialmente, com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com contrapartida da Prefeitura Municipal de Fortaleza, firmado por meio do Contrato de Empréstimo nº 2207/OC-BR (REGULAMENTO OPERACIONAL, p. 5).

De acordo com os antecedentes verificados no Regulamento Operacional, em 18 de maio de 2007, a GTEC/COFIEX recomendou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a aprovação da Carta Consulta, que propõe o Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza – PIPPJF. A partir desse marco, a Prefeitura Municipal de Fortaleza iniciou a elaboração dos estudos, planos e projetos necessários à formação e preparação do PIPPJF.

Em 27 de março de 2008, a Lei nº 9.349 foi sancionada pela Prefeitura Municipal, autorizando a realização de operação de crédito externo pela Prefeitura junto ao BID, no valor de até U\$ 30.060.000,00, destinados ao financiamento do referido programa, que precedeu solicitação à Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX para análise de viabilidade da referida operação financeira.

Posteriormente, a Prefeitura de Fortaleza solicitou à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-SEAIN, através da COFIEX, a elevação de 10% do valor originalmente proposto para o programa, bem como a ampliação do prazo de execução para 5 (cinco) anos, com parecer favorável, em 22 de agosto de 2008, através da Resolução nº 397. Em 25/11/2008, foi Publicada a Lei Municipal nº 9.431, autorizando o incremento de até 10% nos valores de empréstimo e da contrapartida referente ao PIPPJF.

Em setembro de 2009, ocorreu a aprovação do projeto pelo Diretório do BID, mas, somente em 2010, o contrato de empréstimo foi assinado pela Prefeitura de Fortaleza, acordando com o BID os seguintes pontos: 1 - o prazo de execução do programa será de 5 anos; 2 - A estrutura de execução do programa contará com uma Unidade de Gestão do Programa (UGP-PIPPJF), com autonomia administrativa, a ser apoiada tecnicamente por uma Comissão Especial de Licitações, responsável pela execução dos procedimentos licitatórios do Programa; e 3 - O custo total do Programa foi orçado em US\$ 66.132.000,00 (sessenta e seis milhões, cento e trinta e dois mil dólares americanos), sendo US\$ 33.066.000,00 financiados pelo Banco e US\$ 33.066.000,00 provenientes da contrapartida local.

O PIPPJF tem como objetivos gerais, conforme o Regulamento Operacional (2010, p. 9-10):

- a) Implementar, no âmbito do município de Fortaleza, um sistema integrado de políticas públicas de juventude, acompanhadas por instâncias de participação direta da juventude, visando minimizar os efeitos da grave crise social que o segmento tem vivido;
- b) Promover as potencialidades juvenis no campo cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico, fomentando o desenvolvimento de alternativas econômicas e sociais baseadas em princípios democráticos e solidários;
- c) Construir equipamentos públicos e mobilizar recursos humanos que possibilitem ao Poder Público condições estruturais e humanas para desenvolver, com agilidade, ações voltadas ao público jovem de Fortaleza;
- d) Promover uma experiência modelo de desenvolvimento social para as demais metrópoles da América Latina a partir de uma visão da juventude como setor estratégico;
- e) Incentivar a prática de valorização da vida e inserção no campo dos direitos, com ênfase na afirmação das conquistas históricas dos direitos humanos;
- f) Promover a inserção dos jovens em experiências comunitárias inovadoras que busquem a qualidade de vida, uma vida segura e o desenvolvimento integral.

O PIPPJF possui os seguintes produtos específicos, Regulamento Operacional (2010, p. 10-11):

- a) Implementar nos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCAs, atividade de formação, animação e entretenimento nas áreas esportiva, cultural, e artística, possibilitando à população jovem de Fortaleza, situada entre 15 a 29 anos, alternativas para o seu desenvolvimento econômico e sua inclusão social, contribuindo para reduzir as brechas de renda, gênero e sócio culturais;
- b) Ofertar, em cada um dos CUCAs, anualmente, em média de 2.400 vagas para os Programas de Formação, 600 vagas nas oficinas e cursos livres e receber, aproximadamente, 36.000 visitantes nas áreas de exposição, cineteatro, anfiteatro, biblioteca e áreas livres;

- c) Contribuir na reversão do quadro de exclusão que atinge o segmento juvenil, promovendo experiências e vivências construtivas, visando à elevação da autoestima de jovens envolvidos com os estigmas da pobreza, do racismo, do sexismo e discriminação contra jovens deficientes físicos;
- d) Promover conhecimentos e fazeres na área ambiental e ecológica, de saúde preventiva, de ciência e tecnológica, de participação política, de comunicação democrática, fortalecendo na população atendida uma consciência cidadã de participação de jovens como sujeitos;
- e) Promover o empreendedorismo cultural afirmando a área da cultura como fator de desenvolvimento social da população jovem em Fortaleza;
- f) Contribuir para ampliar oportunidades de emprego e renda nos mercados culturais;
- g) Construir equipamentos para a prática de esportiva e/ou cultural em até 09 (nove) espaços públicos da cidade, estimulando o sentimento de pertença da população juvenil com relação aos equipamentos públicos, através da participação direta da juventude na concepção dos projetos;
- h) Fomentar e incentivar o protagonismo juvenil em Fortaleza através do apoio a projetos de organizações e movimentos de juventude, contribuindo para o empoderamento dos jovens e visando o desenvolvimento de ações comunitárias;
- i) Proporcionar incentivos financeiros, apoio institucional e capacitação a Grupos de Trabalho de Jovens para a criação de empreendimentos solidários no Município de Fortaleza sem prejuízo de suas atividades escolares;
- j) Democratizar o acesso dos jovens oriundos da rede pública de ensino às Instituições de Ensino Superior, através do apoio aos Cursos Pré-Universitários Populares;
- l) Elevar a escolaridade dos Jovens, possibilitando o acesso à qualificação profissional, inclusão digital e ação comunitária;
- m) Promover reflexão e formação de jovens e profissionais de saúde sobre as temáticas Drogas e Saúde Sexual/Reprodutiva, através de uma Campanha de Promoção da Saúde Juvenil, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população jovem de Fortaleza;
- n) Contribuir para a inserção de jovens no mundo do trabalho através de formações e vivências profissionais;
- o) Democratizar o acesso ao esporte e lazer aos jovens na faixa-etária de 18 a 24 anos que residam em comunidades com elevado índice de vulnerabilidade social no município de Fortaleza;
- p) Possibilitar formação e qualificação para o mercado de trabalho a jovens alunos e egressos das escolas públicas de Fortaleza, mediante o uso de novas tecnologias de informação e comunicação, utilizando os procedimentos da aprendizagem colaborativa e integrada à política de software livre e de inclusão social.

Cumprе ressaltar que esse tópico não se propõe a detalhar ou transcrever todo o Regulamento Operacional do PIPPJF, mas sim traçar uma visão geral para se entender onde os CUCAs estão inseridos no programa. Sendo assim, será feito um recorte para se verificar apenas o equipamento CUCA, que é o objeto da pesquisa.

Os componentes e atividades do PIPPJF estão incorporados em dois grupos, a saber: 1 - Fortalecimento da Capacidade Institucional, que tem por objetivo apoiar ações de fortalecimento da capacidade institucional do Município de Fortaleza nas áreas de políticas públicas; comunicação e monitoramento e avaliação; 2 -

Desenvolvimento de Novas Tecnologias Sociais, que tem por objetivo oferecer novos serviços ou expandir serviços já oferecidos em pequena escala pela Prefeitura Municipal de Fortaleza ou por organizações não governamentais nas áreas de cultura, entretenimento, esporte, capacitação e formação profissional e microcrédito, para jovens de 15 a 29 anos, preferencialmente de baixa renda, sendo neste componente que o CUCA está inserido.

O Regulamento Operacional do PIPPJF (2010, p. 14), no que se refere ao CUCA, assim estabelece:

CUCA: Com recursos alocados a este sub-componente serão financiadas a construção, aquisição e instalação de equipamentos e a contratação de educadores para a operação de até seis Cucas em bairros com alta concentração de população de baixa renda nas seis regiões administrativas do município de Fortaleza. Nos CUCAs, serão desenvolvidos: (i) cursos de formação modular continuada (com certificação), para capacitação técnica e inserção de jovens no mercado de trabalho das artes audiovisuais (fotografia, produção de vídeo, documentário, cinema, etc), artes cênicas e música, além de treinamento esportivo; (ii) oficinas de trabalho e cursos específicos para promover a reinserção social e educativa dos jovens por meio de atividades culturais, desportivas e recreativas; (iii) núcleos em áreas específicas, complementares, para desenvolver ações de reinserção social, prevenção de comportamentos de risco, promoção da liderança juvenil e de habilidades sociais básicas e de autoestima, por meio de eventos, seminários, oficinais de trabalho e campanhas de promoção de saúde, meio ambiente e cidadania, entre outras.

A partir desse panorama, percebem-se, desde já, os principais objetivos e finalidades dos CUCAs, com atenção especial para a escolha dos locais onde serão construídos, ou seja, em bairros com maior concentração de população de baixa renda, atendendo a divisão das regiões administrativas de Fortaleza. Em outras palavras, cada equipamento CUCA deverá ser construído em cada área de uma Secretaria-Executiva Regional e, até o momento, foram implantados três equipamentos: na Barra do Ceará (SER I), no Mondubim (SER V) e no Jangurussu (SER VI).

Além disso, outra importante finalidade do equipamento CUCA é a de potencializar as atividades nas áreas da cultura, arte, ciência, lazer e esporte, oferecidas aos jovens, visando sempre à sua reinserção social.

Dentre as diversas entidades municipais que participam do PIPPJF, tem-se a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, vista no tópico anterior, órgão da administração direta, vinculado ao Gabinete da Prefeitura, com finalidade de planejar e executar políticas públicas voltadas aos jovens na faixa

etária de 15 a 29 anos, sendo responsável pela promoção dos direitos da juventude e viabilização de espaços permanentes de participação, assim como pela articulação e assessoramento junto às demais secretarias temáticas do município, com o fim de executar as políticas de juventude.

A Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, em sua estrutura, contempla a Coordenação para os CUCAs, a Coordenação de Políticas Públicas de Juventude e a Coordenação de Participação e Mobilização Juvenil.

A Coordenação direcionada aos CUCAs é responsável por elaborar e acompanhar a administração e execução das políticas nessas estruturas, assim como promover as relações institucionais.

3.3 A POLÍTICA DO CENTRO URBANO DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE

É importante conhecer o espaço físico em que a materialidade das diversas experiências vivenciadas pelos jovens acontece. Desse modo, será traçada a política dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte.

Desde já, cumpre compreender que os CUCAs se inserem no Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza (PIPPJF) como principal componente de execução e realização, a partir do qual todas as demais ações do Programa poderão ser potencializadas, tendo como eixos as áreas da cultura, do esporte e do lazer. Situam-se como equipamentos culturais estratégicos das políticas públicas da juventude, onde os jovens têm oportunidades de capacitação, nas áreas citadas, de forma integrada, descentralizada e democrática.

Os CUCAs são espaços que oferecem diferentes atividades gratuitas para as juventudes de Fortaleza, como cursos de formação, práticas esportivas, difusão cultural, protagonismo juvenil e promoção dos direitos humanos, priorizando jovens entre 15 a 29 anos. Os equipamentos também funcionam como locais de encontro e convivência da população jovem, possibilitando a sociabilidade e a participação juvenil, estimulando novas formas de integração e vivência dos seus valores e comportamentos.

Têm a missão de possibilitar aos jovens acesso à informação, aos bens e equipamentos culturais, artísticos e tecnológicos, de modo a garantir oportunidades

de capacitação nos campos da cultura, arte e esporte.

Acredita-se que o CUCA tem como principal influência o Centro Dragão do Mar, Arte e Cultura, construído em 1990, sendo gerenciado pelo Instituto Dragão do Mar²³, o qual foi a primeira Organização Social (OS) criada no Brasil na área da cultura, vinculado à Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, que inspirou a logística e a captação de projetos para a criação dos CUCAs. Entretanto, estes não são localizados em área nobre e nem voltados aos turistas, mas com atuação voltada às classes sociais menos favorecidas da cidade.

Além disso, também recebeu inspiração dos Centros Sociais Urbanos²⁴, que foram equipamentos públicos coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. Esses centros foram criados no período da ditadura militar no Brasil, objetivavam proporcionar atividades de lazer, esporte, formação e qualificação profissional direcionadas à comunidade e alocados em todo o território nacional. Ressalte-se que nesses Centros já se constatava a utilização de espaços para as comunidades participarem de ações socioeducativas e de projetos de fortalecimento e desenvolvimento da cidadania.

Os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte nasceram a partir das reivindicações feitas nas reuniões da elaboração do Plano Diretor Participativo de 2009, que tinha em pauta a criação de um local de difusão e produção de cultura para os jovens de Fortaleza, em especial que fosse alocado em bairro da periferia. São projetos da Prefeitura de Fortaleza, considerado como o primeiro Espaço Mais Cultura²⁵ do país que interagem com os objetivos do programa Mais Cultura de democratizar o acesso da população a equipamentos e serviços culturais.

O programa Mais Cultura²⁶, lançado em outubro de 2007, representa o reconhecimento da cultura como necessidade básica, direito de todos os brasileiros, tanto quanto a alimentação, saúde, moradia, educação e voto. O Governo Federal, através desse programa, incorpora a cultura como vetor importante para o

²³ Instituto Dragão do Mar, histórico disponível em:

<<http://www.dragaodomar.org.br/espacos.php?pg=instituicao>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

²⁴ Decreto nº 75.922, de 1º de julho de 1975. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Centros Social Urbanos – CSU. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75922-1-julho-1975-424462-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

²⁵ Os Espaços Mais Cultura são uma ação do Programa Mais Cultura, do governo federal, criados para melhorar a qualidade de vida em periferia e centros urbanos com baixos indicadores sociais e marcados pela exclusão cultural. Informações disponíveis em: <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/2011/02/cuca-che-guevara.html>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

²⁶ Informações de 03/07/2014, extraídas do site Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/mais-cultura>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

desenvolvimento do país, incluindo-a na agenda social, com *status* de política estratégica de estado para atuar na redução da pobreza e da desigualdade social.

Representa uma das mais importantes conquistas do Ministério da Cultura e de todos os brasileiros, pois objetiva a integração e inclusão de todos os segmentos sociais, na valorização da diversidade e do diálogo com os múltiplos contextos da sociedade brasileira. Referido programa estrutura-se em três dimensões articuladas em si: Cultura e Cidadania, Cultura e Cidades e Cultura e Economia. Todas as ações do Mais Cultura têm o fim da ampla participação da sociedade civil e dos poderes públicos.

Entretanto, sobre a criação dos CUCAs, nada melhor que ouvir da própria pessoa que idealizou essa política. Assim, serão transcritas as informações do vídeo de Luizianne Lins, candidata à Prefeitura de Fortaleza nas eleições de 2016, no qual relata toda a trajetória de como surgiu a ideia de construir um centro urbano direcionado exclusivamente para jovens:

Hoje se fala em juventudes, porque é um momento da vida do ser humano incrível, cheio de expectativas, de sonhos, de ideias para o futuro, mas ela também se diferencia a partir da classe social, da raça, e uma série de coisas que estão dentro desse universo juvenil [...] Quando a gente chegou na Prefeitura, o primeiro desafio foi como pautar essa temática, esse setor social com políticas públicas efetivas e de verdade, por que eu sempre tive uma queixa, participei de espaços, fui do movimento estudantil, da UNE, fui presidente da DCE, fui de movimento de vídeo popular, enfim, eu sempre percebi que faltava algo, as políticas de juventude que existiam no Brasil, até então, não dialogavam verdadeiramente com os jovens, eram políticas que se faziam de conta e os jovens faziam de conta que estavam incorporando, mas na verdade não entravam nesse universo rico, complexo, rebelde e absolutamente lindo da juventude. Primeira coisa foi: vamos criar um órgão, um organismo, algo dentro da estrutura da prefeitura que comece a pensar de verdade em políticas públicas para esse setor, e a partir daí transborde desse setor específico para todas as outras políticas, já que as políticas de juventude, para nós, que a gente chama de intersetoriais, elas precisam estar presente na saúde, na geração de renda, na educação e por aí em diante. Então criamos a Secretaria Municipal de Juventude, a Coordenadoria de Políticas para Juventude, com status de secretaria, a partir daí também criamos o Plano Municipal de Juventude, o Conselho Municipal de Juventude e realizamos durante os oito anos de governo as nossas Conferências, todas elas com o objetivo de cada vez mais avançar nas políticas públicas de juventude. Também existia uma vontade de criar um ambiente que se chamou Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, os Cucas das juventudes. Essa ideia surgiu ainda quando eu era Presidente do Diretório Central dos Estudantes, onde a gente discutia no espaço do DCE para se criar o Centro Universitário de Cultura e Arte, que também se chamaria CUCA, pela sigla, e quando eu cheguei na Prefeitura disse que nós não iríamos criar o Centro Universitário de Cultura e Arte para a Universidade, até porque não estava mais lá, pois agora o meu universo era a cidade, portanto, nós temos que criar Centros Urbanos que dialoguem com toda a juventude. Por definição, naquele momento eu dizia: o que é o

CUCA? escrevi longamente sobre isso, na elaboração de muitos anos, a partir da minha experiência de política de juventude. Eu dizia: vamos criar um Centro Urbano que seja uma atração fatal para a juventude, não há juventude ou juventudes que passem batido por esse Centro Urbano. Portanto, os jovens que gostam de música, vai ter música pra ele lá, o jovem que gosta de esporte, vai ter a quadra poliesportiva, vai ter o campo coberto, descoberto, a piscina semiolímpica, enfim, vai ter a pista de skate, vai ter um anfiteatro, mas se o jovem disser que não gosta de nada disso e gosta de informática, também lá tem os laboratórios de informática; não, eu quero fazer cinema, além do laboratório de televisão e fotografia, nós temos também cinema de graça, com tudo que temos direito, com som e todos os equipamentos adequados, do jeito que a gente acha que deve ser feito para os jovens, ou seja, da melhor qualidade, temos a sala de teatro e sala de dança, e isso era o formato do primeiro CUCA. Eu lembro quando ia falar, ainda era uma ideia, uma 'viagem', muita gente não acreditava, porque um equipamento desse tinha que ser gigantesco, não é à toa que cada CUCA tem no mínimo 14 mil metros quadrados de área, porque precisa ser grande no tamanho que comporta a nossa juventude. Eu lembro que muita gente duvidava. Algumas vezes fui conversar com a comunidade e com os próprios jovens [...] eu dizia quem não gosta de teatro, vai pra música, quem não gosta de música vai para o esporte, quem não gosta do esporte vai para um instrumento, aí sempre tinha um jovem que olhava pra mim e dizia: e quem não gosta de nada?; aí eu dizia: também vai ter lugar para não fazer nada; não é à toa que os CUCAS eles têm uma linguagem de se posicionar; pelos menos os três que nós construímos de frente para o recurso hídrico, o que se localiza na Barra do Ceará, que é o da regional I, fica exatamente no encontro do Rio Ceará com o Mar; o da Regional IV (Jangurussu) fica em frente a lagoa de São Cristovão, e o que se localiza no Mondubim, da Regional V, em frente a lagoa do Mondubim. Eu dizia também que tem que ter um corte na hora de matricular, que seria o da idade, o único filtro para ir ao Cuca era ter entre 15 a 29 anos, isso porque eu entendia que, no Brasil, nós já tínhamos vencido muito, inclusive nosso governo colaborou muito para a redução da mortalidade infantil em Fortaleza; depois veio toda a rede de proteção à criança e adolescente até os 14 anos; e quando o jovem completava 15 anos havia uma ausência total de políticas para esses jovens, por isso, a gente resolveu que o CUCA iria ser um espaço de formação priorizando esse setor que estava exatamente no limbo das políticas públicas no Brasil e que muitas vezes era ali que o jovem decidia se queria um futuro, ou se iria para o mais fácil, se ia para o tráfico e outros. Portanto, nesse momento decisivo o CUCA entra na vida do povo de Fortaleza. (Luizianne Lins, vídeo disponível em: <<http://www.pt.org.br/conheca-8-aco-es-para-os-jovens-criadas-por-luizianne-em-fortaleza/>>. Acesso em: 28 fev. 2017)

Para garantir a gestão do empreendimento social, foi criada uma Organização Social (OS), denominada Instituto Cuca, conforme previsto no art. 1º do Estatuto Consolidado:

O INSTITUTO DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE, também denominado INSTITUTO CUCA, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativo ou econômico, de interesse coletivo e caráter eminentemente organizacional, assistencial, esportivo, recreativo, educacional e cultural, sem cunho político ou partidário, qualificada como Organização Social pelo Decreto Municipal nº 12.587 de 23/10/2009, publicado no diário oficial do município de Fortaleza/Ceará em 06/11/2009. (ESTATUTO CONSOLIDADO DO INSTITUTO CUCA, 2014, p.10)

Em sua estrutura organizacional, o Instituto Cuca compõe-se dos seguintes órgãos: Assembleia Geral; Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Conselho Consultivo e Conselho Fiscal; e para contribuir com os processos que assegurem o pleno funcionamento dos equipamentos, em conjunto com a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza, o Instituto apresenta, atualmente, as seguintes diretorias: Diretoria Administrativa-financeira; Diretoria de Promoção de Direitos Humanos; Diretoria de Educação, Esporte e Cultura; e Diretoria de Comunicação Social.

Segundo consta na documentação de criação do CUCA, a instituição situa-se como equipamento estratégico da política de juventude que busca consolidar um sistema integrado de programas direcionados a jovens, promovendo alternativas para o seu desenvolvimento econômico e sua inclusão social, contribuindo para reduzir as brechas de renda, desigualdades de oportunidades, econômicas e sociais da população do município. A proposta inicial era a construção de seis equipamentos padronizados e localizados em diversas partes da cidade, sendo cada um construído nas áreas das Regionais Administrativas da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Todavia, até o presente momento, como já mencionado, foram construídas três unidades nos bairros Barra do Ceará, Mondubim e Jangurussu, que fazem parte, respectivamente, da Secretaria Executiva Regional I, V e VI.

O primeiro espaço foi inaugurado em setembro de 2009, pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, na época denominou-se de CUCA Che Guevara, depois passou a ser denominado como CUCA Barra. Fruto dos anseios da população jovem da cidade, inserido como demanda social no Orçamento Participativo realizado em 2005, com a finalidade de realizar uma política pública destinada à juventude fortalezense. Esse equipamento está situado no bairro Barra do Ceará, onde funcionava o antigo Clube de Regata.

Em 2014, mais dois equipamentos passaram a funcionar, sendo um no bairro do Mondubim e o outro no Jangurussu, os quais, juntos com o CUCA Barra, formam a Rede CUCA, mantida pela Prefeitura de Municipal de Fortaleza e gerida pelo Instituto Cuca. Ressalte-se que, em 21 de fevereiro de 2017, completaram-se 3 anos de funcionamento dessa rede.

Nas estruturas dos CUCAs é possível encontrar piscina semiolímpica, ginásio poliesportivo, salas de multimídias, pista de *skate*, anfiteatro, teatro, artes plásticas, laboratório de fotografia, sala de cinema, espaço para exposições artísticas, biblioteca.

A programação das atividades desenvolvidas nos equipamentos compreende e contempla áreas da cultura, artes cênicas, música, ciências e tecnologias sociais, esporte, lazer e entretenimento, dança, literatura, e formação do público leitor, entre outras.

Especificamente quanto ao CUCA Jangurussu, local desta pesquisa, foi instalado no bairro Jangurussu, que beneficia os 29 bairros da SER-VI, esta que apresenta algumas características peculiares, conforme revelado no estudo do Mapa da Criminalidade e da Violência na cidade de Fortaleza – Perfil da SER VI²⁷, publicado em 2011, sendo a maior regional, ocupando uma área de 42% do território da capital cearense, com alta concentração de população jovem, apresenta o maior índice de analfabetismo, comparada com as demais regionais, assim como altos índices de criminalidades, principalmente no bairro de Jangurussu, considerado o mais violento da regional, conforme indicou a pesquisa no período de 2007 a 2009.

Como visto anteriormente, no perfil dos jovens de Fortaleza, a Tabela 2, aponta que a Regional VI é uma das que apresentam maior proporção de jovens, o que, entre outros motivos, justifica a implantação de um equipamento nessa área, e, mais especificamente, no bairro Jangurussu.

Pensando nesse espaço como um local potencializador e que permite as vivências, os fazeres e agires da condição e diversidade juvenil, que esta autora resolveu analisar os jovens e grupos juvenis inseridos no Programa Comunidade em Pauta do CUCA Jangurussu, buscando compreender os modos de ser jovem, a partir da discussão do processo de socialização e formação da cidadania cultural desse segmento, o que será realizado no capítulo seguinte.

²⁷ Cartografia da Criminalidade e da Violência na Cidade de Fortaleza - Perfil da SER VI - p. 144-154. Disponível em: < <http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/relatorio.pdf> > Acesso em 26 jan 2017.

4 CUCA JANGURUSSU E AS AÇÕES DIRECIONADAS AOS JOVENS

4.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Este tópico propõe-se a apresentar os caminhos metodológicos percorridos durante a construção desta dissertação, desde os passos iniciais, aos atalhos abandonados e a direção do caminho encontrada. Será exposta a relação com o campo da investigação, os critérios da escolha do tema, os jovens que foram entrevistados e os instrumentos metodológicos utilizados.

A primeira tarefa consistiu no levantamento bibliográfico sobre os temas de interesse, os quais são, basicamente, juventude, política pública para juventude, sociabilidade, cidadania e culturas juvenis.

Na definição do problema, partiu-se do pressuposto de que uma delimitação seria fundamental para o processo de elaboração da pesquisa. A partir da pergunta geral, desdobram-se perguntas auxiliares, com o fim de restringir a análise. Diretamente relacionado ao problema, foram pensados os objetivos gerais e específicos.

A pesquisa foi de natureza qualitativa, com a análise de dados, descrevendo, além da objetividade material, as subjetividades intrínsecas às relações da conjuntura em questão, encontradas durante os processos de elaboração deste trabalho. Dessa maneira, conforme expressa Minayo (2007):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 21-22)

O local investigado foi o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCA Jangurussu, agregando-se registros etnográficos, desde as observações do lugar e dos jovens, as descrições dos dados coletados, entrevistas e anotações no diário de campo, a fim de conhecer mais de perto a relação do sujeito social e o ambiente e, a partir disso, compreender a contribuição do CUCA Jangurussu no processo de sociabilização e na formação da cidadania dos jovens da periferia.

Nesse contexto, a trajetória de construção desta pesquisa não ocorreu de forma linear, tendo alguns momentos de angústias, incertezas e conquistas. Os itinerários seguidos foram planejados previamente, contudo, ao executar os primeiros passos, houve alguns tropeços, sendo preciso seguir outros caminhos, realidade explicada por Stecanela:

O caminho da investigação não se faz sem conflitos, sem dúvidas e sem incertezas, pois as perguntas servem para mobilizar em direção a construção de resposta, sempre parciais e provisórias sobre a realidade que nos é dada a ler. (STECANELA, 2008, p. 41)

Todavia, os dados iniciais coletados foram importantes para conhecer e entender a dinâmica do local, as atividades desenvolvidas e, sobretudo, para uma aproximação com os jovens, o que possibilitou a definição dos critérios de escolha dos grupos a serem pesquisados.

Definiu-se o objeto central da pesquisa, que foi analisar a experiência do CUCA Jangurussu no processo de socialização e cidadania dos jovens inseridos em atividades artístico-culturais do programa Comunidade em Pauta. Assim como os objetivos específicos, que foram: identificar o perfil dos jovens envolvidos com as atividades culturais; pesquisar as formas de sociabilidades praticadas pelos grupos juvenis inseridos em atividades culturais no equipamento; e analisar de que maneira o CUCA Jangurussu possibilita a cidadania e inclusão social dos jovens dessa comunidade.

Os procedimentos adotados para elaboração desta dissertação foram divididos em três etapas. Na primeira, realizou-se uma pesquisa documental através de livros, artigos, informes, dissertações de mestrado e teses de doutorados que abordam o tema juventude, sendo importante conhecer os pensamentos dos autores sobre essa temática, assim como bibliografias relacionadas à política pública para juventude, condição juvenil, sociabilidade e cidadania. Tais levantamentos foram necessários para a construção dos capítulos 2 e 3.

A segunda etapa foi o momento de conhecer o local e os sujeitos a serem pesquisados. Nesse aspecto, a coleta de dados, levantamento e estudo de campo por meio de visitas *in loco* foram essenciais para entender a dinâmica do universo CUCA.

Já no terceiro momento, realizaram-se as entrevistas com jovens dos

grupos artístico-culturais do programa Comunidade em Pauta e funcionários do CUCA Jangurussu, utilizando-se, para isso, roteiros semiestruturados (em anexo), além dos registros no diário de campo, tais como descrição do local e conversas informais.

Os dados coletados nas visitas de campo e as entrevistas foram determinantes para a elaboração desse quarto capítulo, no qual foram trabalhadas as ações desenvolvidas no CUCA para a juventude, as formas de sociabilidades praticadas pelos jovens no equipamento e os jovens do programa Comunidade em Pauta, relacionados com dança e arte, como forma de expressão artístico-culturais e inclusão social.

4.1.1 Caminhos e motivações para a escolha do tema

A definição do tema originou-se, inicialmente, por questões de identificação com temáticas relacionadas à juventude, e por atuar profissionalmente como servidora pública do Ministério Público do Estado do Ceará, trabalhando em uma Procuradoria de Justiça Criminal, onde diariamente são analisados processos criminais, envolvendo práticas de roubos, tráfico de drogas, homicídios, furtos, entre outros, tendo como atores principais uma parcela expressiva de jovens, sendo vítimas ou inseridos no mundo da criminalidade.

Ao cursar o Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas na UECE, onde foram estudadas diversas disciplinas, ratificou-se o interesse de aprofundar o estudo sobre políticas públicas para juventude. Assim, a única certeza inicial era escrever sobre tema relacionado a jovens, e durante o processo de escolha do caminho a seguir, tendenciou-se, no início, para o lado que relacionasse a juventude com violência, criminalidade, delinquência, drogas e exclusão social, levando em conta a proximidade com a experiência profissional e a existência de diversos estudos nessa linha, o que facilitaria na elaboração da pesquisa.

Entretanto, no decorrer dessa caminhada, a linha de pesquisa foi repensada, novos contextos foram incorporados, gerando instigante processo de inquietação e insatisfação por um assunto já bastante explorado no mundo acadêmico, que é relacionar a juventude com questões envolvendo problemas sociais. Diante disso, brotou a motivação de seguir por um novo caminho e

apresentar aspectos da juventude talvez pouco estudados.

Sendo assim, optou-se por explorar uma política pública de juventude que tivesse um caráter de transformação social, em especial, para os jovens da periferia de Fortaleza, abordando aspectos da condição juvenil, como a sociabilidade e a cidadania a partir das culturas juvenis, atribuindo um olhar diferente para essa categoria.

Segundo destaca Melucci:

O olhar ocorre, no dom de colocar em foco, o risco de fixar-se somente sobre um ponto de vista, mas na realidade é dotado de mobilidade, da capacidade de deslocar-se, mudar de perspectiva, ampliar ou reduzir o campo, desfocar o objeto e colocar em evidência seus atributos e qualidades diversas, não imediatamente visíveis, muitas vezes diferentes entre si, podendo até se polarizar. (MELUCCI, 2005, p. 13)

Considerando que os temas envolvendo a juventude têm apresentado crescimento e destaque nas áreas das Ciências Sociais, com diversos autores abordando essa temática, como José M. Pais (1990; 2005), Luis A. Groppo (2000), Juarez Dayrell (2007), Helena Abramo (2008), Marília Sposito (2003; 2008), Paulo Carrano (2003), Glória Diógenes (2009), dentre outros, demonstrando que viver a condição juvenil é bastante complexo, revelando-se fenômeno social importante a ser pesquisado, ressaltando a pluralidade de significados e sentidos que se apresentam nesta construção.

Nesse panorama, esta pesquisa aponta para os diferentes modos de ser jovem, ressaltando que, para sua definição neste trabalho, foi utilizado o critério de faixa etária, por ser o também utilizado no CUCA, porém sem deixar de ser analisada e considerada a definição de juventude no plural.

Além disso, atenta para as novas formas de produção social que são construídas, novos estilos, culturas e práticas sociais que são (re)inventadas e (re)construídas pelos jovens, que se apresentam como novas significações e formas de socialização.

Na busca de uma política pública de juventude que tivesse características de ser inclusiva, transformadora social e com a atenção voltada para jovens que vivem sua condição juvenil nos espaços da periferia, construindo expressões e estilos próprios, decidiu-se pesquisar o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCA Jangurussu, instalado em um bairro da periferia vinculado à Secretaria Regional VI.

O CUCA oferece atividades que são realizadas de forma integrada, descentralizada e democrática, além de desenvolver ações e programas direcionados à juventude, dentre esses, destaca-se o do Comunidade em Pauta, voltado à cessão de espaços físicos para jovens ou grupos juvenis autônomos, que desejam praticar suas habilidades artísticas, culturais e esportivas e não disponham de ambientes adequados.

4.1.2 Conhecendo o local e os sujeitos da pesquisa

O primeiro contato com o CUCA Jangurussu ocorreu em novembro de 2016, numa visita informal no meio da tarde, sem imaginar o que encontraria pela frente. Ao chegar ao local, percebeu-se que se tratava de um lugar diferente dos demais espaços públicos, os portões totalmente abertos, com acesso livre para qualquer pessoa que quisesse entrar, sem nenhum porteiro ou guarda na entrada.

Ao entrar naquela unidade, sem saber para onde seguir e a quem se dirigir, alguns momentos foram para observar o lugar e os jovens que ali transitavam. Em seguida, realizado contato com um dos funcionários da biblioteca que indicou a gerência administrativa do local, a qual explicou, de forma geral, a funcionalidade do CUCA Jangurussu. A visita encerrou-se com impressões positivas do lugar, todavia, faltavam muitas informações a serem levantadas, sendo necessário agendar uma visita guiada para conhecer os espaços físicos e as diretorias/núcleos daquela unidade.

A necessidade de conhecer de forma mais abrangente a realidade dos jovens naquele espaço fez com que as visitas fossem mais frequentes, principalmente no mês de fevereiro de 2017, em dias e horários específicos, com a finalidade de estabelecer uma estreita relação com os educadores sociais, conhecer melhor o espaço, observar mais de perto os comportamentos dos jovens e definir um possível grupo que pudesse colaborar com a proposta da pesquisa.

Durante as visitas, observou-se que, nos horários da manhã, a movimentação de jovens no CUCA Jangurussu era pouca, ou seja, praticamente o local se mostrava vazio. No período da tarde, a presença dos jovens era mais constante, todavia, ficavam mais nas salas, fazendo algum curso. Já no horário da noite, os espaços eram ocupados por jovens de todos os estilos, período em que foi

possível perceber a diversidade juvenil que transita naquele universo, diversas atividades são praticadas ao mesmo tempo, há jovens que vão apenas para conversar, passear, escutar música, dançar, acessar a rede *wi-fi*, praticar jogos de tabuleiros, andar de *skate* e para namorar ou paquerar.

Em conversa com um educador social da Diretoria de Promoção dos Direitos Humanos, foram explicadas as ações trabalhadas no setor, dentre essas destacou o programa Comunidade em Pauta, que possui vários grupos juvenis ocupando os espaços do CUCA Jangurussu para desenvolverem atividades esportivas e artístico-culturais e que frequentavam o local com regularidade e horários definidos.

Diante dessa informação, realizou-se um recorte no universo dos jovens do programa Comunidade em Pauta, sendo pesquisados apenas os grupos que praticam atividades artístico-culturais, em especial, os de dança.

Definido o grupo a ser estudado, o passo seguinte foi participar de uma reunião mensal do Comunidade em Pauta, onde estariam presentes os representantes dos coletivos juvenis de dança, oportunidade em que foram realizados alguns contatos.

A partir disso, as visitas ao CUCA Jangurussu passaram a ser nos dias e horários dos ensaios dos grupos. Todavia, por diversas vezes, as idas ao equipamento foram apenas para observar e fazer anotações no diário de campo, haja vista que nem todos os grupos de dança aceitaram participar da pesquisa.

Após longas caminhadas, alguns jovens aceitaram colaborar com o trabalho, sendo uma jovem do coletivo D'a Sul, estilo hip-hop; uma do Cia. de Artes Brasil, de danças folclóricas brasileiras; quatro jovens do grupo *Haus of Silva*, dança e performance de *drag queen*; três jovens do *break* e outros ritmos de dança de rua (este grupo não possui denominação) e um jovem do coletivo denominado Voz e Vez da comunidade, o qual ocupa o espaço do CUCA para apresentação de saraus de poesias e arte cênica; no total, foram 10 jovens entrevistados.

O quadro a seguir apresenta um resumo do perfil dos jovens entrevistados, desde a idade, grau de escolaridade, bairro e atividade ocupacional, ressaltando que para suas identificações serão utilizadas apenas as letras iniciais dos nomes, pois alguns não quiseram se expor.

Quadro 4 - Identificação dos jovens entrevistados

Identificação	Data da entrevista	Descrição
T.V. S	11/03/2017	A jovem tem 22 anos, ensino médio completo, estudou em escola pública, moradora do bairro João Paulo II. Na data da entrevista, completava uma semana como Educadora Social no CUCA. Integrante do grupo "Cia. Artes Brasil", de danças folclóricas brasileiras, composto por 15 jovens, homens e mulheres, um dos grupos mais antigos do CUCA Jangurussu, ensaiam no local desde quando inaugurou o equipamento.
C.R	05/04/2017	O jovem tem 24 anos, possui ensino médio completo, estudou em escola pública, trabalha com poesias no interior de transportes públicos, morador da Comunidade Mangueira, integra o coletivo "Voz e Vez da Comunidade", composto por 6 jovens, frequenta o CUCA Jangurussu há pouco mais de um ano, desenvolvendo atividades de saraus de poesias e apresentações de artes cênicas.
M.J	11/04/2017	A jovem tem 20 anos, concluiu o ensino médio, em escola pública, está procurando emprego, mora no bairro Jangurussu, é integrante do grupo chamado "Da'Sul", estilo <i>hip-hop</i> , um dos grupos mais antigos, composto por 4 jovens, sendo um deles seu irmão e mais duas amigas, ensaiam no CUCA Jangurussu desde a inauguração.
V. L	18/04/2017	O jovem tem 15 anos, estudante do 1º ano do ensino médio, em escola pública, morador do bairro Jangurussu, frequenta o CUCA desde quando foi inaugurado, mas há um ano dança <i>break</i> e outros ritmos de dança de rua, com mais três amigos, o grupo ainda não tem nome definido.
C. A	18/04/2017	O jovem tem 17 anos, estudante do 1º ano do ensino médio, em escola pública, morador do bairro Jangurussu, frequenta o CUCA desde quando foi inaugurado, mas há um ano dança <i>break</i> e outros ritmos de dança de rua com mais três amigos, o grupo ainda não tem nome definido.
J. K	18/04/2017	O jovem tem 17 anos, estudante do 2º ano do ensino médio, em escola pública, morador do Parque Itamaraty, frequenta o CUCA desde quando foi inaugurado, mas há um ano dança <i>break</i> e outros ritmos de dança de rua com mais três amigos, o grupo ainda não tem nome definido.
D. S	18/04/2017	O jovem tem 23 anos, sempre estudou em escola pública, cursa publicidade na UFC, trabalha com artesanato fazendo bonequinhos de feltro, morador no Conjunto Palmeiras, frequenta o CUCA Jangurussu desde quando inaugurou, há 4 meses integra o grupo chamado "Haus of Silva", composto de 4 integrantes, de performance de <i>drag queen</i> .
M. S	25/04/2017	O jovem tem 20 anos, sempre estudou em escola pública, atualmente cursa Letras e Língua Italiana na UFC, morador do Conjunto Palmeiras, frequenta o CUCA Jangurussu desde quando inaugurou, há 4 meses é integrante do grupo chamado "Haus of Silva", de performance de <i>drag queen</i> .
I.O	25/04/2017	O jovem tem 17 anos, terminou o ensino médio, sempre estudou em escola pública, morador do bairro Jangurussu, frequenta o equipamento desde quando inaugurou, há 4 meses compõe o grupo chamado "Haus of Silva", de performance de <i>drag queen</i> .
D. R	25/04/2017	O jovem tem 18 anos, concluiu o ensino médio, sempre estudou em escola pública, morador do bairro Jangurussu, frequenta o CUCA desde quando inaugurou, há 4 meses compõe o grupo chamado "Haus of Silva", de performance de <i>drag queen</i> .

Fonte: elaborado pela autora (2017)

Cumprido ressaltar que outros jovens, que não aceitaram participar da entrevista propriamente dita, prestaram informações por meio de conversas informais, sendo registradas no diário de campo. Em relação aos funcionários, foram entrevistados três da Diretoria de Promoção de Direitos Humanos, da equipe de Protagonismo Juvenil, responsáveis pelo programa Comunidade em Pauta, um do setor de matrícula e um da biblioteca, além de outros que contribuíram com dados mediante conversas, as quais também foram registradas no diário de campo.

4.2 AS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO CUCA JANGURUSSU

O CUCA foi pensado para desenvolver atividades durante os três turnos, oferecendo cursos e oficinas de formação nas áreas de audiovisual, mídias digitais e interativas (fotografia, realização e produção em vídeo e televisão, multimídia), artes cênicas, música, esportes, literatura, dança, cinema, gestão cultural, entre outros. Em cada CUCA, a programação mensal é diferenciada, seguindo a demanda de cada Regional em que está instalado, todavia, nada impede que qualquer jovem possa realizar atividades nas três unidades se desejar.

Um equipamento como o CUCA, atrelado a uma política pública de juventude com proposta de diminuir as desigualdades e realizar inclusão social, atua em conjunto com ações de outras redes municipais, como a saúde, a assistência social e trabalho, prestando serviços à juventude e também à comunidade, como atendimento psicossocial e promoção à saúde, orientação profissional sobre mercado de trabalho, campanha de emissão de documentos de RG, CPF, Carteira de Trabalho, entre tantos serviços desenvolvidos de forma integrada com outras instituições sociais.

O CUCA Jangurussu funciona desde janeiro de 2014, oferecendo à juventude cursos destinados à formação e aprendizagem, que variam entre mais de 20 modalidades esportivas, informática, fotografia, canto, violão, dança e outros. Além disso, os espaços são utilizados para apresentações, shows, palestras, feiras, amostras, oficinais, campeonatos e rodas de conversa sobre temáticas de juventude e de interesse geral da comunidade. Possui também uma rádio comunitária interna, que realiza trabalhos de divulgação das atividades realizadas na unidade, dos assuntos da juventude e programação musical bem eclética.

Qualquer jovem pode se matricular nos cursos ofertados, que são todos gratuitos, basta haver vaga na opção escolhida, ter de 15 a 29 anos e levar, no ato da inscrição, os seguintes documentos: cópia da identidade ou de outro documento com foto e cópia do comprovante de residência. No caso de menores de idade, deverá levar uma autorização dos pais ou responsáveis (formulário em anexo).

Para os jovens terem acesso às programações que acontecerão nos CUCAS, são criados mensalmente folhetos informativos, contendo as atividades que ocorrerão em cada um dos equipamentos, sendo distribuídos nas próprias unidades e escolas próximas, afixados nos muros de avisos e divulgados na *internet*, através do site da Prefeitura Municipal de Fortaleza e na página do *Facebook* da Rede CUCA de Fortaleza.

Figura 1 – Folheto da programação de dezembro/2016 da Rede CUCA



Fonte: imagem registrada pela autora (2017).

Todavia, constatou-se através das entrevistas, que as formas de divulgação são insuficientes, pois muitos jovens não têm acesso a tais informações, visto que a quantidade de exemplares dos folhetos não atende à demanda. Além disso, as informações sobre as atividades, muitas vezes, não chegam às escolas e comunidades mais distantes do equipamento, além do que nem todos os jovens

possuem acesso à internet, e quando possuem reclamam da dificuldade de visualizarem a programação pela página da Prefeitura de Fortaleza e das redes sociais da Rede CUCA, haja vista que normalmente utilizam o celular para isso. Ademais, muitos jovens imaginam que os cursos e as atividades são pagos, vejamos alguns relatos dos jovens:

[...] o CUCA tem o encarte da programação mensal, mas acaba muito rápido, como sou engajada na área da dança, e se tem um edital ou evento direcionado para a dança os educadores sociais e Supervisores do CUCA sempre avisam. Se não for do meu estilo, a gente repassa para outros grupos, a gente faz muito propaganda boca a boca, mesmo aqui tendo internet, *facebook*, mas é complicado, nem todo mundo tem como acessar, então a gente acaba fazendo o boca a boca aqui na comunidade, resolve muito mais, aqui nós somos muito integrados e temos que ser (T. V. S, entrevistada em 11/03/2017).

[...] sou da Comunidade Mangueira e têm muitos jovens de lá que não sabem sequer da existência do CUCA, falta divulgação, a juventude da Mangueira não vem pra cá, porque teoricamente é longe e foi prometido há anos um ônibus que vai rodar nas comunidades das periferias para trazer a galera para o CUCA e depois levar para a casa, mas até hoje não rolou, e também muitos não têm acesso à internet para saber da programação dos cursos e que são todos gratuitos, eu procuro fazer a divulgação com os amigos, mas não é suficiente (C. R, entrevistado em 05/04/2017).

[...] fico sabendo da programação porque estou sempre aqui, quando não tem mais os encartes, vejo nos murais de informação afixados, mas tenho muitos amigos daqui do bairro (Jangurussu) que não sabem de nada o que ocorre aqui, não frequentam aqui e não sabem dos eventos, dos cursos e, principalmente, que são todos gratuitos (M.J, entrevistada em 11/04/2017).

[...] teve um caso que ocorreu há um ano atrás, que, conversando com um amigo meu, ele disse que não vinha para o CUCA porque não tinha dinheiro, então disse a ele vai a pé, e ele falou, não é isso, não faço os cursos do CUCA porque não tenho dinheiro para pagar. Ou seja, muitos jovens não sabem que os cursos aqui não são gratuitos, aqui precisa de uma divulgação melhor, acho que falta mesmo é boa vontade dos gestores do CUCA (I.O, entrevistado em 25/04/2017).

Conforme relatos acima, observa-se que a questão da deficiência de informação do que seja o CUCA e a divulgação de suas ações junto à juventude e à comunidade como todo são fatores que podem interferir de alguma forma na formação da cidadania e inclusão social dos jovens da periferia, sendo isso evidenciado a partir das declarações de uma Educadora Social ao responder sobre as contribuições do CUCA Jangurussu na formação da cidadania e inclusão dos jovens da comunidade:

[...] tem que considerar o jovem como sujeito de direito, pois ter um equipamento do tamanho que é o CUCA na periferia, muitos jovens acham que não é para ele, eles passam aqui pelo CUCA e acha que aqui é pago, ou mesmo sabendo que é gratuito, muitos pensam que como nunca tiveram oportunidade de algo, agora também não terão, nessa situação o CUCA tem o papel de empoderar esses jovens, estimulando o protagonismo juvenil, dizendo que eles têm direitos, que eles têm voz na sociedade (entrevista realizada em 05/04/2017).

Ainda são disponibilizadas ações como serviços de visita guiada para escolas, instituições e grupos com até 50 pessoas, que desejam conhecer os espaços do CUCA; atendimento de orientação à saúde e psicossocial; setor de economia criativa, responsável por direcionar os jovens quanto à orientação profissional, incluindo nesse departamento a Central de Ideias, que é voltada para atendimento e orientação aos interessados em desenvolver projetos e lançamento de editais; Coluna de Oportunidades, onde são expostas informações de emprego, estágios, oficinas, cursos, editais, prêmios e bolsas de estudo; Empregabilidade, no qual ensinam os jovens a criar seu currículo e ter noção de direito do trabalho; Empreendedorismo, com finalidade de estimular novos negócios, por meio do projeto Incubadora de Economia Criativa.

Figura 2 – Mural de informações

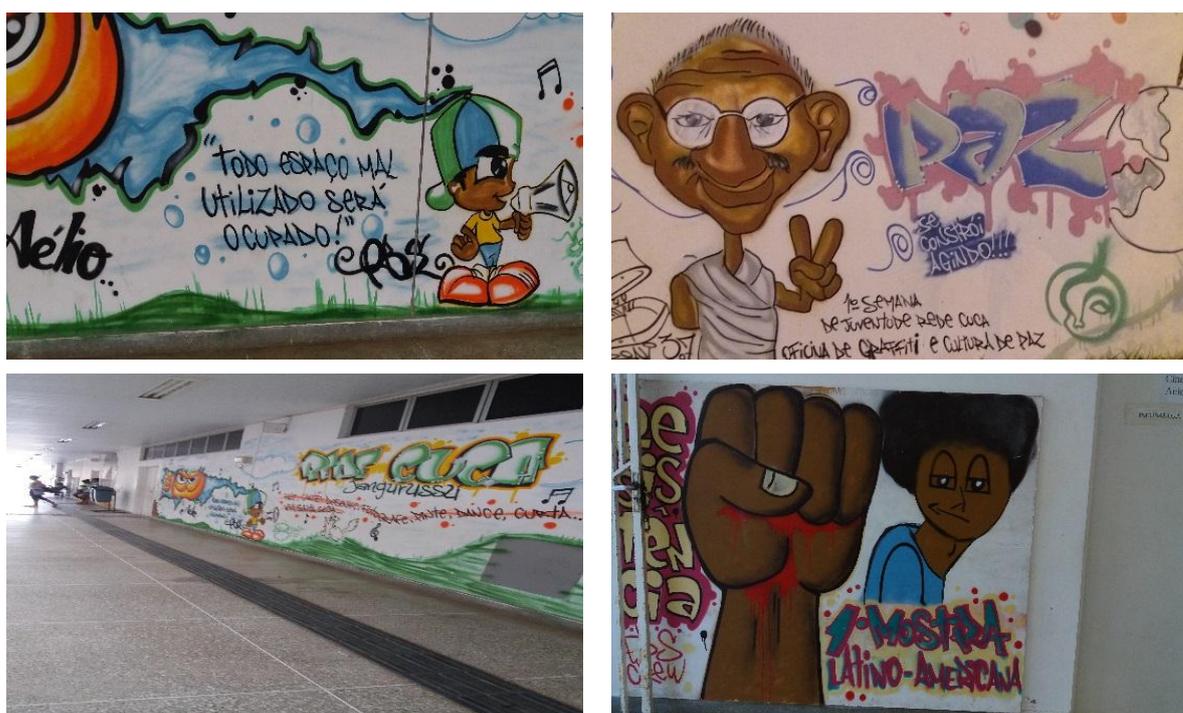


Fonte: imagem registrada pela autora (2017).

No interior do equipamento, observam-se várias expressões artísticas nas paredes, que são ornamentadas com grafites, todos pintados pelos próprios alunos do CUCA através de ações, como oficinas de criação de grafite, sendo este considerado uma forma de manifestação cultural de rua, de cunho popular e por meio dos desenhos tentam expressar uma crítica política e social ou conscientização sobre diversas temáticas, como, por exemplo, não às drogas, não à violência.

Vale ressaltar, conforme conversa com o supervisor de Protagonismo Juvenil, que o grafite por muitos anos era considerado, tanto pelo poder público quanto por alguns segmentos da sociedade, como ato de desordem, rebeldia, marginalização e vandalismo ao patrimônio público ou privado, além de ser erroneamente ligado às gangues e de ser confundido com pichação. Todavia, com o decorrer dos anos, foi ganhando um novo olhar, e hoje é visto como forma de liberdade de expressão, com apreço artístico e vem conquistando cada vez mais seu espaço. No CUCA, é uma das ações voltadas para manifestações culturais desenvolvidas pelos jovens, que utilizam os espaços para grafitar as paredes e murais com temas de paz, esporte, diversidade sexual, frases poéticas, dentre outras, como demonstram as figuras abaixo:

Figura 3– Grafites produzidos pelos jovens do CUCA Jangurussu



Fonte: imagens registradas pela autora (2017).

Outro espaço que tem papel importante como ação propulsora, no tocante à arte e cultura, é a Biblioteca, aberta à comunidade de terça a sexta, das 09h às 20h, aos sábados de 09h às 17h e aos domingos de 14h às 18h. Segundo informações do funcionário da Biblioteca, a unidade possui um acervo de aproximadamente 6 mil exemplares de diversas áreas do conhecimento, dispõe de 7 computadores com acesso à internet, aos quais é liberado o uso após a leitura pelo jovem de qualquer livro por, no mínimo, 30 minutos, como forma de estimular a leitura.

A biblioteca é um ambiente aproveitado para diversas atividades, dentre as quais a promoção de minicursos e oficinas, como produção de quadrinhos; contação de histórias; histórias pintadas; debates literários; sarau de poesia; construção de livretos; bibliocine, que ocorre aos sábados à tarde, entre outras.

De acordo com informações prestadas por funcionários da biblioteca, a média de acesso mensal ao local é de 4.000 mil pessoas, sendo o controle por meio de assinatura na lista de frequência diária.

Figura 4 – Programação da Biblioteca no mês de abril/2017

BIBLIOTECA CUCA JANGURUSSU
PROGRAMAÇÃO DO MÊS DE ABRIL

VENHA JOGAR
SAB - 08 e 29/04 - 09h

BIBLIOCINE
QUA - 12/04 - 17h

**OFICINA CRIATIVA:
PRODUÇÃO DE LIVRETOS**
QUA - 19/04 - 14h

HORA DESENHADA
QUI - 20/04 - 14h

**PROFISSÃO DESCOBRIR:
DESCOBRINDO NOVOS TALENTOS
COM PROFESSOR JOSÉ DE QUEIROZ RAMALHO NETO**
QUI - 20/04 - 13h30

**CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS
COM PAULA YEMANJÁ**
QUA - 26/04 - 15h

SARAU DA JUVENTUDE
SEX - 28/04 - 17h30

REDE CUCA
Jangurussu

Prefeitura de Fortaleza
Coordenadoria de Juventude

Fonte: imagem extraída do site da Rede CUCA Fortaleza (2007)²⁸

²⁸ Imagem extraída do site da Rede CUCA Fortaleza. Disponível em: <<https://www.facebook.com/redecuca/>> Acesso em: 18 abril 2017.

Em diálogo com um dos funcionários da biblioteca, registrado no diário de campo²⁹, foi perguntado como era a dinâmica e os comportamentos dos jovens naquele local, tendo o mesmo respondido que é um ambiente bastante frequentado, tanto pelos jovens como por crianças, sendo um local utilizado para várias atividades, muitos usam o espaço para ocupar o tempo, praticar jogos de tabuleiros, pintar, desenhar, conversar, alguns “simulam” que estão lendo livros para poder acessar a internet, outros aproveitam de fato o ambiente para estudar ou ler. Citou o exemplo de um casal de irmãos, de 12 e 13 anos, e de uma jovem de 16 anos, que frequentam quase todos os dias para ler e fazer pesquisa escolar. Tais fatos foram observados durante algumas visitas na biblioteca, verificando a maior movimentação nos períodos da tarde e da noite.

Figura 5 – Biblioteca do CUCA Jangurussu



Fonte: imagens registradas pela autora (2017).

²⁹ Conversa com o funcionário da biblioteca registrada no diário de campo em 18/04/2007.

Analisando as ações desenvolvidas na unidade do Jangurussu, nota-se que este equipamento assume papel relevante na conscientização dos jovens como sujeitos de direitos. Através da promoção, em especial, da arte e da cultura, proporcionam uma visibilidade diferenciada a esses jovens, permitindo-os vivenciarem experiências que até então não faziam parte de seus cotidianos.

A juventude do CUCA Jangurussu reconhece a importância e o trabalho realizado por este equipamento numa comunidade da periferia, ao mesmo tempo que também reconhece a limitação das atividades oferecidas, atribuindo a isso às questões como a burocracia e pouco recurso financeiro.

Em entrevista com um jovem, ex-usuário de drogas, que desenvolve atividades no equipamento, integrante do coletivo juvenil chamado “Vez e Voz da Comunidade”, formado por 06 jovens da Comunidade Mangueira, ao ser perguntado sobre o significado do CUCA em sua vida, assim respondeu:

O CUCA é um aparelho muito bom para os jovens, mas possui muitas falhas, ainda não tem totalmente a nossa cara, aqui é muito burocrático. Muitas vezes, a gente precisa de caixa de som, microfone, e outras coisas e muitas vezes não têm, então não adianta só colocar um som para a galera ouvir e ocupar o espaço. Aqui falta uma metodologia de trabalho que consiga levar de fato as informações até às Comunidades e trazer os jovens para dentro do CUCA, principalmente a juventude que mora na periferia mais distante. Eu, por exemplo, tenho que pular a catraca do ônibus para vir para cá, não tenho dinheiro para pagar as passagens, mas preciso desse espaço do CUCA, sou ex-usuário de drogas, consumia cocaína, e o CUCA foi e ainda é muito importante para o meu tratamento de dependência química, a minha vida mudou completamente, aqui eu me encontrei no mundo, e hoje utilizo muito esse espaço, se isso aqui fechar será uma tragédia para mim e para muitos jovens daqui, eu amo o CUCA, apesar de algumas falhas, no geral a estrutura é muito boa, deveria ter muitos CUCAs espalhados nas periferias, para levar cultura, arte, lazer e esporte para a juventude carente que tanto precisa. (C.R, 24 anos, entrevistado em 05/04/2017).

O CUCA, enquanto política pública para juventude, tem a proposta de contemplar a diversidade das culturas juvenis. No entanto, foi observado que a instituição apresenta dificuldade em dar conta da multiplicidade dos modos de ser dos diversos jovens da periferia que ali frequentam.

Ao questionar sobre os maiores desafios para se gerir o equipamento, os funcionários entrevistados citaram questões como pouco recurso financeiro, falta de profissionais na área da cultura, não finalização da construção do teatro, necessidade de construção de mais CUCAs, entre outras, o que, às vezes, compromete o desenvolvimento das atividades e ações na unidade. Muitos jovens,

por exemplo, desejam executar alguns projetos, porém se deparam com esses problemas, e isso, de certa forma, afasta alguns jovens que se sentem desestimulados de não terem sido contempladas suas expectativas, conforme narraram os funcionários:

[...] precisamos de mais profissionais nas áreas artístico-culturais, temos muitos jovens para atender com poucos espaços, por isso a importância da construção de mais CUCAS em outros bairros, para desafogar os CUCAS existentes. (entrevista realizada em 09/03/2017).

[...] aqui no CUCA ocorreu um problema na piscina, que comprometeu funcionamento de algumas atividades, mas já está sendo resolvido, o teatro aqui ainda não foi concluído, sendo de responsabilidade da Regional VI, a promessa é de terminarem a obra ainda esse ano, mas sem previsão exata. A gente aqui tenta garantir as demandas dos jovens, mas, às vezes, nos deparamos com a falta ou o pouco recurso financeiro ou de profissionais na área, tentamos administrar essa situação, às vezes não conseguimos, tem jovem que passa um bom tempo sem frequentar o CUCA, por que já fez todos os cursos do seu interesse, depois volta a frequentar ou se afasta mesmo por se sentir desmotivado (entrevista realizada em 18/02/2017).

Assim, pode-se dizer, que as ações desenvolvidas no CUCA somente terão efeitos se gerarem sentidos na vida dos jovens envolvidos, principalmente para aqueles que estão inseridos em locais de vulnerabilidades, que se sentem excluídos de acessos aos equipamentos públicos. Segundo explica Diógenes:

O desafio pode ser assim traduzido: ressignificar valores e atitudes dos adolescentes que se sentem excluídos e são realmente excluídos do acesso a equipamentos e serviços urbanos mais diversos, nos seus lugares de vida, nas suas práticas de espaço e, concomitantemente, interligá-los a toda rede de direitos que os constituam como sujeitos atuantes para além dos seus âmbitos costumeiros de atuação e vivência. Nossa empreitada é a de criarmos políticas para a juventude que, no geral, quando são distantes de suas aspirações, se apropriam ao seu próprio modo sem que se observe um envolvimento e uma mudança efetiva na condição de vida dos que usufruem dessas políticas. (DIÓGENES, 2009, p. 283)

Nesse aspecto, é importante considerar nesses jovens suas singularidades e diferenças, especialmente quando se pensa em políticas públicas para juventude, o que remete ao reconhecimento da diversidade.

Cumpramos ressaltar que os jovens que frequentam o CUCA reconhecem a grandiosidade e a importância desse equipamento em suas vidas. No entanto, há muitos espaços, projetos e atividades relevantes no campo da arte e da cultura que não contemplam a todos.

Para a efetivação de uma política pública de juventude, no aspecto do

que é o CUCA, é preciso trabalhar com a pluralidade que rege as culturas juvenis, em especial, a dos jovens da periferia, os quais, em sua maioria, tiveram seus direitos violados, tendo o mínimo de acesso à arte, cultura, lazer, com poucas perspectivas de futuro, inseridos em ambientes de vulnerabilidade de risco, onde problemas com droga, criminalidade, violência são rotineiros, acabam considerando o equipamento como sua segunda casa, ou até mesmo um local de refúgio, como muitos dos jovens entrevistados afirmaram:

[...] moro no João Paulo II, lá tenho muitos amigos usuários de drogas, alguns já morreram por causa de dívidas de drogas, então, agradeço todos os dias pela existência do CUCA Jangurussu, passei a frequentar desde quando foi inaugurado, estou sempre aqui, quando não estou ensaiando com meu grupo, estou conversando com a galera, trocando ideia, venho para cá até no domingo, é melhor estar aqui do que em casa sem muita coisa para fazer [...] (T.V. S, 22 anos, entrevistada em 11/03/2017).

[...] estou aqui quase todos os dias, venho depois da aula, considero como minha segunda casa, é meu meio de refúgio, melhor estar aqui do que em casa fazendo besteira [...] (V. L, 15 anos, entrevistado em 18/04/2017).

[...] o CUCA para mim foi a maior mudança que aconteceu na minha vida, na minha pré-adolescência eu era muito envolvido com drogas, minha mãe descobriu, ficava de castigo, apanhava, e quando o CUCA foi inaugurado, era o único local que minha mãe deixava eu frequentar, então no início eu só fazia esporte, depois fiz curso de desenho, em seguida entrei no grupo de teatro, aí foi a maior felicidade da minha vida. Hoje reduzi bastante o consumo de drogas, só fumo maconha, e o que me ajudou também foi que na Diretoria de Promoção de Direitos Humanos tem um trabalho de redução de danos. (I.O, entrevistado em 25/04/2017).

Assim, não se pode desconsiderar o trabalho desempenhado pelo CUCA nas vidas dos jovens da periferia, que veem naquele espaço, além da questão do lazer e do ambiente de convivência, uma oportunidade de mudar de vida, um local que para muitos é tudo, uma junção de diversos sentimentos, como acolhimento, bem-estar, esperança, motivação e, principalmente, acreditar que é possível seguir um caminho diferente da realidade em que está inserido.

Sobre o significado do CUCA Jangurussu em sua vida, os jovens entrevistados deram respostas bem uniformes, como “oportunidade”; “é tudo, não sei o que seria da minha vida sem o CUCA”; “é a minha segunda casa”.

A partir dos relatos dos jovens, percebe-se a relevância de se manter uma política pública como a do CUCA, para isso há que se respeitar a diversidade cultural, social e sexual de modo a incluir todas as juventudes, conforme bem ressalta Diógenes:

[...] as práticas culturais, artísticas e o campo do consumo não apenas devem ser considerados lugares relativos ao 'fazer política' como também pautados como esferas de produção dos elementos essenciais relativos à formação de uma agenda de realinhamento das políticas públicas de juventude. Desse modo, uma política para juventude deve levar em conta aspectos que recortam o conjunto de suas experiências, suas formas de sociabilidade e as marcas e os códigos de linguagem que balizam suas linhas de comunicação e produzem um reconhecimento entre seus pares. (DIOGENES, 2009, p. 278).

Mesmo com todas as dificuldades e barreiras, o CUCA vem se constituindo como um local pensado e construído para jovens, sustentando-se ao longo dos anos, possibilitando à juventude do Jangurussu e demais bairros usufruir da condição juvenil, oportunizando acessos que até então não possuíam. Representa um espaço importante na formação da cidadania desses jovens, além de permiti-los vivenciarem novas descobertas, conhecerem outras pessoas e experimentarem coisas novas.

Além disso, para os jovens, o CUCA é um local que possibilita a convivência e o respeito à diversidade sexual, os estilos, as opiniões, a forma de enxergar o mundo, considerado, por muitos, como uma alternativa para construir uma história de vida diferente através da arte, dança, música e dos esportes. Entretanto, esse respeito foi um processo de construção ao longo do tempo, conforme declarou um jovem:

[...] importante saber que o respeito e a relação que as tribos têm uns com os outros aqui no CUCA, foi fruto de uma longa construção, pois no início do funcionamento desse CUCA, teve caso de um grupo de LGBT que quando estava entrando aqui foi recebido a pedradas, alguns jovens rebolaram pedras, isso aconteceu bem no início, mas hoje isso não ocorre mais, os grupos já se conhecem, e por mais que tenha algum que não se dá com outro, há respeito, ninguém mais mexe com o outro, aqui no CUCA é bastante trabalhado a questão do preconceito, isso melhorou muito, principalmente após a criação do coletivo LGBT, que através de rodas de conversa discutem suas demandas e trabalham ações de combate à homofobia (I.O, entrevistado em 25/04/2017)

4.3 AS PRÁTICAS SOCIAIS DOS JOVENS NO ESPAÇO CUCA

O CUCA é um local onde ocorrem diferentes práticas sociais em seu espaço, tendo justamente como uma de suas propostas proporcionar aos jovens diversas experiências e vivências.

Durante as visitas no CUCA Jangurussu, constatou-se que os jovens materializam as suas práticas sociais não apenas por meio das atividades que são ofertadas, mas, sobretudo, pela utilização e vivência dos diversos espaços ali existentes. As instalações contribuem para suprir algumas carências de outros espaços de sociabilidade dos bairros próximos, como poucas áreas de lazer disponíveis, tais como praças, campos de futebol, pista de *skate*, etc.

O equipamento fica aberto de terça a sábado, de 08h até às 22h, e no domingo, das 14 às 18 horas. Todavia, constatou-se que no período da noite ocorre o maior fluxo de jovens. Os locais destinados às rampas de *skates*, as escadas, o anfiteatro, os bancos e outros são espaço de convivência e de sociabilidade entre os jovens que os utilizam como ponto de encontro, uma espécie de “pracinha”.

Figura 6 – Espaços de convivência do CUCA Jangurussu



Fonte: imagens registradas pela autora (2017).

Sobre o processo de socialização dos jovens no espaço CUCA Jangurussu, convém lembrar que este estudo é, sobretudo, voltado para as experiências vivenciadas pelos jovens do programa Comunidade em Pauta. Assim, para esse grupo, estar no CUCA, participar de suas atividades, ocupar seu espaço, configura-se como experiência social.

Apresentam-se, nesse cenário, três particularidades evidenciadas através das entrevistas e conversas informais, que configuram as relações entre os jovens e o CUCA, que são: muitos jovens se identificam com os educadores sociais e com a proposta da instituição; visibilidade das atividades praticadas pelos jovens e a dimensão educativa das ações desenvolvidas. Tais peculiaridades nada mais são que as experiências vividas pelos jovens no local, que representam formas de sociabilidade.

A questão da identificação dos jovens com o CUCA e com os educadores sociais é fruto das interações estabelecidas através dos processos de similitudes das trajetórias de vidas. Conforme constatado, os educadores são pessoas jovens e, a maioria, moradores da periferia, e, portanto, acabam vivenciando os mesmos problemas que se apresentam no local em que moram, compartilham elementos das culturas juvenis, como os gostos, estilos e identificações semelhantes, escutam as mesmas músicas, entre outros aspectos.

Portanto, ao participarem das atividades no CUCA, os jovens do Comunidade em Pauta têm contato direto com os educadores sociais, o que acaba representando, para alguns, uma possibilidade para as suas próprias trajetórias, constituindo uma alternativa de ser e viver, como ocorreu com alguns jovens que atualmente são educadores sociais e relataram que começaram a frequentar o CUCA, participaram de diversos cursos e quando abriu seleção para vagas de educadores inscreveram-se no processo seletivo, conseguiram aprovação, e atualmente estão trabalhando no equipamento.

Desse modo, nota-se que muitos jovens se espelham em seus educadores sociais, possibilitando, com isso, que os discursos da instituição sejam assimilados com mais facilidade e, principalmente, defendidos, assim como compreendendo a dinâmica social do CUCA como oportunidade de continuidade de projetos, inclusive na vida profissional.

Observou-se que os jovens projetam modelos a seguir a partir das experiências vividas no equipamento, seja por meio da continuidade das ações desenvolvidas, seja em outros campos ou até mesmo como um futuro funcionário do CUCA. As relações que se estabelecem no local e os significados que assumem constituem referência para a vida dos jovens que lá frequentam. Conforme os relatos a seguir:

[...] gostaria muito de poder trabalhar aqui no CUCA como educador social, teve uma vez que fiz a seleção, mas não passei, estou esperando outra oportunidade para tentar novamente (C.R, entrevistado em 05/04/2017).

[...] ficava atenta para a seleção de educadora social, quando surgiu a vaga na Diretoria de Promoção dos Direitos Humanos, fiz a inscrição e passei na seleção, o que me ajudou muito na entrevista foi minha experiência com projetos sociais na comunidade, e participação no grupo de dança do Comunidade em Pauta. Hoje está completando uma semana que comecei a trabalhar aqui no CUCA Jangurussu como educadora social (T.V.S, entrevistada em 11/03/2017).

Quanto à visibilidade das atividades praticadas pelos jovens, foi observado que o CUCA contribui com as promoções de eventos culturais no equipamento, tais como peças de teatro, apresentações de dança, shows musicais, produções audiovisuais, as quais são divulgadas junto aos outros jovens e à comunidade em geral. Em alguns casos, ganha uma projeção maior, com a difusão nas redes sociais. Um exemplo dessa visibilidade promovida no equipamento foi a primeira Mostra Cultural, que aconteceu em janeiro de 2017, ocasião em que 17 grupos de dança se apresentaram no anfiteatro, inclusive recebendo um pequeno cachê, conforme afirmado pelo supervisor do Protagonismo Juvenil e, posteriormente, ratificado pelos jovens. A partir desse evento, alguns passaram a fazer apresentações em escolas, no Dragão do Mar e em outros locais.

Outra possibilidade que promove a visibilidade é a difusão dos vídeos criados para o site do *YouTube*, que serve para divulgação dos grupos de dança, pois, entre os jovens, verificou-se que é bastante comum o acesso a este canal virtual. Sobre a visibilidade, assim relataram:

[...] passei a ter mais acesso à cultura com o CUCA, pois a arte é uma coisa cara, é um artigo de luxo, você assistir uma peça de teatro, um espetáculo de balé, um show, são coisas caras, e na periferia, uma mãe que trabalha o dia todo para ganhar uma diária de 100 reais e dividir para casa, aluguel, luz, gás, alimentação, não tem como direcionar o dinheiro para o filho ter acesso à arte. Aqui no CUCA a gente faz apresentações, meu grupo já dançou no Dragão do Mar, no aeroporto, abriu um leque de oportunidades, porque quem não tem um empresário, o CUCA ajuda muito, é uma "mão na roda" (T.V. S, entrevistada em 11/03/2017).

[...] aqui no CUCA aprendi a criar vídeos e colocar no *Facebook* e no *YouTube* para divulgar meu grupo de dança. A gente já se apresentou em algumas escolas aqui próximas, não recebemos nada, mas o importante é divulgar para as pessoas conhecerem nosso trabalho, a gente quer se profissionalizar e começar a ganhar dinheiro (L.R, conversa registrada no diário de campo em 14/02/2017).

Referente à dimensão educativa, observou-se que as ações desenvolvidas no equipamento procuram formas de (re)interpretação do espaço onde os jovens vivem. Por meio de campanhas e de rodas de conversa, discutem acerca da cidadania, da participação social, do protagonismo juvenil, da solidariedade, da diversidade e ainda estimulam a participação e a criatividade dos jovens. Estas práticas contribuem de alguma forma no processo de construção de saberes singulares.

Ao formarem grupos de pares, para práticas de determinadas atividades, sejam elas de lazer, esporte, dança, música, teatro e outras, os jovens acabam compondo formas de sociabilidade que configuram laços de amizade, de comunicação, de autonomia, de trocas de experiências, de ajuda mútua, que favorecem a construção de suas identidades, tanto individuais como coletivas. Podem-se citar os coletivos LGBT e o Floriféria, este formado somente por mulheres, ambos se reúnem no CUCA para discutir diversas pautas envolvendo a juventude, a comunidade e também interesses particulares do grupo.

Sobre as atividades livres dos jovens no espaço CUCA, ou melhor, o que os jovens gostam de fazer no equipamento quando não estão ensaiando com seu grupo, as respostas mais frequentes foram aquelas que não envolvem gastos financeiros e que proporcionam vínculo e interação maior com os outros jovens e com os educadores sociais, como, por exemplo, as rodas de conversa que se fazem com os amigos, assistir aos ensaios abertos dos grupos de dança, apresentações de shows e peças de teatro, além das paqueras ou namoros. Segundo afirmaram os jovens:

[...] adoro vir para o CUCA para conversar com os Educadores Sociais, para as reuniões dos coletivos, ficar em roda de conversa, ver os ensaios em espaço aberto, ver algumas peças de teatro que rola no pátio, alguns shows que rola no anfiteatro. (M.J, entrevistada em 11/04/2017)

[...] muitas vezes venho à noite para o CUCA, porque não tenho internet em casa, e aí venho para usar a *wi-fi* daqui e encontrar os amigos, bater papo, conhecer mais pessoas, gastar tempo. (I.O, entrevistado em 25/04/2017)

Além do espaço físico do equipamento, as redes sociais também se mostram importantes na sociabilidade dos jovens, pois, segundo relataram, o espaço virtual é utilizado não apenas para se relacionar e fazer contatos, mas especialmente para externar os pensamentos e opiniões sobre os diversos assuntos, saindo do

anonimato, ganhado destaque e visibilidade perante seus pares.

Os jovens afirmaram que, quando saem do CUCA e chegam em casa, a conversa continua nos grupos de *Whatsapp* e no *Facebook*, comentam tudo que ocorreu no equipamento, criticam alguma situação que não concordam, divulgam seu grupo perante os outros etc.

Os jovens entrevistados demonstraram interesses quando foram discutidas questões relacionadas a grupos juvenis, às artes, culturas, danças e lazer, o que permitiram os estudos dos interesses e envolvimento da juventude do CUCA com esses assuntos. Segundo esclarece Sposito (1996, p. 100-101):

Não ocorre, por acaso, o fato de que o mundo da produção cultural e das artes, em especial, a música, a poesia, o teatro e a dança, ocupam grande parte do universo de interesse juvenil. Os espaços hoje capazes de propiciar essas formas de agrupamento são raros e, neste campo, há um enorme vazio por parte do Estado em oferecer políticas públicas, especialmente destinadas aos setores jovens. Na maioria das vezes, as relações sociais mais significativas são gestadas fora da escola e da família, as tradicionais instituições socializadoras. O mundo do trabalho, quando é precocemente introduzido no universo do jovem pobre, nem sempre estrutura sua identidade de forma nítida. Ao que tudo indica, a sociabilidade tecida pela mediação dos vínculos com o mundo do trabalho tende a exercer menor força na conformação da identidade do jovem. Ao que parece o trabalho tornar-se mais fonte de renda, ou seja, um mero emprego, do que o exercício de um ofício que ofereça realizações pessoais.

Isso pode ser evidenciado quando observados os jovens nas atividades da dança e da arte, pois, para eles, tem o sentido de lúdico, de externar o que sente, de liberdade de expressão, de poder trabalhar o corpo e a mente e, em muitos casos, sair da sua rotina:

Quase todos os dias estou aqui no CUCA, adoro estar aqui conversando com os amigos e ensaiando com meu grupo, escolhendo a música e os passos da coreografia. Através da dança você trabalha seu corpo e sua mente, faz bem para saúde, sai do sedentarismo, dá uma sensação de bem-estar. Quando estou dançando parece que meu corpo fala, quero alcançar a perfeição dos passos, fazer bonito mesmo para mostrar aos outros minha dança. Prefiro mil vezes estar aqui no CUCA fazendo alguma atividade do que em casa sem fazer nada, porque mente parada 'oficina do diabo', moro em periferia, onde há muitas drogas, tenho muitos amigos que usam e não quero essa vida para mim. Vivo dizendo para galera, vamos para o CUCA, lá tem muitas atividades, se você não gosta da dança, tem cinema, esporte, música ou então ficar só nas rodas de conversas com a galera, que é muito massa, trocar ideia com a galera, pelo menos sai um pouco daquele ambiente de drogas, aqui a gente esquece dos problemas e do mundo lá fora. (T.V. S, entrevistada em 11/03/2017).

Observa-se, ainda, que o companheirismo e a convivência estabelecida entre os grupos de amigos, além de desenvolverem suas atividades culturais, acabam criando laços de afeto, vínculos de confiança e também de pertencimento ao lugar, segundo dizem os próprios jovens “eu pertencço ao CUCA, como o CUCA me pertence, o CUCA só existe porque os jovens estão aqui”. Conforme afirmaram os jovens, depois de passarem parte do dia juntos no equipamento, a comunicação continua através das redes sociais, onde comentam sobre o que aconteceu naquele dia e já combinam os próximos encontros e eventos.

Verificou-se, ainda, que, para os jovens, os processos de sociabilidade ocorrem tanto nos espaços institucionais tradicionais, como família, escola, trabalho, quanto nos informais, por exemplo, rua, grupos de amigos, grupos culturais, nos momentos de lazer, ou seja, em tempos e espaços próprios das culturas juvenis.

Apesar de inseridos na cultura da sociedade da qual esses sujeitos fazem parte, não se pode esquecer que as culturas juvenis têm suas especificidades. Vê-se por um lado que os jovens se apropriam da cultura vigente, mas, de outro, também criam e recriam modos de ser e de estar no mundo.

O que se apresenta no momento são jovens inseridos no universo cultural plural e diversificado, que, por sua vez, necessita de novas formas de compreender as experiências de socialização, visto que há intensidade de produção e circulação de bens culturais, informações e acesso a diversas formas simbólicas com diferentes linguagens (DAYRELL, *online*, p.8-9).³⁰

Nesse contexto, por exemplo, os atuais integrantes do grupo Cia. de Dança Artes Brasil, formado por 15 jovens, alguns se conhecem desde criança, outros eram amigos que participavam de um outro grupo de dança que ensaiavam na quadra ABC do Jangurussu; hoje, socializam-se através de um espaço plural de múltiplas referências identitárias, no caso o CUCA Jangurussu, que possibilita influências de seus modos de ser, de pensar e de agir.

Os grupos de jovens representam elos que os fortalecem, na medida em que suas inseguranças, problemas, alegrias, conquistas são compartilhados uns com os outros e, assim, acabam possibilitando a eles próprios se ajudarem e se motivarem a continuar na caminhada, como afirma Pais (2011, p. 248):

³⁰ DAYRELL, Juarez. Juventude, grupos culturais e sociabilidade. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/grupos+juventude%20(2).pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017.

O grupo, pelo contrário, afirma-se por comportamentos que buscam expressar e legitimar identidades, numa luta pela significação. Com efeito, as identidades grupais entrecruzam-se com identidades pessoais em processos de identificação que refletem a intersecção de um “eu” com um “nós”, em contraposição com outros, olhados como “eles”. Não haveria sociedade se não existissem afiliações sociais entre as pessoas, quer na forma de grupos, associações, organizações ou agregados sociais.

Assim, imersos em diferentes formas de sociabilidades, os jovens que transitam pelo CUCA constroem e compartilham diversos cenários e experiências, que os possibilitam difundir-las entre seus grupos.

Com todos os limites existentes ao local social em que vivem, não se pode esquecer que se tratam de jovens que se apropriaram do equipamento e, muitos deles, com desejos de melhorias de vida. Na trajetória percorrida por essa juventude, nota-se que a dimensão simbólica tem sido cada vez mais utilizada como forma de comunicação e de expressão para se posicionar diante de si mesma, dos seus pares e da sociedade.

A música, a dança, o corpo, o visual, entre outras formas têm sido utilizados como mediadores que agregam jovens para trocar ideias, dançar, ouvir um som ou apenas estar juntos sem compromissos. Entretanto, foi observado que no CUCA Jangurussu há também aqueles que se colocam como produtores culturais, que se juntam para produzir música, dança, vídeo, peça teatral, constatando-se a existência de diversidade de estilos.

Assim, pode-se dizer que o mundo da cultura aparece como espaço privilegiado no CUCA voltado para práticas e representações, no qual os jovens buscam demarcar sua identidade juvenil. Através das atividades culturais desenvolvidas é que se estabelecem as relações de sociabilidade, os jovens entrevistados evidenciam esta sinalização, alguns afirmaram que a integração a um grupo cultural lhes ajudou muito na convivência com o outro, a ser mais tolerante, a respeitar as diferenças, ouvir e entender o outro, interagir com grupos diversos, construir amizades, segundo relataram os jovens:

[...] aqui tem muitos jovens, de todos os estilos e de todas as tribos, a sociabilidade aqui no CUCA me ajudou muito a ter mais paciência, ser mais tolerante, a saber ouvir mais, porque você tem que saber ouvir, para entender o outro. (T.V. S entrevistada em 11/03/2017).

[...] o Comunidade em Pauta me ajudou muito, pois a partir das reuniões mensais, pude conhecer os outros grupos, fazer amizades, até que conheci a galera do meu grupo e há quatro meses a gente se juntou para ensaiar

performances de *drag queen* e através do Comunidade em Pauta vamos fazer nossa primeira apresentação esse mês (D.S, entrevistado em 18/04/2017).

A partir das entrevistas, verificou-se que alguns jovens iniciaram em grupos culturais mais cedo, como é o caso de uma jovem, que iniciou na dança com 7 anos através do projeto Crescer com Arte, e de um jovem, que ensaiava *break* na quadra do ABC do Jangurussu antes da existência do CUCA. Nas conversas, relataram:

[...] o mundo da cultura e da arte está na minha vida desde os 7 anos, quando iniciei no projeto Crescer com Arte, que trabalhava com dança, teatro, música e esporte, com crianças e adolescentes da periferia que não tinham onde ficar depois do turno da escola, para participar era obrigatório está na escola, e no outro turno fazia alguma atividade, foi quando comecei a dançar balé, por meio do projeto eu tinha formação, rodas de conversas, trabalho com psicólogo, alimentação, era mais direcionado, você tinha um ciclo de educadores de acordo com seu dom. (T. V. S., entrevistada em 11/03/2017).

[...] iniciei com um grupo de *break* antes de inaugurar o CUCA Jangurussu, na época eu tinha 15 anos, o grupo era formado por 6 pessoas, todos amigos de bairros, no início era só por diversão mesmo, todos gostavam de dançar, ensaiávamos na quadra ABC do Jangurussu, agora a gente ensaia aqui no CUCA, desde quando inaugurou, estamos aqui, mas agora a coisa é mais profissional [...] (L.A, 25 anos, registro no diário de campo em 25/03/2017).

Nota-se que o espaço da comunidade em que os jovens estão inseridos acaba influenciando e limitando os encontros dos amigos e a formação das redes pessoais, de acordo com as possibilidades existentes no local, assim como as opções de lazer e entretenimento. Evidencia-se que, para esses jovens, o CUCA representa, além de um espaço funcional de socialização, um local de interações afetivas e simbólicas, carregado de sentidos, principalmente quando utilizam o espaço para suas manifestações culturais.

Através das declarações dos jovens, percebe-se a importância do funcionamento de um equipamento como o CUCA num bairro de periferia, pois afirmaram que vivem em ambiente onde há muita violência, criminalidade, acesso fácil às drogas, que dependendo da escolha poderá ser fatal.

Nesse contexto, os jovens reconhecem o valor das atividades culturais em suas vidas, como um dos meios de se afastarem das mazelas que os cercam, de conhecer outras pessoas, de ter oportunidade de vivenciar outras experiências, de

preencher o tempo livre e de agregar algo positivo em sua vida.

Outro aspecto observado quanto às práticas sociais diz respeito aos horários de ocupação dos jovens no equipamento, que ocorrem preferencialmente no final da tarde e início da noite. Nesse período, a juventude se apropria de todos os espaços ao mesmo tempo, onde é perceptível constatar as formas diferenciadas dos grupos, que se agregam por afinidades, estilos, gostos musicais, como confirmado pelos relatos de um jovem:

[...] no final da tarde, por volta das 18 horas é que a galera começa a chegar no CUCA, não demora muito fica lotado, no período da noite é que tem mais gente, várias atividades acontecem ao mesmo tempo, aqui tem gente de todo jeito, de todas as tribos, opiniões, pessoas completamente diferente de você; você ver uma galera ouvindo um som; outro grupo, ensaiando dança; lá fora fica a galerinha do *skate*; outra galera tocando violão; tem jovem que arrasa dançando hip hop e break e também tem outros que estão aqui só para gastar tempo mesmo, ficam conversando em diversas rodas, alguns jovens nem entram no CUCA, ficam lá fora sentados na arquibancada do anfiteatro conversando. Com o tempo e convivência aqui no CUCA, a galera passou a ter mais respeito com o outro, aqui a galera se conhece, ninguém mexe com o outro, quando tem alguma confusão pode ir atrás, que é jovem que não frequenta o CUCA. (J.K, 17 anos, entrevista realizada em 18/04/2017).

No CUCA Jangurussu, como dito anteriormente, ocorrem várias atrações voltadas para a área artística, como apresentações de danças, peças teatrais, exposições de fotografias, desenhos, pinturas, grafites, exibição de filmes e outras. A maioria dessas atividades é decidida através da participação e da demanda dos jovens que frequentam o equipamento. É por meio dessas ações que se materializam as expressões artísticas dos jovens, como afirmaram:

[...] a gente participa com sugestões de cursos e eventos, por exemplo, no setor de matrícula tem uma caixa de sugestões, que qualquer jovem pode colocar sua sugestão, também nas reuniões do Comunidade em Pauta discutimos algumas atividades voltadas para artes, tem ainda o Fórum de Jovens, que são reuniões com representantes de jovens e gestores da Rede CUCA, onde se discute as demandas e reivindicações de melhorias para os jovens do CUCA, muitas coisas são atendidas e outras não, mas são espaços onde nós somos ouvidos. (D. R, entrevistado em 25/04/2017)

Ao realizarem atividades artístico-culturais no local, os jovens acabam incorporando elementos, atributos sociais e culturais em suas vidas, tornando-os relevantes na construção como sujeitos de direitos. Ademais, à medida que vão se envolvendo com o grupo e começam a participar de eventos, ocorre uma ampliação

da rede de relações pessoais.

A adesão a um grupo parece possibilitar uma ampliação do domínio do espaço, especialmente naqueles grupos em que há um projeto de profissionalização, as relações de compromisso com o coletivo tendem a subsumir as divergências individuais, para garantir a continuidade.

Conversando com uma das integrantes do coletivo Da'Sul, de *hip-hop*, a qual tem 20 anos, indagada se preferia fazer outro programa em vez de estar no CUCA no sábado às 20:00h ensaiando, a jovem foi categórica em afirmar que tem responsabilidade e compromisso com seu grupo, que não pode falhar com os demais, que é importante estarem juntos para ensaiar, escolher a música, repetir várias vezes a coreografia, para que tudo saia perfeito na apresentação, e isso só é possível se os integrantes forem unidos e estiverem bem um com o outro, de tal modo que os resultados serão positivos para todos.

4.4 COMUNIDADE EM PAUTA: A DANÇA COMO FORMA DE EXPRESSÃO CULTURAL E INCLUSÃO SOCIAL

O CUCA, através do programa Comunidade em Pauta, cede os espaços físicos, de forma gratuita, para jovens desenvolverem suas habilidades artístico-culturais, dentre elas, destaca-se a dança.

Para ter acesso aos espaços é necessário preencher alguns critérios, tais como idade entre 15 a 29 anos, fazer o cadastro na Diretoria de Promoção dos Direitos Humanos, participar das reuniões do Comunidade em Pauta, que ocorrem na última quarta-feira de cada mês, quando pelo menos um representante do coletivo juvenil deverá estar presente para assegurar os horários de utilização das salas multiuso e da sala de artes cênicas, além de atender os regulamentos estabelecidos no programa.

De acordo com as informações prestadas pelo supervisor de Protagonismo Juvenil, atualmente não há um controle anual dos atendimentos dos jovens do Comunidade em Pauta, porém, são atendidos em média 40 grupos por mês, de diversas modalidades de dança, que acessam os ambientes conforme os horários pré-agendados. Todavia, ressaltou que a demanda dos jovens para utilizar as salas é bem elevada e, quando não conseguem referidos espaços, podem

livremente usar os locais abertos do equipamento para ensaiar.

O CUCA, por meio do referido programa, propõe-se a fornecer subsídios teóricos e práticos para potencializar as ações culturais, que a maioria dos jovens já desenvolvia e, ao mesmo tempo, estimulá-los a assumir o papel de agentes culturais, assim como, contribui para criar e/ou ampliar os espaços de encontro e de formação na comunidade onde atuam. Isso se evidencia pelos relatos colhidos, dentre esses a de uma jovem que utiliza os espaços do CUCA Jangurussu desde sua inauguração:

[...] eu já dançava com minhas amigas muito antes da existência desse CUCA, a gente ensaiava na minha casa, na época o grupo era só de quatro meninas, com a inauguração do CUCA Jangurussu, a gente passou a ensaiar aqui toda semana, temos mais privacidade, as salas são ótimas, principalmente a sala de artes cênicas que tem espelhos, mais amigas aderiram ao grupo, atualmente somos nove, a gente já se apresentou em algumas escolas do bairro e aniversários de amigos, dançando as coreografias da Beyonce, e também aqui no CUCA a gente aprendeu a fazer vídeos e colocar no *YouTube*, temos alguns vídeos postados, com muitas visualizações (L.R, conversa registrada no diário de campo em 14/02/2017).

Segundo Dayrell (*online*, p.13)³¹ “a cultura juvenil tende a transformar os espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significados”. Como lembra Pais (1993, p. 96), citado por Dayrell (*online*, p. 13), “as culturas juvenis, para além de serem socialmente construídas, têm também uma configuração espacial”.

Extraí-se, a partir das entrevistas, que o CUCA Jangurussu emerge como um importante espaço de aprendizado e de oportunidade. Por estar inserido no cotidiano da periferia, propondo atividades diversificadas no campo da cultura, sendo lugar de referência para estes sujeitos, conforme se vê nos trechos a seguir:

[...] com o CUCA eu consegui ter uma projeção artística, porque desde sempre quis me envolver com artes, fazer teatro, desde de criança mesmo, e não sabia como começar, onde procurar, então através do CUCA, consegui me mostrar que era possível ter acesso a arte e a diversas culturas, foi a partir do CUCA que eu entrei no grupo de teatro, sou integrante do grupo Cia. Breu de Vagalumes, a gente já fez diversas apresentações, tanto aqui como nos outros CUCAS, e também integro o grupo de dança de performance de *drag queen* (M.S entrevistado em 25/04/2017).

³¹ DAYRELL, Juarez. Juventude, grupos culturais e sociabilidade. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/grupos+juventude%20(2).pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017.

Sobre a importância do CUCA no desenvolvimento de atividades culturais na vida de jovens da periferia, a jovem T.V. S, de 22 anos, assim respondeu:

A cultura e arte são muito importantes, tanto quanto a segurança, a saúde, o lazer e a educação. A arte tem o poder da coisa lúdica, tem o poder de distrair uma pessoa, de está usufruindo da sua imaginação através de um desenho, de uma música, de uma dança, você vai está dando possibilidade, um leque enorme de imaginação, e quando ela (pessoa da periferia) provar daquilo e ter a noção que ela tem acesso, como as atividades aqui no CUCA, que também pode ser uma artista, ou uma médica, reconhecendo que tem direito e que pode sim ser o que quiser, não é porque nasceu na periferia, que não vai poder ter acesso à diversas culturas, à internet, à informação ou a um livro, do mesmo jeito daquele jovem que nasceu no bairro Benfica, ou no Aldeota, o jovem da periferia vai ter o mesmo acesso, basta ele querer, porque não adianta fazer todo um trabalho social se aquela pessoa não quer (T.V. S, entrevistada em 11/03/2017).

Evidencia-se que a presença de um instrumento como o CUCA modifica, de certa forma, positivamente a vida de muitos jovens. Com acessos gratuitos e diversidade de atividades, reunindo em seu espaço jovens de vários estilos, gostos, afinidades, sonhos e histórias, como constatado nas narrativas a seguir:

[...] quando entrei no curso de teatro aqui no CUCA, mudou tudo em minha vida, pois o CUCA mostrou outras vertentes artísticas que eu não conhecia, já fiz passeios nos outros CUCAs para assistir peças teatrais, o CUCA já me proporcionou passeios no Dragão do Mar e no BNB para assistir apresentações artísticas, de teatro, dança, música, e para mim isso foi muito bom, pude ter acesso a essas coisas, que antes eu não tinha, principalmente por não ter condições financeiras, então, o CUCA proporciona para mim, tanto a parte de lazer, como também ajuda na construção do meu lado artístico. (D. R, entrevistado em 25/04/2017)

[...] passei a frequentar o CUCA através de um amigo que dança num grupo de *Break*, comecei a aprender alguns passos, fiz aqui no CUCA alguns cursos de dança de rua, com o professor Charada, o cara é muito bom, aprendi algumas técnicas, comecei a treinar com uns amigos e formamos um grupo, a galera aqui arrebenta, são feras, tem que ter muito treino e determinação, meu tempo livre é para treinar os passos, gosto de humilhar a galera (risos) (C.A, entrevistado em 18/04/2017).

Para os jovens entrevistados, a dança é considerada como um agente transformador, que potencializa a descoberta do mundo e de si mesmo, com cargas de desejos e desafios. A dança trabalha diversas partes do corpo, externa sentimentos de satisfação e alegria, atribui significados à vida, já que instiga a imaginação e a criatividade. Além disso, verificou-se que os jovens do Comunidade em Pauta visualizam na dança uma projeção profissional.

Durante as visitas no CUCA Jangurussu, em diversas oportunidades,

foram presenciados ensaios e apresentações dos grupos de dança, de várias modalidades, *hip hop, swing, axé, break, pop*, forró, entre outras, com destaque para os eventos promovidos no equipamento, como o da primeira Mostra Cultural, já mencionado, que ocorreu em janeiro/2017, quando 17 grupos do Comunidade em Pauta se apresentaram no Anfiteatro, e da Apresentação Cultural de Dança, em abril/2017, ocasião em que se apresentaram 10 grupos. Em ambos, constatou-se o empenho, dedicação, senso de responsabilidade e profissionalismo dos jovens, um verdadeiro espetáculo, desde a sincronia dos movimentos até a liberdade dos passos, cada grupo com seu estilo, demonstrando que os jovens estão usando o espaço não apenas para diversão, brincadeira ou passatempo, e sim, levam a sério o trabalho desenvolvido pelo seu grupo de dança.

Acerca das atividades que os jovens gostariam de fazer, mas que ainda não foram oferecidas pelo CUCA e as sugestões de melhorias do equipamento, obteve-se respostas bem similares, tais como aquisição de mais caixas de som, construção de outras salas de multiuso, contratação de bons profissionais na área cultural, cursos de dança com longa duração, conforme os relatos a seguir:

[...] o CUCA abriu um leque de oportunidade para mim, e para muitos jovens, porque quem não tem um empresário, o CUCA ajuda muito, é uma “mão na roda”. Mas também tem algumas falhas, por exemplo, a questão do ar-condicionado na sala de artes cênicas, ajudaria muito se colocassem, lá é muito quente, tem ventiladores, mas não ventila o suficiente, a gente não consegue passar mais que uma hora lá dentro; se tivesse mais caixas de som, cabos, questões técnicas mesmo, pois a galera não tem acesso, não tem condições econômicas para comprar, aqui têm 3 salas de multiusos, e duas caixas de som, sempre fica uma sala sem som. Se tivesse mais salas de multiuso seria muito bom e também se tivesse aulas de balé, para melhorar na postura corporal e nas técnicas de dança, seria maravilhoso (T.V. S, entrevistada em 11/03/2017).

[...] queria muito que aqui no CUCA tivesse curso de dança contemporânea, faço essa dança em uma academia próximo da minha casa, mas é pago, minha mãe não tem tanta condição, mas ela faz esse sacrifício, porque quero seguir nesse caminho da dança e fazer curso superior em educação física, quero aprimorar minhas técnicas e dar aula de dança, já fiz todos os cursos na área artística aqui, são cursos de curta duração, então acho que o CUCA poderia ofertar mais cursos nessa área e de longa duração. Além disso, poderia ter mais caixas de som, pelo menos uma em cada sala de multiuso e ar-condicionado na sala de artes cênicas, à tarde é muito quente e abafada, a gente tem que abrir as janelas, ninguém aguenta o calor (M.J, entrevistada em 11/04/2017).

[...] queria que tivesse aulas de dança de rua com mais frequência, esse ano contrataram o professor Charada, mas as matrículas logo terminaram, estou esperando nova turma. A questão de mais salas com caixa de som para gente ensaiar seria bom, porque aqui tem muitos grupos, se a gente

faltar às reuniões do Comunidade em Pauta a gente perde o horário da sala, aí a gente ensaia nos espaços aberto. Também acho que o CUCA poderia fazer uma divulgação melhor dos eventos de dança, para gente ficar conhecido; outras pessoas conhecerem nosso trabalho; para gente ganhar dinheiro com as apresentações; aqui tem o supervisor de economia criativa que nos ajuda, a gente aprendeu a fazer vídeos, portfólio, mas é pouco para quem quer seguir no caminho da dança (J. K, entrevistado em 18/04/2017).

[...] às vezes aqui é muito descuidado com os jovens da área artística, por exemplo, se for para ter cortes, sempre os primeiros é no artístico, tanto é que passamos muito tempo sem professor de teatro, e quando contrataram não foi bem selecionado, o professor não era bom, foi cortado o curso de artes plásticas, não tem esse curso há mais de dois anos aqui, ficamos muito tempo sem um bom professor de dança, até que esse ano contrataram o professor Charada, então, acho que o CUCA deveria ter mais cuidado com os profissionais que contratam para dar cursos e formação aos jovens, porque se um jovem entra agora no teatro e as aulas não o instiga, não o estimula, ele perderá o interesse e as vezes até cria traumas do teatro e acabará desmotivando esse jovem das artes". (D.S, entrevistado em 18/04/2017)

[...] acho que o Comunidade em Pauta consegue viabilizar muitas coisas, mas uma das coisas que a gente precisa muito, seria se pudesse oferecer uma ajuda de custo para as apresentações, porque os materiais, fantasias, e outras coisas são caras, a gente não tem como manter, tem que se virar com o que tem, e também o teatro do CUCA Jangurussu, que ainda não foi concluída a obra, também atrapalha, porque a gente quando vai se apresentar não tem camarim, por enquanto é improvisado, não tem um local certo para gente se arrumar, sempre há um certo estresse, os educadores sociais, por estarem mais próximos da gente, tentam mediar o problema, mas os gestores da Rede CUCA, não têm um contato com a gente, não sabem da nossa demanda, eles tomam conhecimento de alguma coisa através dos relatórios que os educadores e supervisores passam, então não entendem nossa realidade de perto (M.S, entrevistado em 25/04/2017).

[...] gostaria muito que o CUCA fizesse parcerias com outros polos culturais, pois aqui no CUCA você não sai completamente formado, aqui te dar o caminho, tanto é, que os cursos oferecidos têm duração de no máximo três meses ou pequenas oficinas, que são realizadas para despertar o interesse, diferente, por exemplo, na Vila das Artes que oferece cursos de duração de 6 meses a um ano de dança, para os jovens que desejam fazer balé, por exemplo, se deslocarem para o centro da cidade, é bem complicado por questões financeiras, seria muito interessante se o CUCA fizesse parcerias e tivesse um trabalho de proporcionar a mobilidade daqui para o Vila das Artes, ou então para outros polos culturais de formação, esse é o meu desejo. (I.O, entrevistado em 25/04/2017).

Observa-se, pelos relatos, que os jovens reconhecem a importância do CUCA Jangurussu como um local que oportuniza projeções profissionais, construções de sonhos, acessos culturais, mas, ao mesmo tempo, eles também possuem senso crítico de perceberem que, como política pública de juventude, poderia proporcionar mais instrumentos para os jovens da periferia, especialmente para aqueles que desejam seguir no caminho artístico-cultural. Além de ser um

espaço de lazer, entretenimento e convivência, o CUCA, para muito jovens, representa alternativa de mudança da vida, ampliação dos horizontes, perspectivas e vivências, até então inimagináveis.

Para a maioria dos jovens entrevistados, o cotidiano vivenciado no CUCA permite que eles se conheçam melhor, enxergando suas limitações e suas potencialidades, além de vislumbrarem, nas atividades que praticam, uma perspectiva de seguirem uma trajetória profissional, mesmo reconhecendo as dificuldades de sobreviverem financeiramente por meio da arte, conforme alguns relatos sobre as expectativas futuras nessa área:

[...] quero continuar fazendo performance da Carmen ganhando dinheiro, e cada vez mais dentro do teatro, quero explorar mais o meu lado artístico, tenho projeto de publicar meu livro de poesias, são contos que eu escrevo, (M.S, entrevistado em 25/04/2017).

[...] quero me formar em teatro e depois especialização em dança, ou teatro, ou música, sei que é difícil, mas pretendo viver só da arte, com produção artística, pesquisa na arte (I.O, entrevistado em 25/04/2017).

[...] quero fazer curso de teatro na UFC ou IFCE (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará), pretendo investir mais na minha carreira de *drag queen*, solo e em grupo, ganhando dinheiro, desejo também gravar algumas músicas que escrevi, já fiz aulas de canto aqui no CUCA, pretendo me especializar mais em música e trabalhar a minha voz, para desenvolver a área de canto. (D. R, entrevistado em 25/04/2017)

Nesse aspecto, é importante reconhecer nesses jovens suas singularidades e diferenças, especialmente quando se pensa em políticas públicas para juventude, o que remete ao reconhecimento da diversidade.

Quanto à participação dos jovens no equipamento, constatou-se que são bem atuantes, na medida em que, junto com seus coletivos, confirmam sua condição juvenil, seus estilos, suas escolhas e suas ações. Todavia, ainda que não tenha sido possível identificar, de forma clara, as formas de participação dos jovens no processo de tomada de decisão no equipamento, constatou-se que os coletivos juvenis se organizam para reivindicar suas demandas, como, por exemplo, acesso aos horários dos seus ensaios, eventos para seus grupos apresentarem-se no espaço e cursos para se aprimorarem, sendo essas solicitações em parte atendidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou investigar de que maneira as atividades artístico-culturais desenvolvidas no CUCA Jangurussu contribuem para a sociabilidade e cidadania dos jovens, em especial, os da periferia. Para tentar responder essa questão, foi preciso percorrer alguns caminhos de modo a entender a dinâmica do local e a sua relação com os jovens que lá frequentam.

No início deste estudo, foram agregados conhecimentos teóricos sobre as temáticas envolvendo juventude, políticas públicas de juventude, culturas juvenis, lazer, sociabilidade, cultura como prática da cidadania, sendo essenciais para a elaboração do segundo capítulo, assim como foi realizado levantamento, através de dados estatísticos do IBGE e do IPECE, acerca dos jovens de Fortaleza e pesquisas gerais sobre as políticas públicas implementadas para essa categoria, incluindo a criação dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, de forma a embasar a terceiro capítulo.

Verificou-se que, no Brasil, o tema juventude demorou a entrar na agenda nacional, tendo sido um dos últimos da América Latina a instituir um organismo para as coordenações de ações direcionadas aos jovens. Somente a partir dos anos 90, acentuou-se o debate sobre a necessidade de criar políticas específicas para jovens. Nesse período, algumas ações foram implementadas, porém, eram basicamente direcionadas às questões como vulnerabilidade, risco ou transgressão que envolviam a juventude.

Em 2005, no âmbito federal, com a instituição da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, estreitou-se o diálogo entre o governo e a juventude, de forma a possibilitar a criação de políticas públicas específicas para essa categoria.

Já âmbito municipal, especificamente na cidade de Fortaleza, destaca-se a criação, no ano de 2007, da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, que possibilitou o acesso ao crédito internacional, através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ampliando os recursos para a pasta de juventude, o que proporcionou a instituição do Programa Integrado de Políticas Públicas para Juventude (PIPPJ), incluindo novas ações para os jovens, dentre estas, a construção do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - CUCA.

Após conhecer um pouco do universo CUCA e percorrer seus espaços, optou-se por pesquisar a unidade do Jangurussu, assim como despertou a atenção para os jovens envolvidos em atividades artístico-culturais do Programa Comunidade em Pauta, sendo estes os atores principais deste estudo.

Constatou-se que esses jovens são da faixa etária de 15 a 25 anos, em sua maioria estudantes, moradores do bairro Jangurussu e bairros próximos do equipamento, estão ligados a grupos de artes e culturas, principalmente na área da dança, sendo de diversas modalidades, a maioria frequenta o equipamento desde sua inauguração.

As palavras dos jovens sobre seus cotidianos no CUCA Jangurussu, informando seus pontos de vistas acerca das vivências neste espaço e inseridos em um contexto social com restrições e cerceamentos, possibilitaram conhecer as experiências criativas na forma de viverem sua condição juvenil.

Constatou-se que o fato de morarem em área de periferia, com problemas de criminalidade, violência, drogas, ausência de equipamentos públicos para garantir, em parte, seus direitos como cidadãos, acabam dificultando viverem sua condição juvenil por completo.

Todavia, os jovens acenaram para a importância do funcionamento do CUCA em bairro da periferia, assim como o desejo de continuidade do funcionamento desse equipamento, haja vista que é um lugar onde passam boa parte do seu tempo, inclusive considerando como sua segunda casa, preferindo estar nesse local ao invés das ruas ou outro lugar.

Além disso, consideram-no como um espaço público de sociabilidade, onde desenvolvem estratégias que permitem empreender atividades do cotidiano, como formar amigos, trocar experiências, aprender algo novo, divertir-se, ou seja, desenvolver práticas que caracterizam seus modos de vida.

Os jovens pesquisados, na relação que estabelecem com o espaço social e com ou outros jovens, constroem culturas juvenis que expressam suas experiências sociais, assim como se agregam por afinidades de estilos e gostos.

Um aspecto bem evidenciado foi a questão do pertencimento ao equipamento, através das declarações prestadas pelos próprios jovens, percebeu-se que eles se reconhecem como sujeitos de direitos e ocupam o espaço porque foi construído para eles, ao afirmarem: “o CUCA foi construído para nós”; “quem faz o

CUCA é o jovem”; “eu pertenço ao CUCA, como o CUCA me pertence”; “se os jovens deixarem de vir para o CUCA, ele deixa de existir”; “considero o CUCA como minha segunda casa”.

Observou-se que, para esses jovens, o CUCA é um espaço de referência, que propõe vivências e conhecimentos diferenciados, por oferecer atividades e ações que dificilmente teriam acesso devido ao contexto social em que estão inseridos, como por exemplo, teatro, dança, cinema, música e esporte. Assim, acabam criando identificação com o local e também laços de amizade com os educadores sociais, assumindo os discursos e propostas da instituição.

Evidenciou-se que a relação do CUCA com a juventude é pautada na liberdade, tanto no livre acesso dos espaços do equipamento desde a entrada, como na proximidade com os educadores sociais, chegando inclusive a ouvir dos educadores a expressão “aqui nada pode proibir”, ou seja, com um discurso voltado aos jovens não com uma linguagem proibitiva, mas procurando criar vínculos, aproximação, trabalhando com temas de inclusão social, cidadania e desenvolvendo várias ações educativas, como por exemplo, a de redução de danos na questão do uso de drogas, promovendo palestras e cartilhas com linguagem acessível ao jovem, do tipo: “ao fumar um beck prefira usar a seda”; “se liga, o compartilhamento do material de uso aumenta o risco de contaminação”; “se cuida ao drogar-se, se cuida... jamais perca seu equilíbrio”.

Assim, o CUCA surge para a juventude como um espaço de aprendizado e de socialização, propondo interações próprias das culturas juvenis, que constituem experiências sociais marcantes em suas vidas, bem como oportuniza a formulação de projetos em diversas áreas com continuidade futura.

Entretanto, também se evidenciou que, ao mesmo tempo que consideram que o CUCA oferece uma boa infraestrutura para a prática de suas atividades, com possibilidades de construírem ações sociais e até mesmo alternativa de se inserirem na sociedade, os jovens ressentem-se de um olhar mais atento para suas demandas, haja vista que o equipamento poderia fornecer mais atividades e cursos na área cultural, em especial na dança, bem como uma melhor projeção profissional, pois os cursos e oficinas voltados para essa área são de curta duração, apenas para despertar o interesse; para quem deseja se aperfeiçoar e aprender novas técnicas corporais, tem que procurar outros meios, o que muitas vezes, torna-se bem difícil,

sobretudo, quando envolvem recursos financeiros.

Outro aspecto averiguado foi que os jovens que frequentam o CUCA Jangurussu são, em sua maioria, moradores do próprio bairro Jangurussu e de bairros próximos, conforme informações do setor de matrícula e dos jovens entrevistados, revelando que, para aquele jovem morador de bairro mais distante do equipamento, é mais difícil ser contemplado por essa política pública, e os motivos apontados foram questões de dificuldade de transporte e deficiência na divulgação das informações referentes às atividades lá desenvolvidas.

Verificou-se que o CUCA Jangurussu é, no geral, mais do que um mecanismo que determina um papel social, é um espaço de possibilidades para os jovens construírem seus projetos, desejos e de se firmarem como sujeitos que possuem direitos. A aproximação com os jovens, durante as visitas de campo, demonstrou que são sujeitos cheios de alegrias e disposições para construir um futuro diferente, vendo naquele espaço oportunidade de desenvolverem suas habilidades e depositando esperança de seguirem um caminho profissional.

Realizar esse trabalho foi um desafio, conhecer de perto esses jovens, um pouco da sua realidade, seus sonhos e suas expectativas futuras, faz refletir que um longo caminho ainda precisa ser percorrido para que as políticas públicas de juventude em Fortaleza sejam articuladas e os programas integrados, principalmente que tenham um olhar mais atento para as demandas dos jovens da periferia, e que as ações desenvolvidas no CUCA Jangurussu podem ser melhoradas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In. ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 37-72.

ALVES, Nágela Raposo; BARBALHO, Alexandre Almeida. A Política Pública para juventude em Fortaleza. **Revista do Mestrado Profissional em Planejamento em Políticas Públicas**, [S.l.] , v. 5, n. 2, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/1303-4618-1-PB%20(6).pdf>. Acesso em: 26 jan. 2017.

AQUINO, Luseni. Juventude como foco nas Políticas Públicas. In. CASTRO, Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho (Orgs.). **Juventude e Políticas Públicas Social no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_juventudepolitica.pdf> Acesso em: 29 nov. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B8jeXMvFHID-QjRtaU1CdWpWNkU/edit>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRAGA, Osmar Rufino. **Breve perfil da população jovem de Fortaleza**. 2005. Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/breve_perfil_dos_jovens_de_fortaleza.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Institui o Conselho Municipal de Juventude. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 06 ago. 2003.

_____. Institui o Conselho Municipal de Juventude. **Lei nº 9.204, de 19 de abril de 2007**. Disponível em: <http://conselhodejuventude.blogspot.com.br/p/apresentacao.html> Acesso em: 25 fev. 2017.

_____. **Regulamento operacional do programa integrado de políticas públicas de juventude**. Fortaleza: PMF, 2010.

BRASIL, Glaucíria Mota et al. **Cartografia da Criminalidade e da Violência na cidade de Fortaleza**. Fortaleza: FUNECE, 2010. Disponível em: <<http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/relatorio.pdf>> Acesso em: 26 jan. 2017.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Cultura do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In. ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 175-214.

CAPELATO, Maria Helena. Estado Novo: o que trouxe de novo? In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo- do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Livro 2, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 107-143. Disponível em: < <http://docslide.com.br/documents/capelato-maria-helena-rolim-o-estado-novo-o-que-trouxe-de-novo-pp107-143.html> >. Acesso em: 26 jan. 2017.

CARRANO, Paulo. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CASTRO, Jorge Abraão de; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5641>. Acesso em: 15 set. 2016.

CATANI Afrânio Mendes; GILIOI, Renato de Sousa Porto. **Culturas juvenis: Múltiplos olhares**. São Paulo: Unesp, 2008.

CHAUI, M. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 71-84, jan./abr. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

_____. **Cultura e democracia**. 2 ed. Salvador: Secretaria de Cultura , 2009. 68p. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/oqeculturavol_1_chau.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2017.

CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães; CLEMENTINO, Josbertini Virgínio. Políticas Públicas de Juventude no Brasil: resgate de uma trajetória em construção. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 5, n. 20, p. 13-28, jul./dez. 2012.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Protagonismo Juvenil**. Disponível em: <<http://protagonismojuvenil.blogspot.com.br/2007/06/o-adolescente-como-protagonista.html>>. Acesso em 12 jan. de 2017.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Disponível em: <http://jornalismoufma.xpg.uol.com.br/arquivos/a_casa_e_a_ua.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2017.

DAYRELL, Juarez. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 15 jan. 2017.

_____. **Juventude, grupos culturais e sociabilidade**. Disponível em: <[file:///C:/Users/USER/Downloads/grupos+juventude%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/grupos+juventude%20(2).pdf)> Acesso em: 22 mar 2017.

DIÓGENES, Glória. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégicas e táticas. In: MENDONÇA FILHO, Manoel; NOBRE, Maria Teresa (Org.). **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa**. Salvador: EDUFBA/EDUFS, 2009, p. 271-288.

ESTATUTO CONSOLIDADO DO INSTITUTO DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE. Fortaleza, 2014. Instituto Cuca.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas**. Lisboa, 2008. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/254.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

FIALHO, Lia Machado Fiuza. **A vida de jovens infratores privados de liberdade**. Fortaleza: UFC, 2015.

FORTALEZA. **Anuário 2012-2013: administração pública**. Disponível em: <<http://www.anuariodefortaleza.com.br/administracao-publica/secretarias-executivas-regionais.php>>. 20 dez. 2016.

FREITAS, ISAURORA Cláudia Martins de. **Arte e cidadania numa experiência pedagógica com crianças e adolescentes pobres do Brasil**. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1278/1/2006_tese_ICMdeF.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2017

GAMEIRO, Rodrigo; CARVALHO, Cristina Amélia. Reposicionando as lutas sociais na emergência das políticas públicas na cultura – o exemplo do movimento mangue. p. 13-43. In: CARVALHO, Cristina Amélia; DOURADO, Débora Paschoal; e GAMEIRO, Rodrigo (Orgs.). **Cultura e transformação: políticas e experiências culturais**. Porto Alegre: Dacasa, 2013.

GONH, Maria da Glória. **Cidadania e direitos culturais**. Katálysis v.8, n.1, jan./jun. 2005, Florianópolis, p. 15-23. Disponível em: <<file:///C:/Users/USER/Downloads/6931-20938-1-PB.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2017.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Brasília: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGICA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil da Juventude em Fortaleza**: Aspectos Socioeconômicos a partir dos dados do Censo 2010. Informe nº 57, abril de 2013. Disponível em:

<http://www.ipece.ce.gov.br/informe/lpece_Informe_57_22_abril_2013.pdf> Acesso em: 20 dez. 2016.

INSTITUTO DRAGÃO DO MAR. **Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura**.

Disponível em: < <http://www.dragaodomar.org.br/espacos.php?pg=instituicao>> Acesso em: 04 mar. 2017.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: ANPED, v. 5, n. 6, 1997.

_____. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Mais Cultura**. Disponível em:<<http://www.cultura.gov.br/mais-cultura>> Acesso em: 04 mar. 2017.

PAIS, José, Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos.

Análise Social, v. 25, n. 2, p. 139-165, 2012. Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>>.

Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Jovens e Cidadania. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 5, n. 49, 2005, p. 53-70. Disponível em:

<https://repositorio-lul.iscte.pt/bitstream/10071/202/1/SOCIOLOGIA49_cap03.pdf>

Acesso em: 06 fev. 2017.

_____. Jovens, territórios e práticas educativas. **Revista Teias**, v. 12, n. 26 , p. 247-286, set/dez. 2011. Disponível em:

<http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/PAIS_Grupos_e_afiliacoes.pdf> Acesso em: 03 abr. 2007

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Conheça 8 ações para os jovens criadas por Luizianne em Fortaleza**. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/conheca-8-acoes-para-os-jovens-criadas-por-luizianne-em-fortaleza/>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

PESTANA, Aretha Bley. Cultura como prática de cidadania: uma perspectiva ampliada do conceito. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 13, n.2, p. 85-103, jan/jun. 2011.

Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/7779-39580-1-PB%20(1).pdf>.

Acesso em: 9 fev. 2017.

FORTALEZA. Plano de Governo Municipal. **Fortaleza só tem a ganhar**: Roberto Claudio, candidato nas eleições municipais de 2016. Disponível em:

<http://estaticog1.globo.com/2016/11/09/proposta_governo1470657151019.pdf>.

Acesso em: 10 jan. 2017.

FORTALEZA. Programa de Governo Municipal. **Nossa grande obra é cuidar bem das pessoas**: Luizianne Lins, candidata do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 2008. Fortaleza, setembro 2008. Disponível em: <<http://download.uol.com.br/eleicoes2008/fortaleza-luizianne.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011.

RODRIGUES, Julia Alves M. **Análises de rede e políticas de juventude**. 2008. 115f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1275/1/DISSERTACAO_2008_JuliaAlvesMarinhoRodrigues.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2017.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas**: Conceitos Básicos. Disponível em: <http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20_%200analisedepoliticaspUBLICAS.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/>> Acesso em: 15 dez. 2016.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org): **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. Disponível em: < <https://www.passeidireto.com/arquivo/3456544/texto-2---simmel-g-sociabilidade---um-exemplo-de-sociologia-pura-ou-formal>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

SILVA, Enid Rocha Andrade; ANDRADE, Carla Coelho de. A política nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abraão de; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5641>. Acesso em: 15 set. 2016

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In. ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. P. 87-127.

_____. **A Produção de Conhecimento sobre Juventude na Área de Educação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/harvard4/marilia.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. **Múltiplo olhares sobre educação e cultura**. In: DAYRELL, Juarez (Org.). Belo Horizonte: UFMG, 1996. Disponível em: <http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php?file=%2F178648%2Fmod_resource%2Fcontent%2F1%2F16.%20M%C3%BAtiplos%20olhares%20sobre%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20cultura.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2017.

STECANELA, Nilda. **Jovens e cotidiano**: trânsitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida. 2008. 397f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13092/000639069.pdf>>. Acesso: 25 abril 2017

UNESCO. **Declaração universal sobre a diversidade cultural**. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013**: homicídios e juventude no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

_____. **Mapa da Violência 2014**: Os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: Flacso/Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

_____. **Mapa da Violência 2015**: Mortes matadas por armas de fogo. Brasília: UNESCO, 2015. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

_____. **Mapa da Violência 2016**. Homicídio por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: Flacso/Brasil. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Roteiro de entrevista com os jovens do Programa Comunidade em Pauta

Dados e perfil do entrevistado

Nome:

Qual sua idade?

Qual seu grau de escolaridade?

Em que Instituição estuda/estudou?

() Pública Estadual () Pública Municipal () Particular

Você trabalha? Qual atividade?

Qual o bairro que você mora?

Qual o nome do seu grupo cultural e o ritmo (estilo)?

Há quanto tempo você utiliza o espaço do CUCA? E a frequência semanal?

1- Além da atividade que você desenvolve no CUCA, você participa/participou de algum evento cultural oferecido pelo Cuca Jangurussu?

2- As atividades que você realizou/realiza no CUCA contribuem/contribuíram para mudar sua vida?

3- De que forma você fica sabendo da programação dos cursos e outras atividades do CUCA Jangurussu?

4- De forma geral, qual a importância do CUCA Jangurussu na sua vida?

5- O que você acha do espaço, infraestrutura e atendimento do CUCA Jangurussu?

6- Tem alguma outra atividade cultural que você gostaria de fazer que o Cuca Jangurussu ainda não oferece?

7- Além da atividade que você desenvolve, tem outra coisa que você gosta de fazer no CUCA? O que?

8 – Quais as sugestões para melhorar os serviços oferecidos no CUCA?

9- O Programa comunidade em Pauta te ajudou a ter acesso a outros programas culturais?

10- Pretende seguir profissionalmente na atividade cultural que atualmente desenvolve?

11- Essa atividade te ajuda na socialização com as outras pessoas?

12- Você participa nas decisões dos eventos e atividades que acontecem no CUCA? De que forma?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista - Dirigentes e funcionários do CUCA Jangurussu

Dados do entrevistado

Nome:

Grau de escolaridade:

Cargo/função que ocupa:

Há quanto tempo trabalha no CUCA:

1- O que o CUCA Jangurussu representa para os jovens e para a comunidade em geral?

2- Na sua opinião qual a atividade mais importante desempenhada no CUCA Jangurussu?

3- Há participação dos jovens nas decisões das atividades a serem desenvolvidas no CUCA?

4- Os jovens do Programa Comunidade em Pauta podem participar dos demais cursos ofertados no equipamento?

5-, Quantos grupos de jovens do Programa Comunidade em Pauta o Cuca Jangurussu atende em média por ano?

6- Quais os requisitos para o ingresso no Programa Comunidade em Pauta?

7- Atualmente quais os maiores desafios para se gerir esse equipamento?

8- De que forma o Cuca Jangurussu contribui no processo de formação cidadã dos jovens que frequentam o equipamento?

9- Além da cessão de espaço, de que maneira o Cuca contribui na formação e difusão da produção cultural dos jovens ou coletivos juvenis do Comunidade em Pauta?

10- O Cuca possui alguma ingerência no desenvolvimento das atividades dos grupos juvenis do Comunidade em Pauta?

ANEXOS

ANEXO A – Cadastro dos grupos do Comunidade em Pauta



COMUNIDADE EM PAUTA
CADASTRO DE GRUPOS/COLETIVOS

NOME DO GRUPO / COLETIVO : _____

MODALIDADE: _____

NÚMERO DE INTEGRANTES: _____

NOME DO LÍDER: _____

IDADE: _____ BAIRRO: _____

TELEFONE FIXO: _____ - _____ CELULAR: () 9 _____ - _____

E-MAIL: _____

FACEBOOK: _____

PARTICIPA DE OUTRA ATIVIDADE NO CUCA: () NÃO () SIM, QUAL? _____

*Obs: anexar cópia RG e comprovante de endereço

INTEGRANTES (EXCETO LÍDER):

1. NOME: _____

IDADE: ____ RG: _____ BAIRRO: _____

2. NOME: _____

IDADE: ____ RG: _____ BAIRRO: _____

3. NOME: _____

IDADE: ____ RG: _____ BAIRRO: _____

4. NOME: _____

IDADE: ____ RG: _____ BAIRRO: _____

5. NOME: _____

IDADE: ____ RG: _____ BAIRRO: _____

6. NOME: _____

IDADE: ____ RG: _____ BAIRRO: _____

7. NOME: _____

IDADE: ____ RG: _____ BAIRRO: _____

8. NOME: _____

IDADE: ____ RG: _____ BAIRRO: _____

9. NOME: _____

IDADE: ____ RG: _____ BAIRRO: _____

**COMUNIDADE EM PAUTA**

10. NOME: _____
IDADE: ___ RG: _____ BAIRRO: _____

11. NOME: _____
IDADE: ___ RG: _____ BAIRRO: _____

12. NOME: _____
IDADE: ___ RG: _____ BAIRRO: _____

13. NOME: _____
IDADE: ___ RG: _____ BAIRRO: _____

14. NOME: _____
IDADE: ___ RG: _____ BAIRRO: _____

15. NOME: _____
IDADE: ___ RG: _____ BAIRRO: _____

16. NOME: _____
IDADE: ___ RG: _____ BAIRRO: _____

17. NOME: _____
IDADE: ___ RG: _____ BAIRRO: _____

18. NOME: _____
IDADE: ___ RG: _____ BAIRRO: _____

19. NOME: _____
IDADE: ___ RG: _____ BAIRRO: _____



ANEXO B - Termo de responsabilidade para matrícula de jovens menores de 18 anos



Prezado jovem,

O CUCA foi pensado com a intenção de oferecer a você um ambiente propício à sua formação e a criatividade, onde todas as atividades são gratuitas e voltadas a diversas áreas do conhecimento.

Para realizar sua matrícula, você que é adolescente até 17 anos, deve apresentar:

- **Este Termo devidamente preenchido e assinado;**
- cópia do documento de identificação pessoal **(do Adolescente e do Responsável);**
- cópia do comprovante de residência **(do Adolescente e do Responsável);**

TERMO DE RESPONSABILIDADE

É muito importante que todos os itens deste termo, sejam devidamente preenchidos com LETRA LEGÍVEL.

GRAU DE PARENTESCO DO RESPONSÁVEL: <input type="checkbox"/> PAI <input type="checkbox"/> MÃE <input type="checkbox"/> OUTRO			
Nome do Responsável: _____			
Data Nascimento: / /	Naturalidade:	CPF:	
Identidade Nº:	Órgão emissor:	Data de Expedição: / /	
Endereço: _____			
Bairro:		Regional: <input type="checkbox"/> I <input type="checkbox"/> II <input type="checkbox"/> III <input type="checkbox"/> IV <input type="checkbox"/> V <input type="checkbox"/> VI <input type="checkbox"/> CENTRO <input type="checkbox"/>	
CEP:	Telefone:	Celular:	Recado:

Nos termos da Lei e em especial ao Art. 36 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90, autorizo o(a) aluno(a):

Nome do(a) Adolescente:	_____
-------------------------	-------

A usufruir/participar das atividades promovidas pelo Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciências e Esportes - CUCA.

Fortaleza-Ceará, ____/____/____

Assinatura do(a) Responsável
(somente para alunos até 17 anos)

COMPROVANTE DE ENTREGA

Entreguei o termo de responsabilidade onde nos termos da Lei e em especial ao Art. 36 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90, autorizo o(a) aluno(a) a usufruir/participar das atividades promovidas pelo Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciências e Esportes - CUCA.

Fortaleza-Ceará, ____/____/____

Atendente
(Setor de Matrícula do CUCA)



Prefeitura de
Fortaleza
Coordenadoria de Juventude